

O projecto de colonização judaica em Angola

O debate em Portugal da proposta da I.T.O.
(Organização Territorial Judaica) — 1912-1913

JOÃO MEDINA (*)
JOEL BARROMI (**)

1. Nasce a ideia

O projecto de colonização judaica, que esteve prestes a concretizar-se durante os primeiros anos da I República Portuguesa, parece remontar aos finais do séc. XIX: o Conde de Ouguela teria sido contactado em 1886 pela Aliança Israelita Mundial e por S. A. Anahory, membro da comunidade israelita portuguesa, no sentido de se aproveitar a projectada vinda a Portugal do Barão de Rothschild, para se encarar a hipótese de Judeus russos e romenos se refugiarem em território luso. Mais tarde, a pedido da ICA do Barão de Hirsch, o Dr. Bensaúde tentou interessar José Luciano de Castro na ideia de colocar Judeus nas colónias portuguesas. A verdade é que ambos os projectos falharam⁽¹⁾. Foi preciso que um novo regime político se implantasse em Portugal em 1910 para que se esboçasse a sério a hipótese deste

país se transformar em terra de asilo para aqueles mesmos que um soberano português compelira à expulsão e ao exílio quatro séculos antes, a ponto de se ter efectivamente transformado num projecto-lei sancionado pelo parlamento Lusitano em meados de 1912⁽²⁾: levara-se suficientemente longe a «utopia» relativa de dar aos Judeus perseguidos na Europa um «albergue nocturno»⁽³⁾ no planalto de Benguela, no centro-oeste angolano, sob a recente bandeira verde-rubra.

O fracasso do plano ugandês do Sionismo não inviabilizaria que uma facção sionista dissidente, a ITO (*Jewish Territorial Organization*), chefiada pelo escritor judeu inglês Israel Zangwill⁽⁴⁾, persistisse na busca de um «albergue nocturno». Com a ajuda de amigos ingleses e organizações socialistas da Grã-Bretanha, o criador da ITO lançou-se então na busca de novas Ugandas onde acolher os Judeus que continuavam a ser vítimas de ferozes *pogroms* na Europa (o de Kichinev, na Rússia, fora em 1903...). Depois de encarar hipóteses tão distintas como o México e a Austrália, a ITO interessou-se pela hipótese portuguesa: a jovem República proclamada em 1910 parecia particularmente sensível aos sofrimentos dos Judeus, mostrando-se até

(*) Professor Catedrático da Universidade de Lisboa. Director da Linha de História Contemporânea do Centro de História da Universidade de Lisboa.

(**) Antigo embaixador de Israel em Lisboa, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém.

disposta, de certo modo, a dar uma espécie de «reparação moral» à nação que os Portugueses tinham expulso do seu seio em 1497 — a ponto de um extravagante anti-semita luso, Mário Saa, ter chegado a escrever em 1925 que o regime implantado em 1910 seria um verdadeiro «Estado judaico», apostado em vingar sobre D. Manuel II o edito de expulsão de D. Manuel I... (5)

Mas a verdade é que, não obstante todas as boas vontades do lado lusitano e todo o empenho do lado judaico, o projecto da «Palestina portuguesa» não chegaria a dar frutos palpáveis, a não ser uma interessante polémica interna em Portugal, que é suficientemente significativa para merecer a nossa atenção e para a incluir como um dos capítulos menos conhecidos — diríamos quase «secretos»... — da colonização portuguesa em África. Este fracasso da ITO, conjugado aliás com a declaração Balfour de 2-XI-1917 (6), poria fim aos sonhos dum território-albergue para os Judeus (depois do 6.º Congresso sionista, Nordau fora alvejado a tiro por um fanático sionista que lhe gritara: «Morra Nordau, o africano!»). Os sonhos duma pátria fora da Palestina desvaneceram-se de vez com a promessa de Balfour em assegurar aos Judeus um lar nacional na terra bíblica: não mais se pensaria em Ugandas ou outras «Palestinas» africanas onde provisoriamente o «Judeu errante» ficasse aguardando o retorno a Sião, a única — na Palestina propriamente dita. A diferença capital entre o Territorialismo e o Sionismo acha-se aqui: para o primeiro aceitava-se uma pátria permanente em qualquer lugar fora do Israel da Bíblia, considerando-se o regresso ao berço histórico palestino como um objectivo ilusório e irrealizável. Todavia só em 1925 a ITO se dissolveu, passando a apoiar o sionismo ortodoxo.

Antes de abordarmos o estudo do caso angolano no âmbito da busca sequiosa de terras por parte dum povo sem elas, recordemos um outro episódio em que se encontra envolvido o próprio fundador do Sionismo, e no qual surge a primeira hipótese duma colonização judaica em territórios portugueses de África. Efectivamente, desiludido com as negociações com vista a uma colonização palestina em El Arish, na península do Sinai, Herzl encarou a hipótese duma negociação

com os Portugueses, com vista à utilização de Moçambique, chegando mesmo a avistar-se com o representante diplomático de Portugal em Viena de Áustria, o Conde de Paraty (7), com o qual o autor do *Estado Judaico* se encontrou em 25 de Maio de 1903. Testemunha-o o seu diário: como ali se escreve claramente, a hipótese tinha sobretudo a ver com a estratégia negocial de Herzl, que queria servir-se da hipótese moçambicana como meio de pressão junto dos Ingleses (8).

2. O projecto angolano

O projecto angolano da ITO está sobretudo ligado a dois nomes de Judeus vivendo em Portugal, o português Alfredo Bensaúde e o russo Terló (9); o primeiro, filho do célebre industrial judeo-arçoriano José Bensaúde, era professor; o segundo, Judeu russo e enólogo, arribara a Portugal depois de viagens à Palestina e a Bordéus com vista aos estabelecimentos agrícolas promovidos pela ICA do Barão Hirsch em «Eretz Israel». Ingressando na repartição central de Agricultura, Terló começou a sensibilizar algumas personalidades portuguesas no projecto dum regresso judaico a Portugal, no que foi favorecido pela proclamação do regime republicano: dos contactos com o ministro das Finanças da jovem República, José Relvas, com José de Almada, funcionário do Ministério das Colónias (10), e outros, resultou a ideia duma proposta a apresentar à Câmara dos deputados, autorizando uma organização territorialista judaica a canalizar para Angola os Judeus perseguidos na Europa de Leste.

Terló redige então um texto que distribui a alguns maiores do novo regime, entre os quais o influente militar Norton de Matos (1867-1955) que em 1912 seria nomeado Governador de Angola (11), sem esquecer figuras gradas da comunidade israelita de Lisboa: Salvador Levy (proprietário em África), Jacob Levy Azancot (também proprietário em África). Parece que todas estas figuras teriam apreciado o projecto, di-lo Terló (12). Em princípios de 1912, Terló comunica à ITO as suas diligências em curso. E pouco depois, com apreciável celeridade se atendermos à instabilidade política e à agitação social então

reinantes no país, o projecto é apresentado às câmaras pelo deputado da Covilhã, Manuel Bravo, figura apagada no novo parlamento (13).

O Governo era então presidido por Augusto de Vasconcelos — futuro embaixador português em Londres — e via-se a braços com uma virulenta agitação operária na capital e uma greve de trabalhadores rurais no Alentejo, o que levava à declaração do estado de sítio em Lisboa em 30 de Janeiro deste ano de 1912 (14). A debilidade nativa do novo regime e o ambiente de alvoroço quase permanente em que se viveu durante aquela década acompanharam sempre, como pano-de-fundo, a discussão, tanto no parlamento como junto da opinião pública, do projecto de colonização judaica em Angola; além das perturbações referidas, pairava sobre o Governo da República a ameaça da invasão dos «paivantes» (adeptos do cadilho monárquico exilado na Galiza, o «africano» Paiva Couceiro). Todo este «background» prejudicava obviamente a concretização do projecto Bravo, como ressalta da carta que o próprio Zangwill endereça a Lord Rothschild a propósito das tão faladas, ainda que «secretas», negociações anglogermânicas sobre a partilha das colónias lusitanas em África (15).

Em suma, o projecto do ITO caía numa conjuntura interna e internacional pouco favorável a Portugal, agitado entre cobiças externas referentes às suas colónias e incessantes perturbações da sua vida doméstica. Compreende-se que, sobretudo para homens como Zangwill, o «albergue nocturno» tivesse toda a vantagem em estabelecer-se sob a bandeira inglesa: já em 1906, o então sub-secretário das Colónias britânicas, Winston Churchill (1874-1965), respondendo a uma carta de Zangwill publicada no *Times*, afirmava que era compreensível a atracção que sobre os Judeus perseguidos exercia a «bandeira da tolerância e da liberdade» (16), i. e., a «Union Jack»... O que seria aliás historicamente confirmado, pois foi sob ela que, desde 1917, com a declaração Balfour — «promessa que souou aos ouvidos do judaísmo mundial como o anúncio do Messias» (S. Doubnov) (17) — a restauração da pátria judaica se tornaria progressivamente uma realidade, até à sua consumação em 14 de Maio de 1948.

3. O projecto em discussão no parlamento

O projecto era apresentado à câmara dos deputados em 1-II-1912, embora tivesse sido antecedido por um outro projecto de índole semelhante, de autoria do ex-Ministro das Colónias, Freitas Ribeiro (18), apresentado aliás um mês antes aos eleitos, a 16 de Janeiro. Todo este debate, note-se, se passou durante o Governo de Augusto de Vasconcelos (ao qual sucederia, em 16-VI-1912, o de Duarte Leite, o qual duraria até 9-I-1913, após o que seria a vez de Afonso Costa formar ministério, durando o seu gabinete pouco mais de um ano, até 9-II-1914). Os dois projectos tinham fortes semelhanças, tanto mais que visavam ambos a colonização do planalto de Benguela, amena e fértil região do centro-oeste angolano, há muito objecto da entusiástica propaganda que daquelas paragens edénicas vinha fazendo o tenaz Dr. José Pereira do Nascimento, ao qual mais adiante nos referiremos. O projecto Freitas Ribeiro continha 22 artigos e 7 quadros anexos, recebendo a designação de projecto 111. O projecto Bravo era mais curto, continha 8 artigos e foi designado por projecto 82-B (depois chamado projecto n.º 159) (19). O projecto Freitas Ribeiro, que nunca mencionava Judeus, afirmava, logo no art. 1.º, visar «promover e facilitar a emigração para as terras férteis e salobras do planalto de Benguela», criando-se um primeiro núcleo de colonização na região de Huambo, cerca do km 339 do caminho-de-ferro do Lobito à fronteira Leste da «provincia» (*sic*), sendo também de prever colonatos no resto do referido planalto de Benguela (art.º 2.º). A 26 de Fevereiro era a câmara solicitada a apreciar o projecto Bravo, no qual se afirmava, logo no começo do seu artigo 1.º, que ele visava «concessões de terrenos a imigrantes israelitas» que se subordinassem à lei portuguesa e fossem «apresentados pelas sociedades de beneficiência e emigração ou outras sociedades israelitas, constituídas legalmente no estrangeiro ou em Portugal», devendo os colonos israelitas que quisessem usar das faculdades concedidas pela lei fazer constar ao Ministério das Colónias, durante um prazo de dois anos, que desejavam naturalizar-se portugueses» (ar-

tigo 6.º). Nunca se aludiu, neste projecto, ao planalto de Benguela.

Apresentado à câmara, o projecto Bravo baixou a uma comissão colonial composta por 7 membros: José Barbosa, José Lopes da Silva, António Pereira Cabral, Prazeres da Costa, Carlos Maia Pinto, Camilo Rodrigues e Amílcar Ramada Curto; este último, que tal como Bravo, era deputado pela Covilhã, ficou sendo relator da lei (20). Desta comissão de finanças, composta pelos deputados Tomé de Barros Queiroz, Álvaro de Castro, Inocêncio Camacho Rodrigues, José Carlos da Maia, Aquiles Gonçalves, Vitorino Guimarães e José Barbosa (como seria de esperar, Mário Saa inclui também estes nomes na lista dos que queriam entregar o planalto angolano aos «Israelitas do Universo»...). Recebido favoravelmente, aqui também, o projecto Bravo é posto à discussão da câmara em Março de 1912, o que se inicia a 19 desse mês. E cerca de três meses volvidos, após discussões parlamentares e alguma polémica nos jornais, o projecto Terló/Bravo é aprovado por unanimidade, no dia 15 de Junho de 1912. Novo gabinete se formaria no dia imediato, a 16-VI, liderado agora por Duarte Leite (1846-1950), o futuro embaixador luso no Brasil e o futuro historiador da descoberta portuguesa do mesmo país. Vistas as condições de intranquilidade então reinante (greves, invasão couceirista a concretizar-se, perigos externos avolumando-se...), o trajecto e a sanção parlamentares deste projecto foram de facto célebres e comprovaram além disso a reflexão do jornalista e político José de Macedo, segundo o qual os deputados se inclinavam claramente para o projecto israelita em detrimento do projecto do Governo (21).

A discussão do projecto tem interesse em si mesma, até como expoente da mentalidade colonialista portuguesa da época, naquele meio burguês parlamentar onde há alguns homens que conhecem bem o Ultramar português (Caetano Gonçalves, Freitas Ribeiro, Ezequiel de Campos, etc.). Quanto à posição do indiano Caetano Gonçalves (22), que era deputado precisamente por Benguela, o seu discurso na sessão de 21-V-1912 merece ser recordado, até porque nele, com algum arrojo, o deputado, além de defender os Judeus, chega a postular a hipótese de

Angola se vir a tornar independente — o que só aconteceria sessenta e três anos depois destas palavras terem ecoado no hemiciclo de S. Bento:

«Dir-se-á (...) que o Judeu, comerciante e avarento, não contribui, com a sua fortuna e o seu trabalho, para o bem público. Não é exacto. Na Rússia, o Judeu é principalmente trabalhador rural. Mas, se por esse facto houvesse o risco de, ao cabo, certamente, de muitas dezenas de anos, a província de Angola proclamar a sua independência, Portugal pouco perderia e ganhariam imenso a humanidade e a civilização. Nós precisamos ser do nosso tempo. E o mundo não é monópólio de ninguém.» (23)

Outros aspectos da discussão dos dois projectos em liça merecem ser destacados. Antes de mais, a existência de dois projectos, o da colonização nacional (projecto Freitas Ribeiro) e o israelita (projecto Bravo), suscitou alguma perplexidade entre os eleitos, como sucedeu com o deputado Lopes da Silva (sessão de 19-III-1912). Na mesma sessão explicou José Barbosa a preferência que dava ao projecto Bravo, pois as tentativas de colonização angolana promovidas pelo Estado tinham falhado sempre: os 40.000 portugueses que saíam anualmente de Portugal não podiam ser canalizados para África; com os judeus perseguidos, Portugal limitava-se a aproveitar uma colonização que lhes fornecia, além de mais, um refúgio, e fazia-o com absoluto respeito pela liberdade religiosa, acolhendo também — garantia — «alguns milhões da finança judaica»... Nesta mesma sessão de 9-III registou-se ainda outra intervenção que merecia ser recordada: fê-la José Botelho de Carvalho Araújo — o futuro herói da guerra naval contra a Alemanha, morto em 1918 ao combater contra um submarino alemão —, deputado por Vila Real e hostil a toda a ideia de utilizar estrangeiros na colonização de territórios ultramarinos portugueses.

A 18 de Maio, a câmara decidiu optar por um dos projectos de colonização em discussão, mostrando-se a comissão das colónias favorável ao projecto de Manuel Bravo, doravante designado por projecto n.º 159 (com nova redacção). Sem negar ao Estado o direito de intervir directamente na colonização africana, a comissão foi do parecer de

que a colonização israelita era preferível; introduzindo-lhe modificações na redacção, nomeadamente quanto à extensão das concessões, que alargou, bem como nos prazos das mesmas, que aboliu. O novo texto ficou ligeiramente maior, com 11 artigos em vez dos 8 iniciais. O primitivo projecto Bravo pouco difere do novo articulado. Na mesma sessão, Ramada Curto, entusiasta da colonização judaica lembra o contributo que os Israelitas, expulsos de Portugal no final do séc. XV, deram à Holanda, garantindo: «A expulsão dos Judeus no reinado de D. Manuel foi a causa da nossa decadência.» E acrescenta: «As riquezas que levaram para a Holanda fizeram bastante falta no nosso país. Essa raça, contudo, conservou na Holanda o amor ao meu país de origem, ensinando a língua portuguesa aos seus filhos e conservando bem nítida a dedicação pelas coisas portuguesas.

Por isso, essa raça trabalhadora só poderá trazer vantagens à colonização de Angola.» (sessão de 18-V-1912).

Temos aqui uma das tónicas do discurso pró-israelita dos que defendem o projecto n.º 159: a expulsão dos Judeus de Portugal foi uma catástrofe para os Portugueses e o regresso daqueles às margens ocidentais da Europa só traria vantagens a um país tão depauperado e pequeno como a Lusitânia. Os mesmos argumentos seriam utilizados pelos delegados da ITO durante a visita que fizeram a Portugal neste mesmo ano de 1912.

Outra referência colhida no debate parlamentar merece destaque: a acusação que faz Freitas Ribeiro, o antigo Governador Geral de Moçambique entre a proclamação da República e a eleição das Constituintes em 1911, deputado por Lourenço Marques na primeira legislatura do novo regime, de que o projecto israelita seria «maçónico». Na sessão de 21-V-1912 garante o seguinte:

«Se a Maçonaria conseguir levar para diante o seu projecto de estabelecer uma colónia agrícola pelo sistema de parceria no plano de Benguela, e se os Israelitas se fixarem no mesmo planalto, mais uma razão para que o Governo por seu lado tente povoar as regiões planálticas de Angola com portugueses. (Apoiados).» (sessão de 21-V-12). Não se pode suspeitar o antigo Governador Geral (interino) de Moçambique (e futuro

Governador da Índia, de 1917 a 1919), oficial da Armada iniciado na loja maçónica *Portugal* com o nome de «Altair», de ser um acérrimo defensor da teoria da «conspiração Judeo-maçónica»... A verdade é que, naquele parlamento e naquelas comissões, (quase) todos são «irmãos» sob o triângulo simbólico (24).

Voltando ao discurso de Freitas Ribeiro na sessão de 21-V-1912, recordemos outros traços salientes da intervenção deste oficial ultramarino. Por um lado, criticou a extensão do território oferecido à colonização judaica, ou seja, os 45 000 km quadrados do planalto de Benguela, o que equivaleria a metade do território português, por outro lado ironizou sobre a generosidade do projecto, na qual via uma espécie de penitência republicana: «Cavalheirescamente, às perseguições da Idade Média, contrapomos este projecto de colonização judaica. Oxalá seja coroado de êxito este generosa *penitência* da República» (sublinhado do original).

Interessante também foi a intervenção do futuro seareiro — e futuro converso à Ditadura salazarista — Ezequiel de Campos (1874-1965), antigo funcionário público em S. Tomé, um dos poucos técnicos em questões agrícolas a participar neste debate, numa atitude aliás racista: começando por lamentar que os donos de Angola não saibam o que lá se passa, o que seria aterrador sobretudo porque se continuava a emigrar maciçamente para o Brasil, adverte para um «grande perigo» que ameaça a África, — a mestiçagem (sessão de 21-V-1912). Mas acaba por dar o seu voto ao projecto de colonização israelita, ainda que com restrições diversas. Poucos dias volvidos sobre esta intervenção de Campos, o libertário Emílio Costa (1877-1952) entraria no debate público da questão, a propósito do que se dissera no parlamento e ainda na sequência duma entrevista que *A Capital* publicara — a que nos referiremos mais adiante; vivendo em Portalegre, Costa defendia as vantagens da colonização israelita e deplorava que as declarações de Teitel, o delegado da ITO que nos visitara e fora entrevistado pelo jornal, não tivessem tido em Portugal o eco merecido, tanto mais que havia naquelas «um interessantíssimo problema para os Portugueses»: seis milhões de Judeus, vítimas de ferozes perseguições

czaristas, não desistiriam — garantia o anarquista luso — de «reconstruir a pátria judaica, na Judeia ou noutra parte do mundo» (*A Capital*, 24-V-1912); desse receio, advertia, seria de esperar que se gerassem dificuldades ao plano de colonização judaica em Angola, tanto mais que não seria de excluir que aparecessem anti-semitas, «patriotas enragés» que achassem que não se devia tocar em Angola nem com uma flor; os reaccionários portugueses não deixariam de ajudar nesta «santa cruzada» antijudaica com medo que aqueles colonos espalhassem a «impiedade». Esta observação de Costa não é, porém, justificada: observámos que, em geral, a imprensa católica e conservadora da altura, como o monárquico *O Dia* ou até o legitimista *A Nação*, ignorava de todo o caso em discussão no parlamento, não se dignando sequer referir o problema em apreço por parte dos deputados. O facto seria bizarro se não fosse completado com igual silêncio (ou desinteresse) por parte do jornal do partido de Afonso Costa, *O Mundo*, que ignora também todo o assunto, não entrevistando sequer qualquer dos delegados da ITO quando estes vêm a Lisboa em fins de Maio de 1912. *O Dia*, do monárquico-católico J. A. Moreira de Almeida, só se interessa pelo que na imprensa estrangeira se cicia sobre a partilha das colónias portuguesas ou sobre a nova lei de imprensa em perspectiva, ou ainda com trivialidades como o facto dos deputados Carlos Amaro e Júlio Martins se terem esmurrado na câmara dos deputados⁽²⁵⁾... Como os demais jornais — *A Capital* ou *O Século* —, *O Dia* está mais interessado em fazer-se eco da balbúrdia do dia-a-dia do país, com relevo para as greves, descatos à ordem, ameaças de nova invasão dos monárquicos homiziados na Galiza, etc. Quanto à *Nação*, ignora o projecto angolano em debate e só noticia a crise política em marcha — ou o aniversário de S. S. o Papa Pio X...

A única nota claramente anti-semita que se encontra na imprensa lusa da altura foi ferida pelo romancista António Campos Júnior (1880-1917), autor de romances populares como *A Filha do Polaco* e *Guerreiro e Monge*. Escrevendo num jornal de que o monárquico (e depois sidonista) Eduardo Schwabach é director — o *Diário de Notícias* —, Campos Júnior publica a 29 de Julho

de 1912 um artigo agoirento intitulado «Planaltos da Judeia»⁽²⁶⁾: denunciando o plano de colonização judaica de Angola a tentativa de realização duma «nova Judeia feita do espólio de um Portugal ingénuo», o romancista d'Os *Últimos Amores de Napoleão* vê por detrás desse empreendimento as maquinações dos que chama «tudescos do Sul» perante a «expectativa interesseira dos bravos negros». E prossegue, indignado: «Não pode ser», garantindo que permiti-lo seria dar provas da «falência histórica» duma nação colonizadora. Em suma, o «ingénuo sonho» — ou, como escreve em itálico o próprio romancista, a «*prodigioso plano*» não passaria dum acto de autêntica pirataria feita com conluio internacional. Evitando vir a ser tachado de anti-semita, Campos Júnior tem porém o cuidado de garantir que nada o move contra os Judeus, essa «infortunada raça, cruelmente perseguida, odiosamente espoliada»... Se combate o plano angolano, garante, fá-lo porque o preocupa o «Portugal Maior» (uma expressão que será em breve cara aos Integralistas lusitanos e, mais tarde ainda, ao Estado Novo salazarista), que seria em breve submergido por um milhão de Judeus nos planaltos angolanos. Em suma, estaríamos perante uma espécie de levada que alaga sem fecundar; tornar-se-iam planaltos da Judeia as terras que iam dos sertões de Huíla aos do Bailundo e de Malanje à Lunda — e «isso de maneira nenhuma», adverte Campos Júnior, que fecha com este tom apocalíptico:

«Águias negras voam gritando as suas cobiças por cima daquela altitudes que as gentes de Israel, sem os nossos direitos, a nossa tradição, a nossa alma e o nosso sangue, nunca de coração devotado poderiam defender». Por outras palavras, só um sentido tradicionalista de «Blut und Boden» lusitanos garantiriam, aos olhos deste antigo militar e político do Partido Regenerador, a defesa de possessões portuguesas em África...

Voltando a Emílio Costa, recorde-se que Ezequiel de Campos respondeu às reflexões do anarquista de Portalegre, expendendo considerações técnicas sobre o problema agrícola do Alentejo, uma das suas especialidades como engenheiro agrónomo preocupado com o rendimento rural, a questão da reforma agrária e o problema energético

português. A sugestão deixada por Emílio Costa — colonizar o desértico Alentejo com 30 000 Judeus — enfurece Campos, que discorda de que a fixação dos colonos judaicos naquela região fosse benéfica porque nos ensinariam a sermos menos pobres e menos ignorantes (dissera E. Costa a 24-V-12); Campos discorda na sua «Resposta às cartas dum provinciano — valorização do Alentejo por 30 000 israelitas» (*A Capital*, 25-V-1912). Começando por lembrar que deu voto favorável ao projecto judaico para Angola, ocupa-se em seguida do problema rural alentejano, lamentando que todos os anos umas 40 000 pessoas abandonem a terra em charneca para emigrarem; liga o problema da emigração com o da demografia e a questão da manutenção das colónias, que considera axiomático para a sobrevivência do país; discorda do alvitre de Costa no sentido de colonizar o Alentejo com Judeus e lembra a vantagem dum lei que modificasse as estruturas agrárias do Alentejo — o que o próprio Ezequiel de Campos tentaria em 1925, durante o governo presidido por José Domingues dos Santos; não havia, porém, assevera, qualquer vantagem em aproveitar os Israelitas no Alentejo. E termina: «Portugal! ergue-te a ti mesmo: Levanta-te e caminha!»: era já o seu tão caro *Leitmotiv* do Lázaro... (27).

4. Visitas dos territorialistas a Portugal

A 15 de Junho a câmara dos deputados aprovava, pois, o projecto israelita de colonização angolana, em detrimento do projecto subscrito pelo antigo governador de Moçambique. Cerca de um mês antes dessa aprovação, começaram a chegar a Lisboa representantes da ITO para estarem presentes na sessão final que sancionaria o projecto que partira dela. O primeiro foi Jacob Teitel (28), que se demitiria das suas funções na magistratura russa para se dedicar à obra da ITO. A comissão científica que nessa altura refere, destinada a fazer uma análise da zona dos planaltos angolanos onde se iriam fixar os colonos judeus, culminaria de facto num relatório que seria dado à estampa em 1913 com o título de *Report on the Work of the Commission, sent out by the Jewish Territorial Organization* (...) de autoria do Prof. John

Walker Gregory (29). Pouco depois chegavam a Lisboa outros delegados da ITO — aos quais os jornais, nomeadamente *A Capital* (de Manuel Guimarães) e *O Século* (de Silva Graça), sem esquecer a *Ilustração Portuguesa* (revista semanal ilustrada editada pelo *Século*) dão especial atenção — o próprio Zangwill, acolitado pelo Dr. Jockelmann, presidente da comissão de emigração dos Judeus de Kiev, e Rubinstein, da delegação territorialista helvética. *A Capital* entrevista também Terló e a *Ilustração Portuguesa* publica uma fotografia dos quatro territorialistas referidos, com excepção de Rubinstein (i. e., Zangwill, Teitel, Terló e Jockelmann) (30). Segundo Terló, em declaração ao *Século* (5-VI-12), o novo Governador de Angola, Norton de Matos, teria sido posto ao par dos desígnios israelitas.

O Século de 28 de Maio de 1912, sob o cabeçalho de «Os nossos visitantes/Ismael [sic] Zangwill», dedicava largo espaço, na primeira página, ao presidente da ITO, o «ilustre filósofo inglês», como lhe chama a gazeta de Silva Graça. E o jornal começa por chamar a atenção para uma vantagem imediata do plano de colonização judaica: a passagem dos colonos judeus por Lisboa seria já uma fonte de riqueza para Portugal, uma vez que, por mais pobres que fossem esses Israelitas perseguidos na Rússia, teriam por força de fazer escala na capital lusa, aqui deixando muito do capital que traziam... E o jornalista sublinha outra vantagem deste projecto: o do nome da República portuguesa se salientar daquele modo no estrangeiro, para sempre, pela maneira desassomburada como se propôs receber os Judeus escorraçados da Rússia. Vindo a Portugal, Zangwill comprovava afinal a confiança que lá fora se tinha na tolerância religiosa do novo regime luso (esta observação do *Século* tinha a sua razão, uma vez que a intolerante lei de separação do Estado das Igrejas fora mal acolhida em Inglaterra). Ocupa-se depois o jornal da figura mesma de Zangwill, cuja obra enaltece, considerando-a «gigantesca e imortal». Nesse mesmo dia 28 de Maio, *A Capital* entrevistava também o presidente da ITO. A pergunta sobre que capital entraria em Angola, Zangwill responde que ele se cifra em 1350 contos, e que seriam mil as famílias de prófugos Ju-

deus da Rússia; e lembrava que outros países lhes tenham oferecido território de asilo: a Inglaterra e a Itália. Na entrevista que, por seu turno, Terló concedia ao mesmo jornal (*Século* de 5-VI-1912), informava-se que mil famílias partiriam para os planaltos angolanos, para o que dispunham já de 1300 contos; e refere que o passo seguinte, após a aprovação do projecto, seria o de reunir, em Viena, uma conferência dos diversos institutos judaicos de molde a obter todo o auxílio financeiro necessário à concretização do plano de colonização. Refere Terló que este plano em nada prejudicava a emigração portuguesa, porquanto esta se dirigia de preferência para o Brasil e a América do Norte: expulsos da Rússia pela intolerância racial e religiosa, os Judeus que fossem para Angola só trariam benefícios ao Governo Português, contribuindo para enriquecer o património colonial lusitano, criando até, por assimilação, uma «raça neoportuguesa»... E prossegue: «Ponto de parte a ideia generosa de uma compensação oferecida pela República portuguesa pelo acto antipolítico de D. Manuel I, expulsando os Judeus de Portugal em 1496, o qual marcava o início da decadência financeira do país, temos de reconhecer que o povo israelita tem um conjunto admirável de qualidades que o torna apto na ocupação e regeneração da colónia de Angola (...)». E termina falando duma «obra séria e próspera para ambas as raças unidas sob a mesma bandeira» (*O Século*, 5-VI-1912, p. 1). Um ponto da entrevista de Terló merece ainda a nossa atenção: o facto de afirmar que o povo judeu seria agrícola; diz-se, sem fundamento — observa Terló —, que os Israelitas não são aptos para a agricultura, o que os factos aliás desmentiam; entre os Judeus, havia na Rússia europeia 384 000 agricultores, na Palestina 50 000, na Argentina 30 000, no Canadá 20 000, nos Estados Unidos 150 000, etc. Um ano depois, Terló fará novas declarações à imprensa (*A Capital*, 13-V-1913).

5. O relatório Gregory

A expedição enviada pela ITO partiu de Inglaterra a 24-VII-1912 e estava de volta a 17-X-1912, tendo-se assim visitado, diz Gregory, à pressa, uma região de umas 3000 mi-

lhas quadradas, num total de 1126 milhas percorridas, das quais 340 milhas a pé. A viagem incluiu uma escala em Lisboa, durante a qual Gregory teve oportunidade de encontrar diversas figuras políticas, técnicas e especialistas coloniais, desde o Coronel Freire de Andrade, o Dr. Bensaúde, bem como pessoas dos Caminhos-de-Ferro de Benguela (Benguela Railway Company), o general J. J. Machado e o Sr. Lane, sem esquecer o famoso Dr. Pereira do Nascimento, o apóstolo da colonização dos planaltos de Benguela, que forneceu ao geógrafo inglês mapas da região em causa e outras indicações úteis. Chegado ao Lobito, pôs-se em contacto com os construtores da referida via férrea, visitou Catumbela e encontrou o governador do distrito, o Major Pinto. No interior seria recebido pelo Dr. Sacramento Monteiro, director das estações agrícolas oficiais. Acompanhado pelo Sr. Robins, Gregory viajou pelo caminho-de-ferro, na máquina daquele engenheiro da firma construtora. Em Lepi achava-se já o Dr. Martin, que se integrava na expedição com o especialista de saúde: era um médico do Instituto Lister de Medicina Preventiva, de Londres, cujo relatório sanitário seria junto ao *Report on the Work of the Commission* (...). Dali, acompanhados de carregadores negros, seguiram até Huambo, onde chegavam a 29-VIII, dirigindo-se em seguida para o Bailundo, depois de passarem por Quingenge: visitaram o vale do Cutato, Ochilesa, os colonatos Boers de Sacanjimba, o país de Bulu-Vulu (que se estende até ao Bié), estando de volta a Huambo em meados de Setembro. Gregory encontrou Norton de Matos (o próprio Zangwill, na sua visita a Portugal em 1912, lhe pedira directamente autorização para que uma expedição da ITO visitasse Angola), que ali se deslocara para inaugurar, junto com o governador do distrito de Benguela, um novo troço do caminho de ferro. No Lobito, Gregory visitou ainda as plantações de óleo de palma, as plantações sacarinas e os jazigos calcários, com vista ao fabrico de cimentos e fertilizantes. A comissão mandada pela ITO deixou o Lobito, a bordo do vapor «Grantully Castle», a 24-IX-12, aportando à Inglaterra na data referida (17-X-12). O prefácio de Zangwill ao relatório é de Junho de 1913, isto é, foi feito quase um ano depois da reunião de Viena que se

realizou em 27/30-VI-1912 (e que ele refere nas pp. IX-X). Os pareceres de Johnston (que fora homem de confiança de Salisbury na altura do Ultimatum britânico a Portugal de 1890) e Nevinson foram também apresentados a esse congresso austríaco da ITO.

A conclusão fundamental de Gregory era de que as regiões planálticas de Benguela não seriam boas se comparadas com regiões colonizáveis do Canadá, da Austrália ou da África Oriental inglesa, mas que havia de ter em conta que os colonos judeus da ITO eram «imigrantes refugiados» (p. VI), ou seja, gente que fugia da pobreza e dos maus tratamentos nos países onde residiam. A terra angolana mostrava-se aliás superior à da Palestina para efeitos de colonização (loc. cit.).

No tocante à colonização, Gregory afirma que o Dr. Nascimento lhe garantira que não haveria nos planaltos mais do que 1000 colonos portugueses, sobretudo dados ao comércio; havia também os Boers que tinham entrado em Angola em 1877, tendo muitos deles chegado até ao distrito de Benguela. Isso explicava a existência de umas mil carroças de bois na região, sobretudo em Sacanjimba; mas os Boers, sublinha Gregory, não eram agricultores (p. 24). Quanto ao número de nativos na região, era difícil sabe-lo ao certo. Uma estimativa apontava para 100 000 negros nos planaltos em questão. A soberania portuguesa não era de todo garantida na região, sendo além disso de registar movimentos de cobiça partindo de estrangeiros. A presença da ITO em Angola poderia, assim, ser considerada pelo governo português como um reforço da sua própria presença colonial em África. Quanto às condições de sucesso da colonização projectada, diz Gregory que elas não seriam fáceis. A melhor região parecia-lhe ser a do alto Catumbela e do Rio Cuati. Quanto ao solo, essas regiões eram pobres em acidez e calcário. Em resumo, os planaltos de Benguela pareciam ser uma região muito salubre, de clima agradável e saudável, paisagem bela, sem as habituais pestes de insectos, e atraentes as suas condições de vida (p. 29). O facto de a região pertencer a um Estado que não era suficientemente rico para dispender muito em desenvolvimento colonial tornava possível garantir uma concessão que permitisse grande liber-

dade a um governo próprio («self-government») local (p. 29).

Quanto ao extenso prefácio de Zangwill, ele tem a vantagem de fazer o balanço dos anos cruciais de 1912-1913, além de referir em pormenor os contactos que ele mesmo manteve em Portugal por ocasião da sua vinda à Lusitânia em Maio de 1912: munido de credenciais do Foreign Office inglês, o dirigente da ITO avistou-se em Lisboa com o ministro inglês ali, Arthur Hardinge, que lhe foi de grande ajuda nas suas deslocações no meio político lisboeta. Além de conhecer Terló, o «infatigável e irrepreensível Senhor Terló» (I. Z. escreve *Senhor* em português, p. VIII), o escritor e político judeu encontrou-se com José de Almada, Ramada Curto, Manuel Bravo, o indispensável dr. Pereira do Nascimento, o então nomeado governador-geral de Angola — Norton de Matos —, o naturalista inglês W. J. Ansorge, Joaquim Machado — o presidente da Benguela Railway Company, deputados por Angola e alguns judeus portugueses, como o Sr. I. Levy, presidente da comunidade local. A pequenez desta «congregação miniatura» (p. VIII) em Portugal pareceu-lhe, aliás, factor óptimo; reduzida a 80 famílias, legalizada nesse mesmo ano de 1912, com uma forte lealdade ao governo da República, essa comunidade era, pela sua pequenez, excelente factor para não embarçar o projecto (cf. pp. IX-X). Mas outro ponto lhe pareceu muito vantajoso: a «presença de sangue judeu» (p. IX) entre os portugueses. «Todo o Portugal está subtilmente saturado de subscientes simpatias raciais e essa combinação de Judeus e Portugueses para criar um novo centro de civilização em Angola é uma mistura mais natural do que qualquer outra.» (loc. cit.). A presença judaica seria uma maneira de ajudar a manter o domínio luso em África. E no facto de «Portugal desejar explorar os Judeus para os seus próprios fins reside — assegura Zangwill — a verdadeira garantia da sua sinceridade, da real solidez deste projecto.» (ibidem). Por outro lado, como o farão aliás os próprios tratadistas lusos do problema, a colonização portuguesa não se dirige para África mas para o Brasil (veja-se adiante, a nota 45). Por fim, em Angola, terra tão vasta, haveria muito mais espaço para os Judeus do que na Palestina (p. X).

6. O projecto discutido no Senado

Aprovado em 15 de Junho de 1912 pela câmara dos deputados, o projecto seguirá para o senado (já que o sistema parlamentar português era bicamaral). Mas logo em Julho de 1912 surgem as primeiras sombras sobre o projecto recém-aprovado pelos deputados da República. Na sessão do dia 2-VII-1912, o deputado Bernardino Roque⁽³¹⁾, antigo médico em Angola, fazia-se eco de rumores de revoltas indígenas no planalto em causa e lia o telegrama chegado de Viena, noticiando reticências da ITO em levar o plano avante, «visto o estado de desordem e a falta de segurança que reina naquela região» (segundo uma notícia vinda a lume no *Século* desse dia 2-VII). Segundo o mesmo telegrama, também o clima da região onde se planeava estabelecer a colonização judaica não seria excelente — o que indignava Roque, que o considerava, ao invés, «delicioso e superior em alguns pontos ao de Lisboa». Como médico e conhecedor da região, Roque assegurava tratar-se dum clima fresco e seco, altamente salubre, onde a raça branca se adaptava perfeitamente, pois já ali havia uma segunda e uma terceira gerações com todas as condições de robustez e nenhuma degenerescência (sessão de 2-VII-12). E alude a uma passagem da notícia onde se referia a reconstituição da nacionalidade israelita, «aspiração aliás muito justa» — comenta Roque — pois é de «honrar tal aspiração que, no fundo, representa a ideia de pátria e liberdade. Mas não entre nós, Sr. Presidente [da Câmara], mas não nas nossas colónias, que são um prolongamento da nossa Pátria». Que se dessem aos Judeus territórios para colonizar, sim, mas não para que eles aí realizassem «a sua velha aspiração, o ideal da sua nova Sião», já que nunca os Portugueses poderiam tolerar que existisse «um Estado dentro doutro Estado»; a tirada foi coroada por *muitos apoiados*.

Dois dias depois, o próprio Ministro das Colónias — Cerveira de Albuquerque⁽³²⁾ — viria ao Parlamento dar esclarecimentos sobre o caso, começando por lembrar que o projecto aprovado não era de iniciativa governamental, e que ele mesmo o achava aliás «exageradíssimo»... (sessão de 4-VII-1912): houve *apoiados* na sala. E o caso, aparente-

mente bem encaminhado, entrou em período estival: caberia agora ao senado pronunciar-se sobre o projecto da câmara dos deputados.

Entretanto, em Viena, os territorialistas tinham já concluído o seu congresso (27 a 30-VI), examinando o projecto sancionado pelos deputados lusitanos, aos quais Zangwill agradeceu o terem aprovado uma lei que, de certo modo, vinha suavizar «a recórdação da expulsão dos Judeus cominada no séc. XV, sob o reinado de D. Manuel» e que dava «mais um passo no caminho da grande causa da fraternidade humana» (texto do telegrama citado por Roque na sessão parlamentar de 2-VII-12). Mas o congresso territorialista não se sentiu realmente satisfeito com o projecto aprovado, sobretudo porque nele não se concedia autonomia à organização que teria a seu cargo instalar os Israelitas em Angola; considerava-se, além de mais, porventura sem fundamento, que a situação na região era instável. O facto é que o congresso concluiu pela recusa da ideia de uma colonização privada, dando poderes ao conselho inglês para manter com Portugal negociações com vista a ulteriores desenvolvimentos, ao mesmo tempo que mandava a Angola uma comissão técnica donde sairia o referido relatório da responsabilidade do geólogo inglês Gregory, editado em 1913, o *Report on the Work of the Commission (...)*, tendo em anexo a tradução inglesa do projecto aprovado em 15 de Junho pelo parlamento luso. Pouco tempo volvido, Zangwill, como vimos, sabedor dos planos anglo-germânicos da partilha de Angola e Moçambique, dirige-se a Lord Rothschild e oferece os bons ofícios do territorialista James Simon, amigo de *Kaiser* Guilherme II, por um contacto com o soberano alemão, o futuro «dono» de Angola, já que o tratado de partilha do Sul angolano previa que essa zona ficasse integrada na esfera do chamado Sudoeste Alemão (desde 1968 designado por Namíbia)... As nuvens da Política europeia e um senso agudo de realismo, de *Realpolitik*, levaram os dirigentes da ITO a não confiar demasiado nos colonizadores presentes do «albergue nocturno» angolano.

O projecto emergiu de novo, para discussão no Senado, quase um ano depois, em Maio de 1913, cabendo agora a António Bernardino Roque — que se mostrava crítico em

relação a ele — apresentar o parecer n.º 92 sobre a proposta de lei n.º 200 B, datada de 21-VI-12 (aprovada a 15-VI-12) ⁽³³⁾, sobre a colonização israelita das zonas planálticas angolanas, «dando todas as facilidades compatíveis com a não desnacionalização do território, para que ali afluam capitais, sejam eles nacionais, sejam estrangeiros» (parecer lido na sessão de 10-III-1913, apresentada pela comissão das colónias, sendo aprovada também pela comissão de finanças a 31-III-13). Em Maio, portanto, entra-se no debate do projecto, ao qual o Senado desde logo propusera uma emenda no tocante ao número inicial de hectares, que achava exagerado... E logo a 1-V-13, Roque cita Terló, chamando-lhe «pai do actual projecto em discussão, pois a ideia partiu dele»; no dia seguinte, 2-V-13 refere-se-lhe como «o fulcro em torno do qual giram todas as pretensões israelitas em Portugal, pois é o seu representante». E desde logo propõe Roque que no artigo 1.º o termo «israelita» seja substituído por «estrangeiro» (o que, aliás, não veio a ser aceite). No mesmo sentido se exprimiria também o Ministro das Colónias do governo Afonso Costa, Almeida Ribeiro ⁽³⁴⁾.

Assim, pois, sente-se na discussão do projecto de colonização judaica, no Senado, um vento hostil, hostilidade que vai perdurar em todo o debate nesta câmara, desde Maio até finais de Julho desse ano de 1913. Por exemplo, logo no começo, quando Roque lembra a fixação dos Boers na região do Sul de Angola ⁽³⁵⁾, fala do facto de os emigrantes holandeses terem constituído «uma raça aparte, nunca se considerando como Portugueses» (sessão de 1-V-13), o que era uma clara advertência quanto ao que os Judeus ali podiam voltar a repetir. E adverte ainda: se eles querem uma tão vasta área do planalto de Angola, é porque «evidentemente têm em mira aí constituírem uma pátria livre, ambição de todos eles». Explica a diferença entre o territorialismo palestiniano da ICA e o territorialismo da ITO. E termina pedindo que os Judeus em Angola não possam «constituír um Estado independente. Isso nunca!» (sessão de 1-V-13).

O novo tom está dado: pouca simpatia pelo projecto judaico, receio de constituição duma Sião angolana, temores nacionalistas de que a estrangeiros sejam dadas condições

preferenciais, susceptibilidade patriótico-colonial de que o caso *boer* se repita agora. Céptico no debate na câmara dos deputados, em 1912, Roque aparecia agora, no Senado, como evidente antagonista do antigo projecto Bravo. Claro que surgem defensores seus, como José Nunes da Mata, que conhece Cabo Verde e esteve em Angola, e que reputa os Israelitas ideais para dar prosperidade e progresso ao planalto de Benguela. A sua intervenção tem aliás um evidente carácter filo-semita (sessão de 1-V-13); depois de referir um episódio sangrento de 1516, observa: «Por conseguinte, se o Senado der o seu voto à proposta de lei, presta um bom serviço à humanidade e à Pátria, e pratica um acto de reparação para com muitos dos descendentes de Israelitas que foram vítimas dos nossos antepassados.» A intervenção de João José de Freitas — que seria linchado em 1915 após uma tentativa sua de assassinar João Chagas — fez-se no mesmo sentido, recordando a fidelidade lusa de tantos Judeus saídos de Portugal em finais do século XV, recordando ainda o uso do português na sinagoga de Amesterdão (sessão de 1-V-13). A aprovação do projecto seria, pois, remata João de Freitas, «como que uma reparação que a actual República ia conceder aos expulsos da metrópole, depois de 4 séculos de expulsão.»

Mas o debate prossegue com pouca simpatia pelo projecto que os deputados aprovaram em 1912. O governo de Afonso Costa, ali representado por Almeida Ribeiro, não acarinha verdadeiramente o plano judaico para Angola — e isto apesar do delirante Mário Saa garantir que o chefe do Governo em 1913 seria duma semelhança flagrante com o rabino de Lisboa, Samuel Mucznik, Judeu russo ⁽³⁶⁾...

Todavia, não deixa de ser curioso que o relator do projecto, Bernardino Roque, mudará repentinamente de opinião, passando a defendê-lo a partir da sessão de 9 de Junho: confessando que, de início, o projecto lhe não era simpático, afirmava perfilhá-lo agora, depois de ter ido à comissão senatorial do Senado. Garante que a colónia israelita pode até ser altamente proveitosa para os Portugueses, desde que se tomem os «devidos cuidados» (sessão de 9-VI-13). E num notável *volte-face*, acaba por aceitar as últimas pro-

postas da ITO, fazendo concessões a companhias financeiras judaicas em vez de concessões individuais; às companhias podiam ceder-se um máximo de 500 000 hectares de terreno. Não haverá porém que recear que dele façam uma pátria independente: mas poderão ali viver «numa independência relativa, debaixo da acção fiscalizadora portuguesa, mas governando-se por leis suas»? Roque discorda, chegando a garantir que o Judeu não é agricultor mas negociante — o que leva Arantes Pedroso a lembrar que, se na Rússia os Israelitas não são agricultores, é porque lhes não autorizam a ter terrenos. Este reparo leva Roque a fazer estes: «O Israelita tem sido sempre um vagabundo, um judeu errante, como vulgarmente se diz. Ele demora-se pouco tempo num lugar qualquer, porque não lhe dão mesmo tempo para isso. Em qualquer ponto que se fixe é logo perseguido, de forma que não tem tido ocasião para se dedicar à agricultura. (...) Onde ele pode ser negociante, vai aproveitando o negócio, mas não se fixa. O que é preciso que ele seja, para se fixar, é agricultor, amando a terra; o que até agora não tem acontecido.» E voltando à fixação dos Judeus nos planaltos angolanos, espera que ele ali se cruze com os Portugueses, formando uma «nova raça portuguesa». E formula votos para que o projecto seja aprovado sem demoras, para que a colonização se faça o mais depressa possível, pois Angola precisa de «braços brancos que colonizem os seus planaltos, cujo clima nada deixa a desejar para o desenvolvimento da raça branca.» Em suma, ignorando em absoluto a população autóctone negra, Roque aceita os Judeus para em Angola se reforçar o elemento europeu.

O Senado ocupar-se-ia ainda do projecto durante mais quatro sessões (de 11 a 29 de Junho), nas quais o projecto recebe alguns ataques (o do Senador Adriano Augusto Pimenta, e do lente coimbrão Pedro Martins). As intervenções de Pimenta⁽³⁷⁾ levaram mesmo outro membro do Senado a taxá-las de «anti-semitas»: disse-o Francisco Correia de Lemos⁽³⁸⁾, que afirma se sentiria honrado se nas suas veias corresse sangue hebreu, lembrando ainda a necessidade de remir «um grande pecado, praticado ao tempo de D. Manuel» (sessão de 12-VI-13). E como Pimenta tivesse aludido em tom acre, sem o

nomear, a Terló, Bernardino Roque vem à tribuna defender o Judeu da ITO, que seria «um Israelita ilustrado». Nas sessões seguintes, Pimenta continuaria a atacar o projecto angolano (16 e 29-VI), falando mesmo de «um enorme perigo para nós» (16-VI) vindo dos Judeus. A 29-VI-13, enfim, o Senado dá por acabada a discussão do projecto de colonização israelita, aprovando-se os 13 artigos do diploma. A extensão das concessões ficou fixada ao dobro, logo que o colono tivesse cultivado três quartas partes do terreno concedido (sessão de 29-VI-13). No art.º 11.º, a expressão «estrangeiros nacionalizados» era substituída por «Israelitas nacionalizados».

De Inglaterra, em carta a Bensaúde, Zangwill descrevia porém da exequibilidade do projecto: «Verá que a Lei Judaica (*Jewish Bill*) desaparecerá nada-morta mesmo que passe.» (carta de 4-VI-1912, existente no Arquivo Sionista de Jerusalém).

7. A agonia do plano

Em suma, a 29-VI-1913 o projecto estava finalmente aprovado: faltava apenas fazê-lo votar conjuntamente pelas duas câmaras. O que, nunca tendo acontecido, acabaria aliás por o inviabilizar na prática... Esta omissão parece bizarra, sobretudo se atendermos ao facto, referido por Bensaúde, dum renovo de interesse pelo projecto, por parte do governo (cartas a Zangwill, de 17-VIII-1913, 29-VIII e 13-IX, cit. por Marmor); a 24-VIII-13, Zangwill manifestava a Bensaúde a esperança de que o governo lusitano, com base no relatório Gregory, entrementes publicado, fosse mais longe nas concessões à ITO do que aquilo que o projecto permitia. O Banco Colonial Português manifestou também interesse pela ideia, conforme se depreende da correspondência então trocada entre José de Almada e Zangwill, entre Junho e Setembro de 1913⁽³⁹⁾. Pensou-se em trazer então a Lisboa uma missão financeira da ITO, mas a debilidade desta organização não lhe permitia porém mobilizar figuras bancárias de destaque. Em Outubro de 1912, Rothschild expusera já a Zangwill reticências sobre a hipótese de mobilizar fundos para a projec-

tada colónia judaica em Angola ⁽⁴⁰⁾: no fundo, Lord Rothschild negava-se a financiar o territorialismo angolano. Um ano depois, em Novembro de 1913, a própria ITO tentaria remediar a questão financeira constituindo uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada, com um capital de 250 000 libras esterlinas, com acções de uma libra cada uma ⁽⁴¹⁾. Nem mesmo esse modesto projecto teve realização efectiva, tanto mais que, nessa altura, em finais de 1913, a organização de Zangwill atravessava uma grave crise interna: alguns dos seus membros mais influentes, tais como Lucien Wolff, Sebag-Montefiori e Michael Herman Kisch tinham já perdido a confiança na exequibilidade da própria ITO. Decidiu-se mesmo dar por encerradas as tarefas da organização, mantendo apenas o apoio à comunidade agrícola judaica de Galveston (Texas). Alguns dos territorialistas passaram-se para o Sionismo, tais como o referido Kisch, Jacob Schiff e Nathan Strauss.

Em carta a Bensaúde, de 12-V-1913, Zangwill desabafa o seu mau-humor antiportuguês, lembrando que os Judeus não eram «uma pobre horda à espera de migalhas, mas uma Potência que devia ser tratada como uma Potência», e lembrava que não precisavam «do que Portugal oferece» (carta inédita, Arquivo Sionista).

Em suma, ao abrir-se o ano de 1914, com as sombras da próxima guerra a crescerem no horizonte da Europa, Zangwill e Bensaúde concordaram em que o plano angolano devia ser abandonado. O Conselho Mundial da ITO, aprazado para Setembro desse ano em Zurique, deveria pronunciar-se de vez sobre o caso. De qualquer modo, legalmente falando, o projecto do parlamento português apodrecia literalmente: a Constituição de 1911, nos seus artigos 32 e 33, exigia votação conjunta das duas câmaras para que o projecto se convertesse em lei; por falta de decisão política, o projecto morreria, esquecido nas actas das sessões do Congresso da República portuguesa: cumpria-se, assim, a profecia de Zangwill. No plano europeu, o incêndio guerreiro no verão de 1914 levou o que restava dos propósitos territorialistas de Zangwill. Até Bensaúde abandonaria então a ITO. Em 1912, ao discutir-se no parlamento o projecto judaico

para Angola, o deputado de Cabo Verde, José Barbosa ⁽⁴²⁾ observara já (sessão de 8-VI-12): «A Pátria israelita, com que sonha o sionismo, não se reconstitui senão na Palestina; fora dessa região, não há meio de os Israelitas aceitarem a ideia de reconstituírem a sua Pátria.»

Isto, que era um argumento a favor do plano territorialista para Angola, continha também um axioma para os próprios Judeus. A declaração de Balfour, de Novembro de 1917, antes mesmo do final da guerra, abria aos Israelitas de todo o mundo o único território possível. E em 1918, a própria ITO nomeou um dos seus dirigentes, David Eder, como membro da recém-criada Delegação Sionista, ao mesmo tempo que suspendia as suas actividades, embora só em 1925 se consumasse a sua dissolução. Todos os planos angolanos se esfumavam de vez. E, para Angola, nem haveria a «Nova Lusitânia» do entusiasta Dr. Nascimento ⁽⁴³⁾ nem o «albergue nocturno» ou «Palestina Portuguesa» nos planaltos de Benguela. No mesmo ano em que o Parlamento começava a debater o plano angolano, aparecera em língua portuguesa um livrinho profético: *Um Estado Judaico/Tentativa para uma nova solução do problema Judaico* ⁽⁴⁴⁾. O que Herzl, desde 1896, encarar como possível era, de facto, uma Palestina provisória; essa opção não excluía em absoluto as hipóteses territorialistas que viriam mais tarde a ser propugnadas, embora inclinando-se, com natural e inquebrantável lógica afectiva, para Sião, para «Eretz Israel», aquela mesma que o salmo 137 garantia que, se o desterrado alguma vez a esquecesse, a sua mão secaria e a sua língua ficaria colada ao palato — ou seja, que o gesto e a palavra deixariam de ter sentido se Jerusalém fosse esquecida, mesmo depois depois de tantos séculos de *galuth* (exílio), de Diáspora, de dispersão.

Neste sentido, não deve ser esquecida ou minimizada a acção de territorialistas como os da ITO que tentaram encontrar um «albergue nocturno» num mítico e real planalto ameno em Angola, já que o próprio fundador do Sionismo de Sião pendera por algum tempo para tal eventualidade — e ele mesmo encarou, ainda que logo fosse derrotado, uma alternativa táctica africana, durante o Congresso de 1903. O cavalheirismo da «penitên-

cia» republicana portuguesa nada resolveu afinal, nem para Portugal⁽⁴⁵⁾, nem para os Judeus, nem — finalmente, *last but not least* — para os próprios nativos de Angola, os grandes ausentes neste debate luso-israelita. Mas ficou, mesmo como sonho mutilado

e nau afundada num lóbrego mar de sargaços da política e da História, como uma polémica que agitou tanto Portugueses como os próprios Judeus.

(Texto redigido por João Medina)

NOTAS

(1) Sobre estes intentos, veja-se Wolf Terló, «Projecto de colonização israelita no planalto de Angola» in *Boletim do Comité representativo da Comunidade Israelita em Lisboa*, n.º 1, de 12-IX-12, pp. 39-46 (datado de Lisboa onde Terló residia, e anotado, nas pp. 40-41, por José Benoliel, outra importante figura da comunidade judaica portuguesa).

(2) Além do artigo acima referido, o único estudo sobre este assunto é o artigo, em hebreu, do Israelita Itak Marmor, «Ha-masa u-matan ha-diplomati shel ha-histradut ha-territorialistit ha-yehudit ITO u-mesibot kishlono (trad.: «As negociações diplomáticas da Organização Territorial Judaica ITO e as circunstâncias do seu fracasso»)», revista *Zion*, Jerusalém, XI, 4, 1946, pp. 109-140 e 175-208. Sobre a Organização Territorial Judaica (ITO) veja-se: Walter Laqueur, *Histoire du Sionisme*, Paris, Calmann-Lévy, 1973, e David Vital, *Zionism: The formative Years*, Oxford, Clarendon Press/Oxford University Press, 1982 (*maxime*: pp. 159-160 e 443, sobre as negociações ITO/República portuguesa).

(3) A teoria do «alberque nocturno» (*Nachstasyl*) fora defendida pelo sionista Max Nordau (1849-1923) e procurava substituir a escolha imediata da Palestina como local para a ressurreição da pátria judaica por alguma outra qualquer solução provisória. Entre estes chegou a ter alguma hipótese a sugestão do Uganda como «alberque nocturno» judaico, plano proposto durante o VI Congresso sionista (Basileia, 1903). A comoção criada por esta proposta foi imensa (cf. André Chouraqui, *Théodore Herzl*, Paris, Editions du Seuil, 1960, *maxime* pp. 308-316). Esteve-se, de facto, à beira da ruptura: Herzl foi acusado de traidor, houve choros dos sionistas russos mais intransigentes e, depois da intervenção apaziguadora do próprio Herzl, o congresso pronunciou o antigo juramento bíblico: «Se eu te esquecer, o Jerusalém, que me seque a minha mão direita...» Rodeado de Zangwill, Nordau e outros, Herzl lembrou que a Palestina

era o único país onde os Judeus podiam reconstruir a sua terra, mas lembrou que o povo judaico estava aflito, que era perseguido e chacinado, que se tornava urgente obter uma terra provisória de asilo. O congresso encarregaria uma comissão de estudo de ir «in loco» estudar a hipótese ugandesa. Isto passa-se, pois, entre 22 e 28 de Outubro de 1903, durante o VI Congresso, em Basileia. Em Dezembro, Herzl é informado de que o rei da Itália lhe concederia uma entrevista. O próprio Herzl oferece à Turquia, ainda nesse mês, 100 000 libras esterlinas pela colonização duma região na Palestina. No ano seguinte, Herzl avistava-se com o rei Vítor Manuel III (havia a hipótese dum «alberque nocturno» na Tripolitânia) e com Pio X. E a 3 de Julho de 1904, esgotado e desanimado, Herzl falecia. Sobre o seu funeral, veja-se o impressionante depoimento do Judeu austríaco Stephan Zweig no seu livro de memórias *O Mundo de Ontem* (Porto, Livraria Civilização, 1953, *maxime* pp. 142-152). O autor de *Amok* evoca aí o que foi, para milhares de Judeus, a morte do fundador do Sionismo: «Lia-se em cada olhar uma consternação indizível, provocada pela infausta notícia da morte daquele que, então, todos reconheciam ser o grande chefe, o que só as questiúnculas efémeras não permitiram compreender. O funeral tomou proporções extraordinárias. Viena tinha o pressentimento de que, levando Herzl ao cemitério, não ia apenas enterrar um poeta ou um escritor, mas um homem duma envergadura daqueles que só muito raramente aparecem e que, pelo pensamento criador, têm jus à estima e à admiração de todo um povo. A beira do seu túmulo desenrolaram-se cenas impressionantes. Um frenesim quase desaustinado apoderou-se daquela multidão comovida até às lágrimas e ao choro convulsivo, que se comprimia à volta do caixão numa tentativa de suprema homenagem e de um verdadeiro adeus. (...) E adivinhei, então, em presença do dramatismo, que um milhão de almas espontaneamente patenteava, como havia sido grande a paixão e a esperança que

o incompreendido que baixava à tumba havia feito germinar no mundo, unicamente pelo poder do seu pensamento criador.» (*op cit.*, pp. 151-152).

A recusa do plano ugandês só foi definitivamente tomada por ocasião do VII Congresso sionista, em 1905, quando Herzl já não existia. Convém todavia lembrar que, no seu *Estado judaico* (1896), publicado um ano antes do primeiro congresso sionista, Herzl imaginara duas hipóteses para a criação do Estado dos Judeus: na Palestina ou na Argentina, expondo as vantagens e inconvenientes de cada um destes planos. Assim, pois, Herzl não condenara *in limine* a alternativa territorialista, que ele mesmo fizera sua por algum tempo ao aceitar a hipótese ugandesa.

(4) Israel Zangwill (1864-1926), filho de emigrantes russos estabelecidos na Inglaterra, autor de contos satíricos e de obras romanescas que lhe valeram o cognome de «Dickens judeu»: *Children of the Ghetto* (1892), *Dreamers of the Ghetto* (1898), *Ghetto Tragedies* (1893), *Ghetto Comedies* (1907), etc. Amigo de Herzl e Nordau, visitou a Palestina em 1897 e participou no I Congresso sionista como observador, mas abandonou o sionismo oficial em 1905, fundando então a ITO (cf. artigo que lhe é dedicado na *Encyclopaedia Judaica*, Jerusalém, vol. 16, 1971, colunas 930-933, com retratos de I. Z., col. 931) e *Enciclopedia Judaica Castellana* (México, 1940, vol X, pp. 574-575). São escassas as traduções portuguesas de Zangwill, apesar de, num dos seus livros, tratar do drama de um Judeu português de nomeada, Uriel da Costa: veja-se *Dreamers of the Ghetto* (Londres, William Heineman, 1906, pp. 65-103; «Uriel Acosta»). Os sefarditas portugueses de Londres são fulcrais no seu divertido livro *O Rei dos Schnorrers* (Rio de Janeiro, Edições Biblos, 1962): o mendigo em causa chamava-se Manassé Bueno Barzilai Azevedo da Costa e reivindicava, diante do opulento correligionário azkenaze (ou «tedesco») Grobsoc, a superioridade dos sefarditas (cf. *op cit.*, pp. 27-28), lembrando-lhe: «Os senhores ontem ainda eram imigrantes, refugiados dos guetos da Rússia, Polónia e Alemanha. Nós, porém, como o senhor bem sabe, estamos aqui há gerações; na península os nossos antepassados frequentavam as cortes dos reis e controlavam as bolsas dos príncipes; na Holanda tínhamos o império dos negócios. Nossos foram os poetas e sábios em Israel. O senhor não pode esperar que nos misturemos com a sua ralé, que nos prejudica aos olhos da Inglaterra. Nós tornamos uma honra o nome de Judeu; os senhores o degradam. Os senhores são a multidão heterogénea que saiu do Egipto com os nossos antepassados.» (*Ibidem*, p. 28); o orgulho dos sefardis é também evocado nesta obra espirituosa (pp. 86 ss: o uso do Livro em Português: p. 89, cujo conteúdo bem poucos, aliás entendiam...). Sobre esta comunidade, veja-se o estudo de Albert M. Hyamson, *The Sephardim of England — A history of the portuguese jewish community — 1492-1951* (Londres, Methuen & Co, 1951). Os apelidos

do «Schnorrer» são, de facto, frequentes na comunidade sefardita britânica.

(5) Mário Saa (1894-1971), *A Invasão dos Judeus*, Lisboa, Ed. do A., 1925 (pp. 150 e ss: «República: Estado judaico»). Referindo-se aliás ao plano de colonização judaica de Angola de 1912-13, Saa reproduz, na pág. 165 do seu delirante livro, as fotos dos que «aprovaram o projecto de entrega do Planalto de Angola aos israelitas de todo o Universo» (legenda da grav, da pág. cit.): José Relvas, José Barbosa, José Bernardo Lopes da Silva, Praxeres da Costa («índio»), Carlos Maia Pinto, Amílcar Ramada Curto — que eram todos «judeus» ou «cristãos novos»... Noutro opúsculo seu, intitulado *Portugal Cristão-novo ou os Judeus na República* (Lisboa, Henrique Torres, 1921), escrevera já: «os que dominam hoje Portugal, quer eles saibam, quer não, são os descendentes directos dos cristãos-novos.» (p. 4).

(6) Sobre este assunto veja-se Jean-Pierre Alem, *La Déclaration Balfour / Aux sources de l'Etat d'Israël* (Bruxelas, Editions Complexe, col. «La mémoire du siècle», 1982).

Complemente-se com o estudo de Abraham Baumkoller, *Le Mandat sur la Palestine*, Paris, Librairie Arthur Rousseau, 1931.

(7) D. Miguel Aleixo António do Carmo de Noronha (1850-1932), 3.º Conde de Paraty, bacharel formado em Direito, iniciou a sua carreira diplomática no Rio de Janeiro, foi depois segundo secretário na Santa Sé, primeiro secretário no Rio, Roma e Berlim, encarregado de negócios em Madrid e no Rio, ministro plenipotenciário em Viena de Austria, onde se achava à altura da revolução republicana de 1910, sendo aliás um dos raríssimos membros do corpo diplomático que se aposentou para não servir o novo regime. Note-se que uma das suas filhas casou com o paladino monárquico Paiva Couceiro.

(8) Veja-se *The complete Diaries of Theodor Herzl* (editado por Raphael Patai, trad. de Harry Zohn), Nova Iorque, The Herzl Press, Thomas Yoseloff Publisher, 1960, vol. IV, pp. 1487 ss. A 13 de Maio de 1903, Herzl refere a hipótese de Moçambique juntamente com a hipótese de Chamberlain em relação ao Uganda, mas confessa que deseja adquirir essa concessão do governo português apenas para forçar os Ingleses na sua negociação quanto à península do Sinai e talvez mesmo quanto a Chipre... (p. 1487). No dia 16, refere Nordau como podendo ir a Lisboa discutir a hipótese moçambicana ou negociá-la ele mesmo em Viena, imaginando o diplomata português como algum «hidalgo clerical, pois eles não mandariam outro género para a Austria» (p. 1491) — no que não está muito longe da verdade!... Sempre às voltas com a hipótese ugandesa que Joseph Chamberlain lhe propõe, Herzl decide ir, a 25 de Maio, visitar o Conde de Paraty, qu elhe pareceu uma figura desleixada a querer passar por aristocrata, e que o pai do Sionismo tentou desarmar com a sua «nonchalance» (p. 1498). Herzl pediu-lhe que perguntasse

ao seu Governo se estaria disposto a dar-lhe uma concessão para um território. «Sendo preguiçoso como todos os diplomatas, pediu-me para escrever essa carta por ele. Contudo recusei escrever ao Ministro das Colónias e Marinha. Eu queria antes escrever uma nota privada expondo as minhas ideias e a *question préalable*. Ele mencionou o seu genro, que era um colonialista e um oficial de artilharia. Mostrou-me um retrato dum jovem estroina» (p. 1499). O «estroina» em causa era o célebre militar Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1861-1944), oficial de cavalaria que servira na região da Humpata desde 1899 e depois no Bié — ou seja, ao sul das regiões que o projecto Zangwill consideraria: combateu junto de Artur de Paiva contra o Dunduna: algum tempo mais tarde (1895), segue com António Enes para Moçambique, combatendo na célebre batalha de Magul. Em 1901 volta de novo a Angola, em exploração dos itinerários projectados para os caminhos de ferro de Malange a Moçâmedes; em 1907 era governador interino em Luanda. Dessa experiência trouxe o livro *Angola / Dois anos de governo / Junho de 1907. - Junho de 1909* (Lisboa, 1910). A proclamação da República fez dele o caudilho militar das incursões monárquicas (1911 e 1912). Uma carta de Herzl a Paraty (16-V-1903) rematou esse contacto: note-se que o Judeu refere nela o genro do Conde, sem lhe mencionar o nome, como podendo associar-se à causa em vista. Mais adiante, refere a Companhia de Moçambique como uma forma de administração possível (pp. 1499-1500). E acaba aqui o contacto entre o fundador do Sionismo e as autoridades diplomáticas portuguesas. Nesses anos do reinado de D. Carlos I não parece crível que a proposta de Herzl fosse recebida com simpatia, sobretudo se tomarmos em conta a pressão dos meios conservadores clericais, potencialmente anti-semitas, na «entourage» da rainha D. Amélia de Orleães.

(*) Alfredo Bensaúde (Ponta Delgada, 1856-1941), formado como engenheiro de minas na Alemanha, foi professor no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, tendo sido encarregado por Brito Camacho — Ministro do Fomento no Governo provisório da República — de reformar o Instituto Superior Técnico; por morte de seu pai José Bensaúde (1835-1922), assumiu a direcção da empresa industrial açoriana que aquele criara. Seu irmão Joaquim Bensaúde (1859-1952) foi historiador dos descobrimentos portugueses. Os Bensaúdes eram originários de Marrocos e o seu próprio nome, adaptado à língua portuguesa, resultava da necessidade de não suscitar hostilidades no país onde viviam. Quanto a Terló (Odessa, 1877-Lisboa, 1948), ligou-se aos projectos vitivinícolas do Barão Hirsch na Palestina, tendo ido especializar-se em enologia em Bordéus, donde veio até Portugal, onde acabou por se fixar; a sua importância na comunidade judaica lusa tornou-o o centro do projecto angolano da ITO. Depois da instauração da Ditadura em Portugal, Terló foi por duas vezes preso; o seu processo na polícia política (PVDE e depois PIDE)

di-lo filho de Mardco e Rosa Terló, com escritório comercial em Lisboa, onde goza de grande protecção nos meios financeiros, sendo amigo de figuras destacadas como Alfredo da Silva, Alexandre Braga, Augusto Soares e João de Deus Guimarães; casado com Nona Clerer, tinha duas irmãs, Nina e Regina; preso pela polícia política em 1931, e logo solto, foi de novo preso em 18-IV-1939 «para averiguações»; transferido para a cadeia do Aljube (22-IV), seria expulso de Portugal pela fronteira marítima de Lisboa (18-V), ficando-lhe interdita a entrada em território português; antinazi e, segundo a polícia política, «bolchevista», Terló voltaria a Portugal em 1940; o seu processo nos ficheiros da PIDE tem o n.º 453/39; devemos estas informações à gentileza de Alberto Pedroso, investigador da história da oposição ao regime de Salazar.

Curiosa é a referência que ao enólogo judeu faz Paul Descamps no seu estudo *Le Portugal / Vie sociale*, (Paris, Didot, 1935, p. 443): «(...) partindo de Moscovo em 1890, quando os Judeus foram expulsos, foi para Jaffa [Palestina], onde seguiu durante cinco anos as aulas de Escola de Agricultura fundada pela Aliança Israelita Universal, com sede em Paris. Tendo seguido as aulas da Escola Enológica de Bordéus, aprendeu as práticas da profissão nas melhores caves de Bordéus, voltando por seis anos à universidade, indo para Hamburgo. Em 1914 era contratado pelo maior viticultor de Portugal, José Mário dos Santos. Dali veio para Coimbra ensinar o fabrico da vinha na Escola da Agricultura. Foi assim posto em contacto com proprietários e interessou-se de modo prático pelo fabrico e exportação do vinho. Organizou o *Conselho Enológico* de Lisboa. Entretanto, administra a secção de beneficências judaicas. Foi ele que concebeu o plano de estabelecer uma colónia israelita em Angola, mas o empreendimento foi interrompido pela guerra. Estimava em 1500 ou 1800 o número dos seus correligionários que viviam em Portugal.» Estes dados são interessantes, pese embora a vinda de Terló para Portugal ser anterior à data apontada por Descamps. No Arquivo Sionista encontramos, já depois de redigido este estudo, uma interessante carta manuscrita de Terló, endereçada a 6-V-1912, de Lisboa, à ITO (reunida em Zurique), onde faz a história da sua vida e da sua acção pela causa judaica (cinco páginas manuscritas). Ali se explica que contactou com o seu amigo pessoal José Relvas e com José de Almada, com o qual redigiu o projecto apresentado à Câmara dos Deputados.

A Aliança Israelita Universal foi criada em Paris em 1860, no mesmo ano em que nasceu Herzl, tendo a sua acção feito sentir-se sobretudo até 1914. Ela tinha por finalidade a emancipação e a elevação do nível dos Judeus de toda a parte, sendo assim a primeira organização judaica a prever a articulação dos Judeus dum modo global. Desempenhou um papel constante e discreto tanto no plano mundial como no plano diplomático e cultural, ajudando, por toda a Europa, a emancipação

judaica, sendo também assinalável a sua acção nas comunidades dos países muçulmanos. Criou uma organização escolar que ia de Tetuão e Tanger até aos confins da Pérsia, alargando-se pela Roménia, a Turquia, a Grécia, etc. É de facto nas suas modestas escolas que se inicia o esforço de emancipação judaica do séc. XIX. Quanto à própria Palestina, a Aliança adquiriu terras e fundou, em 1870, a primeira escola de agricultura do país, «Mikveh Israel», bem como as primeiras escolas primárias e profissionais de Jerusalém, introduzindo nelas o hebreu moderno que Ben Yehuda impulsionaria. Depois de 1914 registou-se uma certa retracção da Aliança, embora ainda hoje seja sensível a sua acção nos campos pedagógicos que lhe foram sempre caros. Herzl encontrou os seus primeiros seguidores entre alguns dos membros da AIU, nomeadamente Narciso Leven e Zadoc Kahn.

O Barão Moritz Hirsh (Munique, 1831-Hungria, 1896) foi um banqueiro enriquecido nos caminhos-de-ferro, tendo ajudado desde 1891 os Judeus perseguidos, no âmbito da ICA (*Jewish Colonization Office*), destinada a estabelecê-los no Novo Mundo, nomeadamente na Argentina, no Brasil e no Canadá. A ICA administrou, a partir de 1900 e até 1917, os colonatos palestinianos do Barão de Rothschild. O Barão Hirsch presidiu em pessoa à ICA até à sua morte, interessando-se pela colonização agrícola, pela educação e cultura dos seus correligionários. O Barão de Rothschild de que aqui se fala é Edmond James (1845-1934), que se interessara pela sorte dos Judeus russos desde os «pogromes» de 1881-1882, criando então colonatos agrícolas na Palestina, ficando conhecido pela alcunha de «o conhecido benfeitor»; ele é o pai do *Yiushuv*. Edmond James de Rothschild era o chefe do ramo parisiense da célebre família de financeiros judeus. Nos colonatos agrícolas, o Barão optou, a dada altura, pelo cultivo da vinha, em vez do dos cereais. Conjugado com a comissão judaica de Odessa, que tinha em vista também a colonização agrícola na Palestina, o Barão, integrado desde 1900 na ICA, está assim ligado ao desenvolvimento da agricultura do país que desde 1948 seria Israel. Em 1889 havia já vinte e duas organizações rurais judaicas na Palestina, com uma população total de cinco mil pessoas, numa superfície de 30 000 hectares. Cf. Abraham Revusky, *Les Juifs en Palestine* (Paris, Payot, 1936).

(10) Note-se que José de Almada é autor dum extenso estudo intitulado *Convenções anglo-alemãs relativas às Colónias portuguesas* (Lisboa, Edição do Estado-Maior do Exército, 1946) onde nada se diz, porém, sobre o projecto judaico de colonização em Angola (gizado precisamente na altura em que a diplomacia britânica e germânica preparam a partilha das colónias portuguesas de África, o que certamente pesou, do lado inglês, sobre o malogro do plano da ITO).

(11) José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955), oficial de cavalaria, foi Governador de Angola desde Junho de 1912 a 1915 (a ditadura de

Pimenta de Castro demitiu-o desse cargo); de 1921 a 1923 seria Alto Comissário em Angola. Autor de *Memórias e Trabalhos da minha Vida* (Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1944-45, 4 vols.), onde curiosamente nunca refere o projecto angolano da ITO. Em 1926, no seu livro *A Província de Angola* (Porto, Maranus, 1926), Norton de Matos redige estas linhas onde talvez se possa perceber a sua posição quanto à colonização judaica de Angola (sublinhados do original):

«Uma questão de grande importância, surge e se ergue em face dos resultados que há-de produzir a ocupação, o fomento e a colonização de Angola. A enorme área da Província, há-de ser cada vez mais conhecida; o abrir e o desbravar de regiões desconhecidas, que tem constituído o nosso principal papel na história, atrairá correntes de emigrantes estrangeiros.

Que fazer em face dessas emigrações que, fatalmente, mais cedo ou mais tarde, se encaminharão para Angola?

Não pensa, por certo, Portugal em fechar os territórios das suas colónias aos emigrantes das nações de civilização igual à sua. Tem porém, o direito absoluto de regular e de fiscalizar essa emigração.

Não quer emigrações em massa de qualquer nação para Angola; não tornará nunca possível o estabelecimento de Estados no Estado; não consentirá na ocupação de grandes áreas por um agrupamento de emigrantes da mesma nação e exigirá sempre que a continuidade territorial da ocupação seja interrompida por largos tratos de terreno do Estado, onde colocará núcleos de colónias portuguesas; não permitirá que quaisquer serviços públicos, sejam de que natureza forem, por mais insignificantes que pareçam, possam ser exercidos por qualquer entidade que não seja o Estado, e nos próprios serviços municipais exigirá sempre o predomínio de elementos portugueses para que esses serviços possam vigorar em toda a sua plenitude; tornará obrigatório o ensino primário da língua portuguesa; promulgará leis de naturalização idênticas às das colónias vizinhas, que consentirá que as leis portuguesas deixem de ser cumpridas e que aos funcionários do Estado faltem o respeito e o prestígio que lhes são devidos; manterá sempre e através de tudo a soberania nacional.

Foi esta a orientação seguida pelo primeiro Alto Comissário da República em Angola, durante o tempo em que esteve à frente da Colónia. A soberania portuguesa foi ciosamente defendida; todas as tendências de absorção foram cuidadosamente impedidas; e nunca se permitiu que quaisquer interesses se sobrepusessem naquele território português aos interesses nacionais.

Mas observada escrupulosamente esta política, de modo algum se pensou em fechar as portas de Angola aos civilizados do mundo inteiro que nos territórios da colónia se quiserem estabelecer com o fim único de tentarem fortuna e de colaborarem connosco, lealmente e de boa fé, na obra de pro-

gresso e de civilização, que há tantos séculos, ali iniciámos. Não há dúvida, porém, que muito temos de acautelar; e se olharmos em redor de nós, veremos que mesmo os mais fortes se acautelam no que respeita a correntes emigratórias. Não temos nem nunca tivemos a pretensão de excluir da colonização de Angola os elementos estrangeiros que tanto podem concorrer para o seu desenvolvimento com o seu trabalho, com os seus capitais e com a sua ciência; temos, porém, o dever de ser os únicos a governar; temos, porém, o direito de predominar na civilização que naquelas regiões está despontando.» (*op. cit.*, pp. 56-57).

Quando, em 1-VII-1912 — isto é, já com o projecto de colonização judaica angolana em discussão no Parlamento — parte para a colónia que vai governar, Norton de Matos é entrevistado pelo *Século* a 20-V-1912 (e a 2-VI-12 o jornal refere a sua partida, com foto).

(12) W. Terló, *art. cit.*, p. 42.

(13) Manuel Bravo (nasc. em Nogueira, concelho e distrito de Vila Real, em 1880), estudou Medicina em Lisboa e foi redactor do efémero jornal radical *A República portuguesa*. A sua trajectória política foi obscura, não tendo deixado mais rastros; ignoramos quando faleceu.

(14) Veja-se J. Medina, *Hist. Contemporânea de Portugal*, (Lisboa, Amigos do Livro, 1986, vol. II da *República*), pp. 218-220.

(15) Marmor transcreve, em inglês, essa carta de Zangwill (cf. *cit. art.*, pp. 207-208), bem como a resposta de Rothschild, de 21-X-1912 (p. 208). O dirigente da ITO, sabendo que Grey e Lichnowsky preparam o tratado de partilha de Angola e Moçambique, fala já da Alemanha como a possível administradora de Angola e lembra o nome de James Simon, de Berlim, como eventual intermediário entre a ITO e o futuro dono de Angola... A partilha, como se sabe, esteve iminente; veja-se, além do estudo de J. de Almada referido supra, nota (10), o livro do próprio Príncipe Lichnowsky, *A minha Missão em Londres* (pref. de G. Murray, Londres, Cassell and C^o, 1912).

(16) Carta de W. Churchill, de 1-I-1906, *apud* Marmor, p. 199.

(17) Simon Doubnov, *Précis d'Histoire juive, des Origines à nos Jours* (Paris, Editions Kyoum, 1946), p. 318.

(18) José de Freitas Ribeiro (1868-1929) foi ministro das Colónias no Governo presidido por Augusto de Vasconcelos (que durou de 12-XI-1911 a 25-I-1912), tendo-se demitido por causa do escândalo levantado em torno da questão da Companhia do Caminho de Ferro de Ambaca, cuja arbitragem fora decidida por portaria, sem consultar o Governo; o escândalo levou-o a exonerar-se a 25-I-1912, acabando o lugar por ser confiado ao antigo monárquico Joaquim Cerveira de Albuquerque. Exonerado, Freitas Ribeiro reocupou o seu lugar de deputado no Parlamento, e que de imediato ali suscitou burburinho (cf. *O Intransigente* de 26-I-12: «O caso Ambaca»). Uma comissão de inquérito ao

caso Ambaca foi logo pedido desde 26-I para investigar eventuais culpas dos árbitros nomeados por Freitas Ribeiro para a resolução do caso controverso. Recorde-se que Freitas Ribeiro fora nomeado Governador-Geral de Moçambique após a proclamação da República. No Parlamento, eleito em 1911, representava Lourenço Marques.

O projecto Freitas Ribeiro de colonização de Angola é transcrito no *Diário da Câmara dos Deputados* (pp. 7-10) referente à sessão n.º 78, de 19-III-1912.

(19) Eis o texto da proposta Bravo (projecto 82-B, depois chamado projecto n.º 159) apresentado em 16-II-1912 (publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 113, de 18-V-1912, pp. 28-29):

PROJECTO DE LEI

Art. 1.º É o Governo autorizado a fazer concessões de terreno aos imigrantes israelitas, que se subordinarem às condições desta lei e forem apresentados pelas sociedades de beneficência e emigração ou outras sociedades israelitas, constituídas legalmente no estrangeiro ou em Portugal.

Art. 2.º As concessões serão de 60 a 100 hectares por chefe de família durante os dez primeiros anos, podendo elevar-se ao dobro, se findo este prazo os colonos houverem cultivado três quartos do terreno.

§ único. Findo o prazo de dez anos e achando-se cultivada a terra na proporção fixada neste artigo, o colono ficará sendo proprietário exclusivo do seu terreno, registando o seu direito na conservatória.

Art. 3.º Os colonos poderão fazer as benfeitorias que entenderem nos terrenos que lhes forem concedidos, revertendo, porém, para o Estado a posse desses bens, se os colonos deixarem de cumprir as condições desta lei.

§ único. Quando os bens acima mencionados reverterem para o Estado, este não fica obrigado a pagar indemnização alguma por eles.

Art. 4.º O material de construção, os produtos farmacêuticos, as máquinas e alfaias agrícolas, o material escolar e hospitalar, as sementes, plantas e adubos, gozarão de isenção de direitos aduaneiros e de impostos municipais à entrada, durante o prazo de vinte anos, quando se prove que são destinados às colónias, que se fundarem nos termos desta lei.

§ único. Os vapores gozarão de isenção de todos os direitos quando transportarem exclusivamente materiais destinados às colónias a estabelecer, ou estabelecidas nos termos desta lei, ou ainda quando transportarem, pelo menos, 100 emigrantes destinados a ocupar os terrenos concedidos pelo Estado, nas condições estipuladas nesta lei.

Art. 5.º Durante o prazo de vinte anos, a contar da publicação desta lei no *Diário do Governo*, não se lançarão impostos novos ou adicionais sobre os existentes na província de Angola, nas regiões ocupadas em virtude desta lei.



ישראל זאנגווייל

J. Zangwill.

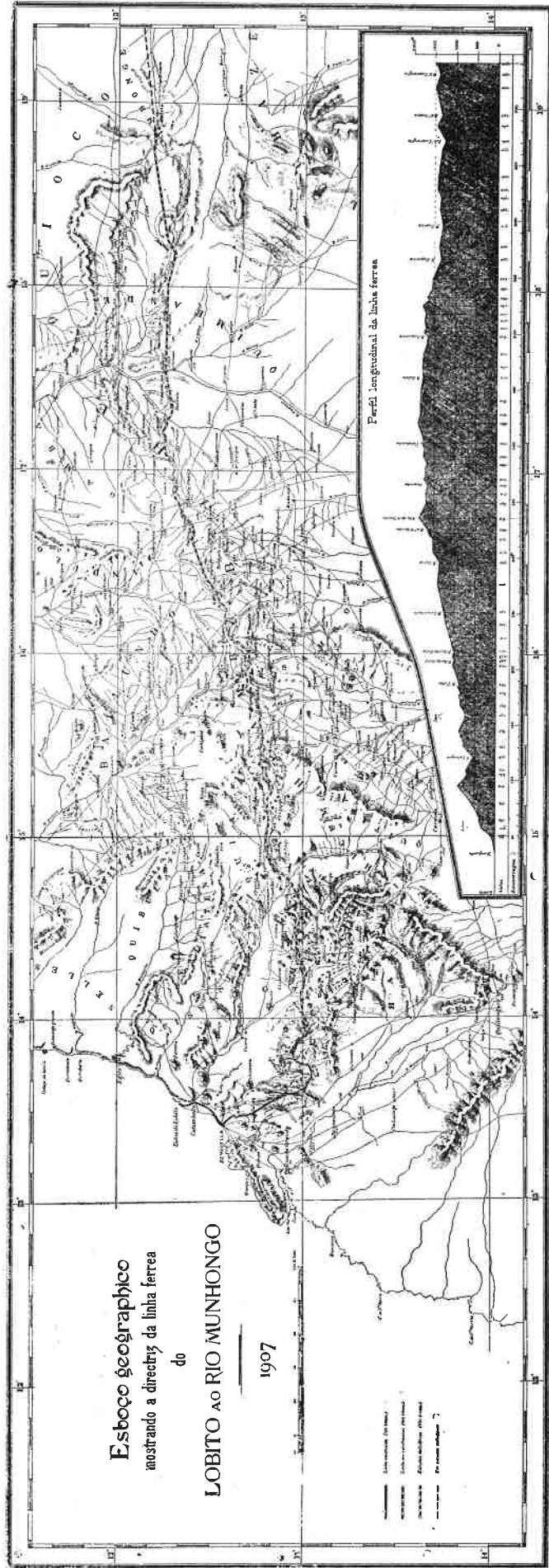
דברת 'לבנון' № 174

Israel Zangwill



J. Teitel, W. Terlo, I. Zangwill
e o Dr. Jochelman em Lisboa

CARTA PARCIAL DO DISTRICTO DE BENGUELLA, compreendendo o Plánalto colonisavel



Mapa do planalto colonizável do distrito de Benguela, publicado no livro de J. Pereira do Nascimento e A. Alexandre Matos, A Colonização de Angola (Lisboa, 1912).

§ único. Os direitos de exportação não serão elevados durante o período de vinte anos, a contar da publicação desta lei no *Diário do Governo*.

Art. 6.º Os imigrantes israelitas, que quiserem usar da faculdade concedida por esta lei farão constar ao Ministro das Colónias, durante um prazo de dois anos, que desejam naturalizar-se portugueses, a fim de gozarem definitivamente as vantagens estabelecidas nesta lei.

§ 1.º A naturalização faz-se mediante uma declaração perante duas testemunhas na administração do concelho do porto de desembarque ou na residência, com assistência do administrador do concelho ou quem o substitua, pagando 5\$000 réis de emolumento, e entregando ao administrador os seus papéis de identidade, recebendo em troca um bilhete de identidade, que lhe assegura todos os direitos de cidadão português naturalizado.

§ 2.º Só poderão naturalizar-se os que não tiverem cometido crimes infamantes, concedendo-se porém a naturalização a todos os outros.

§ 3.º Os naturalizados de idade inferior a dez anos ficam sujeitos ao serviço militar.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor imediatamente depois da sua publicação no *Diário do Governo* e depois de aprovado o respectivo regulamento.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, em 1 de Fevereiro de 1912.— O Deputado,

Manuel Bravo

(20) Amílcar Ramada Curto (Lisboa, 1886-1961), advogado e escritor republicano, depois dirigente socialista, opositor do «Estado Novo», é hoje recordado sobretudo como dramaturgo.

No seu livro *A Invasão dos Judeus*, M. Saa diz que Ramada Curto era «cristão novo» e até propusera ao Rabi Mucznick «a educação de seus filhos na Sinagoga» (p. 164).

(21) Cf. José de Macedo, artigos n.ºs A *Capital* de 5-VI e 10-VI-1912 («A colonização de Angola»). Criticando ambos os projectos por não terem, diz, coerência nem orientação rigorosa, Macedo deplora que os deputados tivessem debatido os dois projectos em separado, prejudicando ainda o caso com uma guerra de ódios pessoais (10-VI-1912) e inclinando-se por fim para o projecto Bravo, dando assim mais aos Judeus do que aos Portugueses; e prossegue lembrando o contributo dos Boers no último quartel do século XIX, mas salientando que não se fundiram com os colonos de Angola, pois até lhes foi preciso mandar Artur de Paiva para os chefear; esse facto repetir-se-ia, assevera Macedo, com os colonos Judeus; embora garantindo que nada tem contra eles, que até são gente de uma «tenacidade rara», adverte que há que tomar cautela (*loc. cit.*).

José Pinto de Macedo (1876-1948) — pai do historiador Jorge Borges de Macedo — tinha uma evidente ligação africana, pois vivera em Angola entre 1902 e 1909. Licenciado em Ciências económicas e Financeiras e pelo curso superior de Co-

mércio, foi largo tempo professor do ensino técnico: republicano convicto, companheiro de figuras como João Chagas, Feio Terenas, S. Magalhães Lima e outros, defendeu a entrada de Portugal na Guerra; ingressou no Partido Republicano Radical, de cujo directório fez parte, redigindo o seu programa. Colonialista, colaborou em diversos congressos coloniais e no Congresso Internacional de Antropologia (1930); dirigiu os jornais *Defesa de Angola* (1903-1906), *O Outubrista* (1922), *Diário do Povo* (1925); autor de diversos livros: *O Cooperativismo* (1897), *O Poderio da Inglaterra* (1899), *As nossas Riquezas coloniais* (1912), *Autonomia de Angola* (1910), *Bruno Sociólogo* (1930), etc.

Acaba de ser reeditado o seu livro *Autonomia de Angola* (pref. de Jorge Braga de Macedo; Lisboa, Centro de Socio-Economia do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988: é a reed. fac-similada do texto de 1910).

(22) Caetano Gonçalves (1868-?) reuniu as suas intervenções parlamentares da primeira legislatura no livro *A Primeira Legislatura da República Portuguesa / 1911-1914*, Lisboa, Torres & Cia., 1914 (*maxime*: pp. 108-112, disc. sobre o projecto judeu).

(23) C. Gonçalves, *op. cit.*, p. 112. Recorde-se que Gonçalves nasceu na Índia Portuguesa, fora magistrado em Ambaca e, mais tarde, em S. Tomé, e por fim em Luanda, onde estivera dez anos como juiz de direito, tendo chegado a ser Governador interino de Angola após a proclamação da República.

(24) Eis algumas dessas figuras cimeiras do «establishment» parlamentar republicano: José Barbosa (nascido em Cabo Verde, futuro Ministro das Colónias em 1920, iniciado em 1910 na loja *Futuro*, em Lisboa), Ramada Curto (iniciado em 1903 na loja *Elias Garcia* em Lisboa com o nome simbólico de *Elysée Reclus...*), Carlos Maia Pinto (nascido no Porto em 1866, futuro combatente nas campanhas de Angola de 1914-15, futuro secretário de Bernardino Machado, iniciado em data desconhecida na loja *Fraternidade* de Viana do Castelo, de que foi Venerável), sem esquecer os outros membros da comissão das finanças ligada ao projecto, com Tomé de Barros Queiroz (nascido em Quintãs, Ilhavo, em 1872, iniciado neste mesmo ano de 1912 na loja *Acácia* em Lisboa, com o nome simbólico de «Garibaldi», que se tornaria aliás habitual entre os nomes próprios dos seus descendentes), José Carlos da Maia (nascido em 1878 em Olhão, oficial da Armada, revolucionário de 1910, futuro ministro de Sidónio, assassinado na «Noite Sangrenta» em 19-X-21, iniciado na loja *Solidariedade* de Lisboa, desde 1907)...

(25) Cf. *O Dia* de 23-V-1912, p. 1 (sobre a «partilha» da África portuguesa) e 29-V-12 (sobre os murros trocados).

(26) António Campos Júnior, «Planaltos da Judeia», *Diário de Notícias*, 29-VII-1912, p. 1 (artigo editorial).

(27) Ezequiel de Campos (1874-1965) foi Ministro da Agricultura no Gabinete «esquerdista» de J. D.

dos Santos (22-XI-1924 a 15-II-1925), tentando apresentar no Parlamento uma lei de reforma agrária — que não chegaria sequer a ser debatida. Começando por trabalhar nos serviços topográficos e dos caminhos-de-ferro em S. Tomé, Campos publicou estudos sobre essa ilha africana, escreveu n' *O Africano de S. Tomé* e n' *A Ilha de S. Tomé*, n' *O Mundo* e n' *A Luta*, vindo mais tarde a colaborar com António Sérgio em várias iniciativas e revistas em que este participou, nomeadamente *Pela Grei* (1918-19) e *Seara Nova*. Autor de várias obras de questões económico-sociais, acabaria por aderir ao «Estado Novo» salazarista. Autor de *A Crise portuguesa* (1923, de colaboração com Quirino A. de Jesus), *Para a Ressurreição de Lázaro* (1931), *Lázaro* (1922 a 1928), *Pregação no Deserto* (Porto, 1948), etc.

(28) Jacob Teitel (1851-1939), Judeu russo, nascido em Cherny Ostrovo (Polónia), formou-se em Direito, foi magistrado em Samara (Kuibitchev) e, depois, em Saratov, sendo assim um dos primeiros Israelitas da Rússia czarista a fazer carreira na magistratura; coagido a converter-se, preferiu todavia abandonar a sua carreira, passando a levar uma vida muito activa, dedicada sobretudo a obras comunitárias judaicas. Na *Capital* (jornal que dá grande atenção ao projecto judaico de Angola) de 20-V-1912, Teitel expõe os planos da ITO e lembra que houve colonização israelita recente em Galveston (Texas, E.U.A.), México, Argentina (note-se que na sessão parlamentar de 25-V-12, Ribeira Brava, defensor do projecto israelita, lembrava o caso da colonização judaica na Argentina como demonstrativo da capacidade agrícola dos Judeus), que os projectos que a sua organização patrocinava se devem às perseguições sofridas pelos Judeus russos, que os colonos que fossem para Angola se naturalizariam portugueses e que, no tocante aos fundos necessários para a realização do plano em discussão, já existia um «banco destinado a esse fim».

Dado o interesse dessa entrevista concedida ao jornal de Manuel Guimarães (nascido em S. Tomé, 1868-1938), reproduzimo-la integralmente do anexo documental deste nosso estudo.

(29) J. W. Gregory e outros, *Report / on the / Work of the Commission / sent out by the / JEWISH TERRITORIAL ORGANIZATION / under the auspices of / THE PORTUGUESE GOVERNMENT / to examine the territory proposed / for the purpose of / A JEWISH SETTLEMENT IN ANGOLA*, Londres, ITO Offices, Portugal STREET, 1913, 50 p., ilust., com fotos e mapas. Note-se que o título da obra é encimado, no rosto da brochura, pela estrela de David. O «copyright», como, logo se adverte, pertence a Israel Zangwill. A fotocópia desta brochura — inexistente nas Bibliotecas e Arquivos coloniais portugueses — foi-nos obtida na Royal Geographical Society de Londres pelo nosso amigo Dr. Derek Webb-Bourne, nosso antigo aluno na Faculdade de Letras de Lisboa (J.M.).

O geólogo inglês John Walker Gregory (1864-1932) professor na Universidade de Glasgow (Escó-

cia) fez estudos na Austrália e em África, vindo a falecer durante uma viagem à América do Sul.

A brochura contém: 1) um rápido prefácio da responsabilidade do Conselho da ITO, 2) uma introdução histórico-política de I. Zangwill (pp. VI-XIII), 3) o relatório propriamente dito do Prof. Gregory (pp. 1-29) — são estes os documentos que figuram integralmente em apêndice ao nosso estudo —, 4) o relatório médico do Dr. Charles Martin sobre os aspectos sanitários da região dos planaltos onde se projecta a colonização judaica (pp. 30-35, com um mapa da região da doença do sono, diante da p. 33), 5) um relatório geológico do Dr. Reginald A. Berry (p. 38) e 6) diversos apêndices: — um parecer de Harry H. Johnston sobre o projecto e as regiões angolanas colonizáveis (pp. 39-40); — um parecer de H. W. Nevinson sobre o mesmo assunto (pp. 40-41); — a opinião dum colono que ali vivia desde 1894 (p. 41); — um artigo de Alfredo Freire de Andrade, Director-Geral das Colónias, publicado na *Capital* de 4-VIII-1912 (pp. 42-44); N. B.: o militar e colonial A. Freire de Andrade (1859-1929) era governador geral de Moçambique quando se proclamou a República, tendo aderido a ela; foi Director-geral das Colónias e, em 1914, no gabinete Bernardino Machado, Ministro dos Negócios estrangeiros; pertenceu depois à comissão de mandatos da SDN, ocupando-se dos mandatos coloniais; — um artigo do Capitão João Ferreira publicado no *Século* de 23-I-1913 (pp. 45-47); — o texto (em inglês, como todos os demais textos desta brochura) do projecto-lei aprovado a 12-VI-1912 pela câmara dos deputados (pp. 48-49); — um parecer jurídico sobre o mesmo diploma legal feito pelo Prof. D. Josephus Jitta, membro da Real Comissão de Direito Internacional Privado (Amsterdão) (p. 50). A brochura inclui diversos mapas e fotos. Os mapas são da região dos planaltos de Benguela, mostrando a rota seguida pela expedição da ITO (diante da p. V) e da doença do sono (diante da p. 33); há também diversos quadros pluviométricos e orográficos. As fotos, de boa qualidade, mostram diversos aspectos da região considerada: pontes ferroviárias ou nativas, paisagens, rios, uma instalação da estação agrícola do Dr. Sacramento Monteiro, uma estação ferroviária, um transporte de carroças puxadas a bois, etc.; as regiões fotografadas são: Catumbela, Cuoti, Lepi, Quingenge, Cuiva, Oendolongo, Balombo e Cubal.

No Arquivo Sionista acham-se diversas cartas trocadas entre Zangwill e Gregory por ocasião da publicação do relatório. Um bilhete escrito pelo Presidente da ITO ao Dr. Bensaúde (Setembro de 1912) informa-o de que acaba de saber que a opinião de Gregory sobre Angola não é muito favorável.

(30) Cf. *A Capital* de 5-V-1912 (entrevista com Terló), *A Ilustração Portuguesa* de 10-VI-1912, p. 749 (foto) e ainda *O Século* de 5-VI-1912 (com a foto já referida e o artigo «Assuntos Coloniais / Colonização Israelita em Angola/ «Tudo nos diz que a colonização se vai realizar com o maior sucesso» — informou-nos o Sr. Terló» (1.ª pág.). Não nos foi

possível consultar *A República* nem *A Luta*. O *Intransigente* (republicano radical) ignora praticamente a questão, interessando-se apenas por denunciar o escândalo de Ambaca: Freitas Ribeiro perencia ao partido de A. Costa, o «democrático».

Através duma carta de Zangwill a Bensaúde (22-X-1913), existente no Arquivo Sionista, sabemos que *A Luta* atacou o projecto judeo-angolano, já que o escritor inglês acha melhor não responder mas antes compor um «libelo», acrescentando que talvez o jornal nem merecesse tanto, a avaliar pelo tal artigo.

⁽³¹⁾ António Bernardino Roque (nasc. em 1858 em Lagoaça) foi muito novo para Cabo Verde, ali frequentando o seminário; formou-se em Medicina em Lisboa (1889), seguindo depois para Cabo Verde e em seguida para Angola; militar, reformou-se em Major.

⁽³²⁾ Joaquim Cerveira de Albuquerque (1853-1925), engenheiro e militar, professor da Escola de Guerra, era general à altura da implantação da República, tendo aderido a ela, sendo líder dos Democráticos no Parlamento; foi ministro das Colónias do Governo Duarte Leite, em 1912, e Ministro da Guerra no Governo Azevedo Coutinho (1914-15). Era muito satirizado por ser «adesivo» (cf. o capítulo que a este tema dedicamos no vol. I da *República* da nossa *História Contemporânea de Portugal*, 1986, pp. 85-124).

⁽³³⁾ Eis o texto que passa a ser discutido pelo Senado desde Maio de 1913 (sessão de 1-V-1913):

Proposta de lei n.º 200-B

Art. 1.º É o Governo autorizado a fazer concessões de terrenos nos planaltos da Província de Angola aos emigrantes israelitas, que se subordinarem às condições desta lei, e nos termos dela se naturalizem portugueses, e aos que forem apresentados pelas sociedades de beneficência e emigração ou outras sociedades israelitas constituídas legalmente no estrangeiro ou em Portugal, logo que demonstrem possuírem capitais suficientes para o aproveitamento agrícola e industrial das respectivas concessões.

§ 1.º O Governo fica autorizado a fazer concessões de terrenos às sociedades de beneficência, mencionadas neste artigo, e que não tenham carácter religioso, para aí construírem edifícios de utilidade pública, tais como escolas, hospitais e outros institutos, e para organizarem as cidades e outros centros urbanos que projectarem e que merecerem a aprovação do Governo.

§ 2.º As concessões, a que se refere este artigo, são inalienáveis sob qualquer forma ou pretexto.

§ 3.º As sociedades, a que se refere este artigo, poderão à sua custa proceder à construção de estradas, pontes, esgotos, canalizações de águas, canais e outras obras públicas, contanto que os projectos respectivos tenham sido aprovados pelo Governo.

Art. 2.º As concessões serão, inicialmente, de 100 a 250 hectares por chefe de família, podendo elevar-se ao dobro logo que o colono tenha utilizado três quartos do terreno concedido.

§ 1.º Logo que os três quartos do terreno concedido estejam cultivados ou valorizados duma forma efectiva, o colono ficará sendo proprietário exclusivo da concessão, mediante o respectivo registo na conservatória, e só a partir de então terá sobre a sua concessão o direito de venda.

§ 2.º Por cada concessão será demarcado um lote contíguo de área igual à metade do inicial determinado no § 1.º e destinado à ampliação a que se refere este artigo.

§ 3.º O lote, de que trata o parágrafo anterior, será reservado ao primitivo concessionário durante vinte anos.

Art. 3.º Em tudo quanto se não achar previsto na presente lei regulará a legislação geral de concessões na província de Angola, as leis de minas, exploração de pedreiras, corte de madeiras e leis relativas à caça e pesca e mais diplomas relativos ao instituto da propriedade, existentes ou que venham a existir em Portugal.

Art. 4.º Se, findo o prazo de dois anos, depois de feita a concessão, o concessionário não tiver iniciado os trabalhos agrícolas, ou outros quaisquer trabalhos, a concessão caducará imediatamente.

Art. 5.º Se findo o prazo de vinte anos a concessão não estiver cultivada, ou de qualquer modo explorada em metade da sua extensão, caducará na parte não utilizada.

Art. 6.º Os colonos podem fazer as benfeitorias que entenderem nos terrenos que lhes forem concedidos.

§ único. Se na parte que, nos termos do artigo 5.º, venha a reverter para o Estado, houver benfeitorias, o Estado não deverá por elas indemnização alguma.

Art. 7.º Os emigrantes israelitas que quiserem usar dos direitos concedidos por esta lei, farão constar ao Ministro das Colónias que desejam naturalizar-se portugueses.

Art. 8.º Para validar a naturalização, bastará uma declaração, perante duas testemunhas, feita no Ministério das Colónias ou na administração do concelho do porto de desembarque, ficando assim dispensadas as disposições reguladoras da naturalização dos estrangeiros.

§ 1.º Cada indivíduo naturalizado receberá uma cédula de identidade, pela qual pagará 1\$000 réis de emolumento, que lhe assegura todos os direitos de cidadão português naturalizado, destinando-se a respectiva receita ao fundo de defesa nacional.

§ 2.º Só poderão naturalizar-se os que não tiverem cometido crimes infamantes.

§ 3.º A naturalização do marido implica a da mulher e dos filhos menores.

§ 4.º A cédula, de que trata o § 1.º, será pessoal e intransmissível.

Art. 9.º Os naturalizados de idade inferior a dez

anos feitos até 31 de Dezembro do ano em que se naturalizarem, ficarão sujeitos ao serviço militar.

Art. 10.º Nas escolas públicas de ensino elementar estabelecidas na colónia, a que se refere esta lei, será exclusivo o ensino da língua portuguesa.

§ único. Toda a correspondência respeitante a serviços públicos será exclusivamente redigida em língua portuguesa.

Artt. 11.º As disposições desta lei são extensivas a cidadãos portugueses, ou naturalizados, nos termos da lei geral.

§ único. Os estrangeiros naturalizados, que percam os direitos de cidadão português, perdem implicitamente a concessão, sem direito a indemnização alguma.

Art. 12.º O Governo regulamentará esta lei no prazo de trinta dias após a sua publicação.

§ único. Todos os anos deve ser apresentada ao Parlamento uma relação das concessões feitas no ano anterior.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrário.

Palácio do Congresso, em 21 de Junho de 1912.
— António Aresta Branco, Presidente. — Baltazar de Almeida Teixeira, 1.º Secretário. — Francisco José Pereira, 2.º Secretário.

Diário das Sessões do Senado (sessão de 1-V-1913, pp. 14-15).

(34) Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro (1865-?), Ministro das Colónias de 9-I-13 a 9-II-14 (1.º Gabinete Afonso Costa); magistrado em África, foi em 1919 nomeado Juiz do Supremo Tribunal Administrativo; foi, de 1911 a 1916, vogal do Conselho Colonial e, de 1912 a 1927, da comissão central da execução da lei de separação das Igrejas e do Estado; militou no Partido Democrático (ou Afonsista). Foi Ministro do Interior de Novembro de 1915 a Março de 1916 e de Abril a Dezembro de 1917; esteve preso durante o sidonismo. Em 1927, o seu partido irradiou-o por ter aceitado um lugar de vogal no Conselho Superior das Colónias.

(35) Sobre esta região e a colonização dos Boers nela, vejam-se: Manuel Viegas Guerreiro, «Boers em Angola», revista *Garcia de Orta*, vol. 6 n.º 1, Lisboa, 1958, pp. 11-13; Eric Rosenthal «Os Boers de Angola e o seu destino», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 52, n.º 1 e 2, 1934, pp. 3-14; e Carlos Alberto de Medeiros, *A Colonização das Terras altas da Huíla (Angola)*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Instituto de Alta Cultura, 1976 (*maxime*: pp. 164 ss.).

Ainda sobre esta região sul de Angola (que é muitas vezes confundida com a zona dos planaltos de Benguela, mais ao norte), recorde-se o relatório de João de Almeida (1873-1953) — o pacificador dos Dembos — intitulado *Sul de Angola/Relatório de um governo de distrito/(1904-1910)* (Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1912, 648 p., ilustr., com mapas). Almeida embarcou para Angola em 1904,

fez no ano seguinte a campanha do Cuamato e foi nomeado governador do distrito de Huíla em 1908, cargo que desempenhou por 26 meses. Inimigo do regime republicano, cumpliciu-se nas tentativas restauracionistas de Paiva Couceiro e foi demitido do exército em 1912, sendo depois reintegrado durante a ditadura de Sidónio. Henrique Galvão — outro colonialista — dedicou-lhe um extenso estudo intitulado *História do nosso Tempo/Ação e Obra de João de Almeida, 1904-1910* (Lisboa, 2.ª ed., 1934). O próprio Almeida é autor duma obra intitulada *Marrocos/Terra irridenta de Portugal* (s. 1., 1917). A carreira de conspirador de J. Almeida prolongou-se mesmo depois do golpe militar de 1926. No seu relatório de governo há, como seria de esperar, referência aos Boers (*op. cit.*, pp. 92 ss). Repare-se que foi Paiva Couceiro que, como governador de Angola, encarregou Almeida da campanha dos Cuamatos e lhe deu depois a missão de governar o distrito da Huíla. O relatório saiu em 1912, precisamente na altura em que ambos os militares estavam homiziados no estrangeiro, combatendo o regime republicano. É curioso que, no prólogo desse relatório, Almeida diga, a dado passo: «É certo que a província de Angola é inteiramente ignorada na metrópole; muito poucos mesmo a conhecem, e inclusive tantos dos que, estacionados em pontos do litoral ou vendo-a do mar, se dizem perfeitos conhecedores; mas o *sul* ainda é o de menor número, aparte aquela faixa que do litoral vai ao Cunene — única que a tradição de largos sacrifícios e pesados trabalhos do domínio e ocupação tem feito chegar até elas.» (p. X). E logo considera que «o problema colonial, tal como está em equação, é vasto e o mais importante da nossa nacionalidade no presente momento. Da sua solução depende, indubitavelmente, o nosso futuro (...)» (p. XI). O curioso é que afirmações deste teor, constantes em todos os que tinham alguma coisa a ver com a questão africana, encontravam depois um manifesto desinteresse por parte das altas autoridades do Estado, como aconteceu com a República — veja-se mais adiante, nota (45). Defendendo um «Portugal maior» (pp. IX e XII), Almeida lastima que se pense na «cedência» (p. XII) em matéria colonial, o que não deve ser entendido como possível referência ao debate então em curso no parlamento, já que o prefácio da obra vem datado de Junho de 1911. E pergunta Almeida, com típica preocupação africanista: «O que seria de nós reduzidos à simples e estreita faixa do ocidente europeu (...)?» (p. XII) — nesta pergunta angustiada do «herói dos Dembos» resume-se um dos velhos argumentos do colonialismo luso, que só a revolução de 1974 foi capaz de banir da maneira que se sabe.

(36) Mário Saa, *Portugal Cristão-novo*, p. 18. Costa seria o «tipo padrão» do Judeu (p. 14), sendo «assombrosa» a sua semelhança com o dito rabino (p. 15). Veja-se a foto de dois rabinos da Sinagoga lisboeta da Rua Alexandre Herculano na *Ilustração Portuguesa* n.º 327, de 27-V-1912, p. 677 (a propósito

do casamento de Mary Benoliel e Ruben Israel): nenhum deles, todavia, é o citado Mucznik...

(37) Adriano Augusto Pimenta (1862-1938) médico formado pela Universidade do Porto, onde tinha consultório, participou na revolução portuense de 1891; «maçon» destacado, iniciado na loja *Honra e Dever*, do Porto, fez uma cisão maçónica, criando no Porto o Novo Grande Oriente de Portugal.

(38) Joaquim Pedro Martins (1875-1939), lente de Direito em Coimbra, monárquico, deputado, em 1905 e 1908, segue a dissidência alpoïnista e adere à República. Foi Ministro da Instrução no governo da «União Sagrada», durante a guerra (1916-17). Ministro plenipotenciário na Santa Sé (1919-24), foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1925, no Governo Vitorino Guimarães. Vice-Reitor da Universidade de Lisboa em 1927 e, em 1929, director da Faculdade de Direito. Iniciado em 1898 na loja maçónica *Perseverança*, de Coimbra, com o nome simbólico de «Karl Marx».

(39) Apud Marmor, *art. cit.*, p. 184. Só depois de redigido este estudo nos foi possível consultar o espólio documental da ITO que se encontra hoje em Israel: o essencial das nossas pesquisas acha-se ali confirmado, como em Marmor; o Arquivo Sionista encerra ainda alguns documentos de interesse que mostram um comportamento um tanto tortuoso de Zangwill, uma evidente insensibilidade sua aos problemas portugueses.

(40) Carta de Rothschild a Zangwill, *apud* Marmor, p. 208.

Uma carta de Zangwill a Bensaúde, de 15-VIII-1912, ajuda já a compreender as reticências do Rothschild inglês em relação ao caso angolano: o magnate teria uma atitude «cínica» em relação a Portugal, vendo neste apenas alguém que quer um «empréstimo» (p. 2 da carta).

(41) Marmor, p. 192.

(42) José Barbosa (1869-1923), nascido na Ilha do Fogo (Cabo Verde), jornalista e político, autor de *A Taxa do Cacau* (Lisboa, 1913), «maçon», loja *O Futuro*, de Lisboa, também com o nome simbólico de «Karl Marx», foi Ministro das Colónias em 1920, nos Governos de Sá Cardoso e Leite Pereira.

(43) José Pereira do Nascimento (Ceará, Brasil, 1860-Lisboa, 1913), médico naval e jornalista, formou-se em Medicina em Lisboa (1885), sendo nomeado facultativo na Guiné, depois em Angola (1886). Autor de diversas obras focando sobretudo o centro de Angola, nomeadamente o célebre planalto de Benguela: *Relatório da Comissão de Colonização do Planalto de Benguela* (Luanda, 1909), *La Colonisation du Plateau Sud d'Angola* (póst., 1915). De colaboração com A. Alexandre de Matos, o Dr. Nascimento editou em 1912 o Livro *A Colonização de Angola* (Lisboa, Tipografia Mendonça, 1912, ilust., com um mapa do distrito de Benguela); a obra ocupa-se do projecto Freitas Ribeiro (pp. 24-27) e nada diz do plano da ITO, embora proponha a criação dum «Distrito da Nova Lusitânia» aberta ao povoamento europeu (pp. 137 ss.). Nas suas *Memórias*, vol. III (Lisboa, ed. Seara Nova, 1937,

pp. 202-203), Raul Brandão dá-nos um retrato pitoresco do Dr. Nascimento, apresentado como uma espécie de lunático do El Dorado angolano. Embora o seu livro de 1912 não falasse do projecto judaico, o Dr. Nascimento deu uma entrevista à *Capital* (28-VII-1912) onde acolhe com entusiasmo a ideia, dizendo-se até pronto a acompanhar os colonos israelitas até Benguela; faz o panegírico dos Judeus e das suas aptidões agrícolas, nomeadamente no campo da Pomologia...

(44) Theodor Herzl (1860-1904), *Um Estado Judaico/Tentativa para uma nova solução da questão judaica* (trad. da versão inglesa de Sylvie Avigdor por Helena Amzalak, preced. de um estudo de Moisés Bensabat Amzalak, «Theodor Herzl e o sionismo», pp. VI-XIII), Lisboa, Tipografia La Bécarre de F. Carneiro & C., 1912, 103 p.

(45) As dificuldades da República portuguesa eram óbvias diante da questão colonial. País pobre e de fortíssima emigração sobretudo para o Brasil, Portugal foi, como lhe chamou Richard Hammond, um «império não-económico», ou seja, arcou com um Império que nenhuma vantagem económica ou riqueza real lhe trazia. Basta pensar na questão do destino a dar aos emigrantes portugueses, questão sem dúvida subjacente a muito do que se disse a favor e contra o projecto colonial israelita para Angola. Na sessão do parlamento de 25-V-1912, por exemplo, Carvalho Araújo lembrou que a maioria dos nossos especialistas em questões económico-coloniais era adversária resoluta da emigração portuguesa para África, citando, em abono deste juízo, os nomes de Oliveira Martins, Anselmo de Andrade e Marnoco e Sousa, sem esquecer o próprio Afonso Costa — que entretanto apresentara, como tese de concurso à cadeira de Economia Política da Escola Politécnica, um volume intitulado *Estudos de Economia nacional / I — O problema da emigração* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1911; pref. datado de 20-II-1911: recorde-se que A. Costa concorreria à referida cátedra em 16-III-1911). Ora, nesta tese, o que o chefe do Partido Democrático afirmava é que Portugal não devia distrair o seu importante fluxo migratório do Brasil para as suas próprias colónias africanas (cf. *op. cit.*, pp. 169-170): pode-se colonizar o próprio país lusitano, mas não se deve inflectir o fluxo dos emigrantes lusos que demandam o Brasil, forçando-os a irem para as Áfricas portuguesas; nestas, diz Costa com involuntário anticolonialismo, «o negro é que é o natural colono de África. Já o foi do Brasil, é-o de S. Tomé, torna-se necessário que o seja de Angola e Moçambique.» (p. 172). Combatendo a ideia de emigração para África, pergunta onde estaria o dinheiro para a subvencionar (p. 173). Mais valia derivá-la para o Alentejo, «com o fim de colonizar os terrenos desertos ou incultos dessa província» (loc. cit.), já que, como se tornara proverbial dizê-lo em Portugal, «a nossa melhor colónia é ainda o continente» (id., sublinhado do original). O Estado e o emigrante, no fundo, completam-se, prossegue, já que este último contribui tão poderosa-

mente para salvar as finanças lusas (p. 183) — e se fora ele que, já no passado, salvara Portugal, que ele continuasse então na sua «obra de ressurreição da pátria» (ibidem). Por outras palavras, o futuro primeiro ministro português de 1913, 1916 e 1917 desdenhava da solução africana, o que não explica cabalmente o pouco empenho directo *dos seus* partidários durante a fase 1912-1913 da discussão parlamentar do plano israelita de colonização angolana.

ABSTRACT:

THE PROJECT OF JEWISH COLONIZATION IN ANGOLA

The debate which took place in Portugal on the proposal submitted by ITO (Jewish Territorial Organization) — 1912-1913

by JOÃO MEDINA (*) and JOEL BARROMI (**)

The idea of establishing in the Portuguese colony of Angola a land of refuge for Jewish immigrants took shape because of the concurrence of several events. The virulent anti-semitism in Czarist Russia, which climaxed in the Kishinev pogrom in 1903, created the urgent need for an outlet to Jewish mass emigration. In 1903 the 6th Zionist Congress dealt with the proposal of establishing a Jewish territory in Uganda as a temporary solution, until conditions would allow the foundation of the Jewish homeland in Palestine. The Congress, however, refused to support the Uganda plan and a split in the Zionist Movement ensued. A dissident faction led by the Anglo-Jewish writer Israel Zangwill set up the Jewish Territorial Organization (ITO) with the purpose of selecting another region for a Jewish settlement. The attempts to obtain concessions in areas ranging from Mexico to Australia proved fruitless. In 1910

(*) Professor of History at the University of Lisbon (Faculdade de Letras).

(**) Former Ambassador of Israel in Lisbon and presently teaching at the Hebrew University, Jerusalém.

the establishment of a liberal-oriented Republic in Portugal caused ITO to direct its efforts toward Angola.

Two distinguished members of the Lisbon Jewish community, José Bensaúde, and Russian-born Wolf Terló, secured the support of leading Portuguese officials and members of Parliament. In March 1912 Deputy Manuel Bravo submitted to the Chamber of Deputies a bill providing for the allotment of land in Angola to Jewish immigrants sponsored by Jewish Philanthropic Societies and willing abide by Portuguese laws and to acquire Portuguese nationality. The Chamber was already seized of another bill, tabled by former Minister of Colonies Freitas Ribeiro, which aimed at encouraging Portuguese emigration to the same area, namely the Benguela plateau. The Commission of Colonies of the Chamber, to which both bills were referred, opted in favor of the Bravo project. During the debate in the Commission and in the Plenary the supporters of the Bravo bill (one of whom was the well-known writer Ramada Curto, at that time republican and in later years socialist) stressed the desirability of an act of reparation for the expulsion of the Jews from Portugal in the XVIth century and also the advantages that would accrue from the flow of Jewish funds. Indian-born Deputy Caetano Gonçalves even envisaged the possibility that Angola would once become an independent (Jewish) country. In this case, he stated, Portugal would lose little, and mankind and civilization would immensely benefit. Other deputies voiced reservations, but eventually, on 15 June 1912 the bill was unanimously adopted.

All through 1912 Portugal was beset by severe labor unrest and by monarchist agitation. On June 16, 1912, that is one day after the voting in the Chamber of Deputies, the Augusto Vasconcelos government fell and a new cabinet led by Duarte Leite was installed. In view of these circumstances there is little wonder, that the Portuguese Press paid scant attention to the parliamentary debates on the Angola Project. The dailies «A Capital» and «Século» sympathetically reported the arrival in Lisbon, in May 1912, of a ITO delegation, led by Israel Zangwill. «A Capital» also carried a spirited defense of the Angola project by the anarchist Emilio Costa. Costa

expressed concern that antisemites and chauvinists could defeat the plan. As a matter of fact, the Catholic and right-wing press («O Dia», «A Nação»), as well as «O Mundo», the organ of the Democratic Party (the main Portuguese party, led by Afonso Costa) completely ignored the issue.

At the end of June the ITO Congress met in Vienna to examine the Angola project. A number of delegates expressed dissatisfaction of the fact that the recently approved bill did not foresee any form of self rule. Reference was also made to riots by the African population and to the unhealthiness of the climate. The Congress decided to send to Angola a technical Commission led by the British geologist, Prof. J. W. Gregory and to empower ITO's British section to carry out negotiations with the Portuguese authorities. Zangwill sent a cable to the Portuguese Chamber of Deputies, hailing the bill as a step forward for the great cause of human brotherhood.

In the meantime the Portuguese Senate opened its deliberation on the Angola bill. The first statements were markedly unfriendly to the project. The «rapporteur» Bernardino Roque angrily referred to the criticism expressed in the ITO Congress with respect of Angola's internal security and climate. On the substance of the matter he said that he supported the idea of a Jewish homeland, but «not in our colonies»; Portugal could not tolerate the existence of «a state within another state». The Minister of Colonies, Cerveira de Albuquerque pointed out that the bill had not been submitted by the government and that, in his view, it was «exorbitant». The debate was resumed in May 1913, after a long intermission during which

another change of government occurred. The new cabinet presided by Afonso Costa, took, like predecessor, a non committal and cool stance in respect of the Angola project, as evidenced by the remarks made in the Senate by the Minister of Colonies, Almeida Ribeiro. One of the senators, Adriano Augusto Pimenta, branded the project as a «major danger» posed to Portugal by the Jews. Another member of the Senate, Francisco Correia de Lemos, retorted that he felt honored to have Jewish blood in his veins and rejected Pimenta's assertions as antisemitic. Other senators emphasized the moral need of a gesture of good will towards the Jews, because of the sufferings that had been inflicted to them and also as a token of appreciation for having continued to use, after the expulsion, the Portuguese language in their synagogues. Eventually the «rapporteur» Bernardino Roque rallied to support the bill, after the introduction of a number of modifications (including the reduction of the plots to be allotted to each family). He spoke with appreciation of Terló, calling him «a distinguished Israelite». On 29 June 1913, the debate was closed and the revised text was adopted.

The bill was to be sent to a joint session of both Houses for its final approval and subsequent enactment. This, however never took place. The main cause of the delay was ITO's inability to raise the moneys required for the implementation of the plan. In August 1914 the First World War broke out. In November 1917 Britain undertook, with the Balfour declaration, the engagement to favor the establishment of a Jewish National Home in Palestine. The Zionist thesis prevailed and the idea of a «New Lusitânia» or «New Zion» in Angola was no more pursued.

Anexo documental

I — Entrevista de Jacob Teitel à *Capital* de 20-V-1912.

II — J. W. Gregory, Professor de Geologia na Universidade de Glasgow, *Report on the Work of the Commission sent out by the Jewish Territorial Organization under the Auspices of the Portuguese Government to examine the Territory proposed for the Purpose of the Jewish Settlement in Angola*, Londres, 1913).

*

I — *Entrevista de Jacob Teitel à Capital de 20-V-1912.*

A COLONIZAÇÃO JUDAICA EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS

Um israelita russo, membro do Conselho de Estado e do Supremo tribunal de Moscow, veio expressamente a Lisboa tratar do assunto

Entrevista interessante — Plano geral da colonização israelita em Angola

Os israelitas, a grande legião dos sem-pátria, errantes pelo mundo à mercê dos ódios de raça e do sectarismo religioso, procuram agora destacar fortes contingentes de colonos para as nossas possessões africanas.

No parlamento se discute um projecto de lei em que lhes são feitas especiais concessões de terrenos na província de Angola, da sua aprovação dependendo a partida de muitos milhares de judeus para aquela região portuguesa.

A fim de estudar o assunto, indagando as opiniões do espírito público e dos meios oficiais, encontra-se há poucos dias em Lisboa o sr. Jacques Teitel, israelita russo, membro do Conselho de Estado e juiz do Supremo Tribunal de Moscow.

Procurámo-lo hoje. Após ligeiros cumprimentos, s. ex.^a apresenta-nos ao Sr. Rubin-

stein, que o acompanha para o auxiliar na sua missão melindrosa. Trocámos então alguns minutos de palestra, exprimindo-se o nosso interlocutor num francês correcto.

— Que plano tencionam pôr em prática para a colonização israelita nas nossas colónias? perguntámos.

— Por enquanto, esse plano está apenas delineado nas suas linhas gerais. Os pontos secundários — de detalhe, para assim dizer — só serão resolvidos depois de conhecida a orientação parlamentar perante o projecto em discussão na Câmara. Demais, deve chegar por estes dias a Lisboa o presidente da nossa Sociedade, encarregado de entabular negociações com o governo português.

— Mas há experiências recentes de colonização judaica, noutros pontos, feita em condições semelhantes às que desejam obter actualmente no nosso país.

— Sem dúvida. Em Galveston, no México * há hoje uma importante colónia israelita, que depressa conseguiu impor-se pelas suas qualidades fortes de trabalho. O mesmo lhe poderei dizer do norte da América, de várias cidades da Argentina, do Canadá, principalmente de Montreal, etc.

— Como se designa a sociedade que promove na Rússia essa emigração?

— Sociedade I.T.O. Devo dizer-lhe que a saída dos israelitas da Rússia é motivada pelas perseguições a que são submetidos frequentemente nesse país. Aqui, em Portugal, não receamos que tal nos suceda.

— Quanto às linhas gerais do plano de colonização...

— Todos os israelitas se comprometem a naturalizar-se portugueses, fielmente cumprindo as leis do país. Obedecerão aos preceitos do recrutamento militar, pagarão todas as contribuições devidas — procederão, enfim, como verdadeiros portugueses.

— Quantos israelitas haverá na Rússia

* Trata-se, evidentemente, da cidade portuária no estado do Texas, no golfo do México e não no México. A ITO incentivara a fixação de colonos judeus ali (JB/JM).

— um número aproximado, é claro — dispostos a emigrar?

— Não se pode estabelecer facilmente esse cálculo. São muitas, e muitas dezenas de milhares... O número de judeus, nesse país, orça por seis milhões — e há tantos que desejam ver-se livres das perseguições que sofrem...

— Querem estabelecer-se só nas colónias ou também em Portugal?

— Quase a totalidade dos emigrantes irá para as colónias, mas alguns, em pequeno número, ficarão na metrópole, sobretudo para cuidarem de quaisquer assuntos relativos ao trabalho dos outros nas possessões africanas. Digo em pequeno número porque só desse modo se evitarão factos desagradáveis que poderiam ser provocados pela sua concorrência comercial dentro do país.

— Está já organizado o fundo de capital necessário para as despesas dos emigrantes e trabalhos de colonização?

— Temos um banco especialmente destinado a esse fim, mas contamos também com o auxílio incondicional de altos banqueiros israelitas, como Rothschild, de milionários, como Strauss, embaixador em Constantinopla, e os muitos outros potentados da finança.

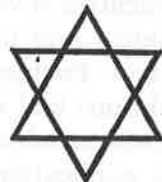
— No caso do parlamento português aprovar a concessão de terrenos, partirão imediatamente para Angola?

— Antes de mais nada, irá a essa província uma comissão de sábios e engenheiros estudar as condições de terreno e do clima, para que a deslocação se faça em circunstâncias vantajosas. Seguirá depois o primeiro grupo de colonos, constituído sobretudo por trabalhadores e encarregado da edificação de prédios e dos outros indispensáveis preparativos para que a região se torne habitável. Depois, em períodos regulares, outros e outros grupos do israelitas irão empregar o seu esforço em terra portuguesa.

«Todos eles irão de boa vontade, já por serem perseguidos na sua pátria, já porque muitos descendem de famílias portuguesas e não esqueceram as tradições deste belo e glorioso país. Em muitas cidades da Holanda, Alemanha e Rússia há sinagogas de portugueses, construídas segundo o estilo do país. Esses israelitas, nas suas orações têm uma parte escrita em português.

Resumindo, vimos dispostos a ser bons portugueses, mas precisamos que este país nos dê a mão.

II — O relatório Gregory:



THE OBJECT OF THE ITO IS TO PROCURE A TERRITORY UPON AN AUTONOMOUS BASIS FOR JEWS WHO CANNOT OR WILL NOT REMAIN IN THE LANDS IN WHICH THEY AT PRESENT LIVE.

R E P O R T

ON THE
WORK OF THE COMMISSION
SENT OUT BY THE
JEWISH TERRITORIAL ORGANIZATION
UNDER THE AUSPICES OF
THE PORTUGUESE GOVERNMENT
TO EXAMINE THE TERRITORY PROPOSED
FOR THE PURPOSE OF
A JEWISH SETTLEMENT IN ANGOLA

J.W. GREGORY, D.Sc., F.R.S., M.I.M.M., ETC., ETC.
PROFESSOR OF GEOLOGY AT THE UNIVERSITY OF GLASGOW

ITO OFFICES, KING'S CHAMBERS,
PORTUGAL STREET,
LONDON, 1913

PREFACE.

By THE COUNCIL OF THE ITO

The public is already aware from articles and notices in the Press that the Benguela Plateau in the Portuguese colony of Angola has recently, on overtures from Portugal, been under the consideration of the ITO, and that a Commission headed by Professor Gregory was sent out in July, 1912, to examine the country and its conditions on the spot.

This expedition was designed only as a preliminary investigation, but, according to the general opinion of the members of the British Sectional Council and of the Colonial Commission, although the Report indicates a *primâ facie* case for further consideration of the question of colonisation in Angola, no further steps in scientific investigation should be undertaken unless and until it has been ascertained whether Portugal is willing to concede the conditions laid down by Professor Gregory as indispensable to a successful colonisation. The publication of his Report, however, at this stage may be useful in substantiating the resolution of the Vienna Conference that individual colonisation is impracticable, and that the colonists must be backed by a rich and powerful organisation with the necessary guarantees.

In reply to a specific enquiry by the President, Professor Gregory has supplemented his Report by the following observations:—

«If I were asked by an ordinary Scottish farmer whether I would advise him to go to Angola or to such countries as Canada, Australia or British East Africa, I would certainly not advise him to go to Angola; but it is owing to the drawbacks of the country that there is a chance of establishing a colony in correspondence with your programme.

«I have considered the suitability of Angola rather for refugees who wish to escape poverty and ill-treatment in their own countries and wish to remain in a Jewish community. I assume that such refugees would be willing to work with greater patience than ordinary commercial settlers. I thought the country more hopeful for refugee immigrants than for any other class. I see no reason why such settlers should not in time build up a colony for themselves.

«In regard to the numbers, I estimate that 5,000 square miles of moderately good land could be obtained in the one tract. How much more of the lands surrounding that area is suitable I cannot tell. The most hopeful territory is believed to be to the north, which we did not visit, while there is said to be quite good land in basins to the south of the line, which we also had not time to inspect. I think it probable that the 5,000

square miles could be greatly extended, but the country might fall so quickly to the north as soon to reach limits lower than we care to the square mile. With an average of six per have about 160 acres, or, say, four families to the square mile. With an average of six family that gives you a population of 120,000. In most agricultural countries, the urban population equals the agricultural. So that 5,000 square miles should support, say, fifty people to the square mile or a quarter of a million. But even that is a sparse population; France has 190 to the square mile; Spain 100; Palestine 65; Russia 15. In Palestine there are considerable cities and probably crowds of poverty-stricken Arabs; but I should think the land in Angola is decidedly superior to the average of Palestine, and you might reckon on supporting in comfort fifty to the square mile; and in generations to come, as people have saved money and begun to live on unearned incomes, the country would carry many more. Of course, 5,000 square miles is a small tract for a country and will not support a big population unless it has mining and manufacturing industries.»

INTRODUCTION,

HISTORICAL AND POLITICAL.

By ISRAEL ZANGWILL.

[The views here expressed are personal to the writer. The views held by the Council are embodied in their Preface.]

I.

Angola is the name of a vast and scantily populated Portuguese colony to the southwest of Africa, slightly larger than England, Wales, France, Germany and Palestine put together. The idea that somewhere within this undeveloped region a home might be found for those Jews who cannot, or will not, remain in the lands in which they at present live, was first brought to my attention by my collaborator, Mr. Meyer Spielmann, in December, 1907, when he wrote to me as fol-

lows: — «I dined last night with a friend and met an engineer named J. Norton Griffiths. He told me that he had read your speech and that he knew the whole of Africa, N., S., E. and W., and that the finest part and most suitable for us in every respect is Angola. It belongs to Portugal, temperate climate, splendid agricultural country, well watered, scarcely any natives, high plateau.» In thanking him for the suggestion, I wrote, «Angola seems indeed to be a great country and one that should have a big future.» But I could not agree that there was no native problem, on the contrary I feared that the blacks, variously estimated at four to seven millions, might be as prejudicial to a soundly-based colonisation as in East Africa. He replied: «Norton Griffiths told me you would not meet more than 200,000 natives in a territory as large as England; they will not work.»

Mr. Spielmann accordingly introduced me to Mr. Norton Griffiths and we discussed the matter. His firm was constructing a railway through Angola, and he was sure that the Portuguese Government would give every facility for such settlement on the lines of the ITO. Unfortunately, I was then obsessed by the Cyrenaica scheme, and I feared the engineer might be prejudiced by his association with the Benguella Railway Company, which was just struggling into existence. Moreover, it was not pleasant to approach Portugal, a country which had driven out its Jews and in which they still had no legitimate status.

Thus the matter rested till June, 1911, when a Jew, holding a responsible position in Rhodesia, wrote to me recommending Angola in the strongest terms for an Itoland, though not from personal knowledge of the country.

«During the last couple of years», he wrote, «many co-religionists have gone up to the Congo territory, which is enormously rich. As the Rand opened up South Africa, so the Congo will open up the heart of the Continent and will be fed both from the East and the West. The Lobito Bay railway will be completed in a few years' time, and the line will feed an enormous market. Now, the Portuguese territory is a beautiful country, healthy, with a considerable native population, but practically no whites, and with

great agricultural potentialities. Lobito Bay will be the route for passenger and trade to the Congo and to South Africa. The possibilities for white colonisation are enormous. Much of the Congo is infested with tsetse fly and other pests, which makes it dependent upon its neighbours for food-stuffs. Portugal relies upon the transit trade created by others.

«The railway rises up in a series of terraces, and along these highlands is the place for settlement... Colonists in Portuguese territory always have local rights... The country is empty of white inhabitants. It is big, it is rich, it has a potentially unlimited market at its doors. Its harbour, Lobito Bay, is adequate.

«The Portuguese cannot colonise it, but they would welcome colonists of whom they were not afraid — such as the Jews. I know of no territory in the world so perfectly suited to the Territorialists.

«The claims of Angola were pressed upon me by a Jewish pioneer, who was one of the first to reach Lobito Bay overland from Rhodesia. Lisbon would receive you well, I doubt not, so would Robert Williams of the Tanganyika Concessions, who is all-powerful up here. Secrecy seems to me essential. Colonists must be settled down steadily without talk. If things are well-managed, Jewish pioneers in many lands would be willing to go. Once the foundation is laid nothing can stop progress.

«Lobito Bay is about ten days from Southampton. South African and Congo Jewry would back such a scheme to the utmost. Our co-religionists in the Congo are advancing with and even preceding the line, which is being pushed on from the Congo side. By the time the railway is completed (say five years) they will be found at Lobito Bay. Three years ago, Angola could have been got for an old song. Three more years will be too late. To-day one could no doubt get big concessions. Let the Jews collectively be the concession-hunters this time and for their own benefit. The land round Lobito Bay is, I understand, sandy and rocky in places, and land settlement should begin some way inland.

«On the east of the Congo stretch British and German East Africa. They are divided

from it by—Sleeping Sickness. The west route is, of course, the one closest to Europe. Angola will be the route for the Congo, for North Rhodesia, and, as far as passengers are concerned, to a considerable extent South Africa also.»

This letter led to a reconsideration of Angola by our Executive Committee. But again we feared the black problem, and above all, we thought the country should be opened up, if at all, by the spontaneous movement of Jewish pioneers, because secrecy was impossible to the work of the ITO. Indeed, I sadly fear it is impossible even for the individual Jew. One of the reasons that I did not entertain the suggestion of an unobtrusive settlement of Jewish agriculturists was that my able and optimistic correspondent did not even wait for my reply, but made the same suggestion through the *Jewish Chronicle*. The most innocent scheme of peaceful penetration is, in fact, impracticable if it involves secrecy. Our pioneers would hold a Congress and invite the Press. As for a filibustering expedition, it is almost unthinkable for a race which has lost the very conception of force and whose last manifestation of militancy—the Revolt of Bar-Cochba—takes us back to the early years of the second century. No! the only way to work in Angola was publicly and loyally, and by Portuguese recognition. But to approach Portugal involved, I repeat, an historic humiliation.

Here was an *impasse*. Portugal solved the difficulty by approaching the Jews. If Mahomet would not come to the mountain, the mountain came to Mahomet. Dr. José d'Almada, a brilliant young patriot in the Colonial Office, being set to make a report upon the Foreign Missions in Angola, found himself possessed by the fear formulated by the late Lord Salisbury in the famous dictum: «First the missionary, then the trader, then the gunboat.» He reached the statesmanlike conclusion that Jews alone could act as a barrier and save Angola for the Portuguese. This conclusion of his soon found embodiment in a Parliamentary project to grant concessions of land to Jewish colonists in the healthy plateaus. A Colonial Committee was appointed, with Senhor Ramada Curto as its spokesman, to put the project into shape. By a

pleasant paradox, a Russian Zionist from Palestine named Terlo, for some years engaged in business at Lisbon, threw himself enthusiastically into the scheme, and helped to influence Portuguese Deputies and Portuguese opinion in its favour.

Largely through the solicitation of the indefatigable and irrepressible Senhor Terlo, Herr Rubinstein, the President of the Swiss Group of the ITO, journeyed to Lisbon, where he was followed by Judge Teitel of Russia, the only Jew in that country to reach judicial rank, and by Dr. Jochelmann, the President of the Russian Group. Upon their representations to me that the project was a serious one, I placed the matter before Lord Rothschild, and with his assent proceeded to Lisbon myself. This was in May, 1912.

Before leaving London, I went to see the «all-powerful» Robert Williams of the Tanganyika Concessions. The British Foreign Office gave me a letter—of course purely personal—to our Minister in Lisbon, Sir Arthur Hardinge, who, in turn, gave me letters to the Prime Minister, the President of the Chamber, and the Permanent Secretary to the Colonies. Strange to say, Sir Arthur Hardinge was H.M. Commissioner and Consul General in British East Africa just before England's offer of a Jewish territory there. I also met Dr. d'Almada, the original inspirer of the Bill, and Senhor Ramada Curto, its Parliamentary champion; Manuel Bravo, who proposed many amendments, Dr. Nascimento, of the Portuguese Academy of Sciences (a colonial official and former Governmental doctor with considerable experience of Angola embodied in several scientific works), and Dr. W. J. Ansorge, the famous British Naturalist, who had just returned from Angola; as well as other persons familiar with that country. I saw also a Deputy for Angola and other Deputies, and Sir Joaquim Machado, G.C.M.G., the Managing-Director of the Benguella Railway Company, and, last but not least, Senhor Norton de Matos, the new Governor of Angola, who was just leaving for Loanda. I saw also the leading Jews, including Dr. Bensaude, the distinguished head of the Technical Institute, and Mr. I. Levy, the President of the miniature congregation. I had thus considerable opportunity of forming a judgment upon the whole matter, as well as

impressing my own view upon the Portuguese. I also went fully into the costs and conditions of colonising, and, in case the ITO might decide to go further into the scheme, I obtained permission from the Governor of Angola to send an expedition to that country, for which he promised every facility. I also obtained from the leading Jews the promise that in the case of the ITO undertaking the work, they would form a Committee to assist the emigrants if they transhipped in Lisbon for Angola.

Moreover, as it would be inadvisable for British subjects to initiate this colonisation without the assent or, at least, the acquiescence of England, whose favourable opinion would also carry weight in Portugal, I took steps, both through the British Minister and through the Foreign Office in London, to find out whether any opposition was likely from this source. Later, I had an important conversation with one of the most internationally influential members of the British Cabinet. The conclusions I reached on the political aspects of the matter are personal, and, perhaps, mistaken, so I will only here express my gratitude to the British Minister for the courtesy and hospitality with which, so far as his punctilious neutrality permitted, he facilitated my work in Lisbon, and for the elaborate memorandum on the subject which he sent to Sir Edward Grey.

After considerable debate in the Portuguese Chamber of Deputies, the Jewish Colonisation Bill, with some regrettable modifications, was passed early in June by a unanimous vote. The Bill, as will be seen from the translation given in an Appendix, attempts to deal with the individual settler though he is to be introduced by an organisation. The combination is obviously impracticable since the individual would hold the organisation responsible for a failure it would have little power to prevent. A more elaborate analysis of the deficiencies of the Bill from a constitutional standpoint has been kindly supplied by a Professor of Amsterdam University and Member of the Royal Commission of Private International Law at the request of Heer Kisch, the energetic President of our Amsterdam branch, and will be found appended to the Bill.

II.

From Lisbon I proceeded to Vienna, where an International Conference of the ITO had been organised for 27th-30th June. My view of the Angola project I summarised for the Conference in the following passage, in which only a few words have been revised:—

«Let me say, from the outset, that I do not concern myself particularly with the Bill in its present shape, if only because of the Portuguese institution of *Reglamentos* by which the Government adapts the principle of a Bill to its practical application. Nor do I take into over-serious account the mediaeval military conceptions, complicated codes and fiscal absurdities, which still govern the colonial policy of the Portuguese. These methods which their great national poet Camoens satirised when, in the sixteenth century, he saw them in operation in Goa will be swept away as the Republic advances. Even the chauvinistic temper of the present Bill, its desire that Portuguese shall be the exclusive language of instruction in the Jewish schools, is more pious than practical. Schools do not arise in a day, and languages not prevailing in the environment cannot be artificially imposed. All that matters is—does Angola provide the possibility of a Jewish home-land?

«I am inclined to think that, by a curious concatenation of abnormal circumstances, the answer should be in the affirmative.

«The first favourable factor is the absence of Jews from Portugal. Such a project could never have been shaped in a country with a real Jewish population. Either the Christians would have been too un-Christian to conceive it, or the Jews too pro-Christian to permit it. The expulsion of the Jews of Portugal in 1496 may thus prove a blessing in disguise. Even as it is, the eighty Jewish families of Portugal, with their strong loyalty to Portugal and the natural timidity of a community only legalised a month ago, can only be counted on for co-operation in so far as the scheme is Portugal's and not Jewry's.

« A second factor, almost as favourable as the absence of Jews, is the presence of Jewish blood. All Portugal is subtly saturated with subconscious racial sympathies, and a

combination of Jews and Portuguese in creating a new centre of civilisation in Angola is a more natural blend than any other.

«Thirdly, the project is a business one, not one of sentiment. Portugal is aware that she has not effectively occupied Angola, that her resources are needed elsewhere, and that Germany's S.W. African frontier marches with hers. A Jewish colony in Angola under the Portuguese flag may be the only way of keeping the flag flying there. In the fact that Portugal wishes to exploit the Jews for her own purposes lies the true guarantee of her earnestness, of the real solidity of this project. Professions of Christian love, expressions of remorse for the sin of 1496 and the early years of the sixteenth century, would have merely aroused our scepticism. And yet this remorse exists — not for a crime, but worse! for a blunder, for a bad piece of business. Everybody, from the President of the Chamber downwards, confessed to me that the expounding the Jewish Bill, cried out in the great historic mistake; Ramada Curto, in expounding the Jewish Bill, cried out in the Chamber: 'It is the expulsion of this people that is the cause of our degeneracy.'

«There is no doubt that Jews with capital would now find a welcome in Portugal, as well as a fruitful field for their industrial genius, and it is as certain that a return of the Jews to Portugal will now set in. But so will anti-Semitism — if history in other countries be any guide — as soon as the Jewish population increases sufficiently to excite jealousy by its prosperity or ill-will by its struggle for existence, or the *odium theologicum* by its religion. Only in the colonisation of an empty tract like Angola can the Jewish problem find a radical solution. And, despite the timid and tentative nature of the present Bill, there are not wanting Portuguese prepared to go to the full length in providing Jewry with a home-land. 'What if there is a risk' asked the distinguished Deputy for Angola, Caetano Gonçalves, during the discussions on the Jew Bill. 'What if Angola would one day proclaim its independence! Portugal would lose little, and humanity and civilisation would have an immense gain.'

«A scion of a great Jewish house once pointed out to me that an Itoland could not possibly arise, because a bad land would not

attract the Jews and a good land would attract all other races. But here, you see — and this is favourable factor number four — the Portuguese expressly refuse concessions of their land to any but the Jews and the Portuguese. And — fifth favourable factor — the Portuguese themselves emigrate not to Angola, but to Brazil. While our six millions in the Pale send out 100,000 a year, the six millions in Portugal send out only 40,000 a year.* And of these 36,000 go to Brazil, leaving 4,000 for all the rest of the world. Besides which, we have 6,000,000 more Jews elsewhere, and South Africa alone would probably pour thousands of Jews into Angola, if the country caught on.

«Even the blacks, who at first seemed to me an unfavourable factor, appear to be not overwhelmingly numerous for so great an area, nor so anxious to work as to relieve the white man of that duty. Their only anxiety is to be let alone, immune alike from work and from taxation. They have vast spaces to roam and to peddle in, without seeking the plateaus. True, an alarmist telegram was sent from Benguella to Lisbon only the other day, demanding immediate increase of military protection against the natives, driven to rebellion by the hut-tax, and it is therefore doubtful if the individual colonist could be advised to accept Portugal's offer, especially as the land is not even surveyed and the cost of living and of labour is enormously high. But I am not dealing with the *status quo* but with the potentialities of the future. All Africa, with the exception of a few centres of ancient civilisation in the North, has within living memory passed through this phase, or is still passing. Angola too before long will be effectively administered. There is indeed no reason why the Jews should not buy and administer it for themselves, except that the Portuguese are too proud and the Jews too humble.

«My friend, Mr. Nevinson, as you will presently hear, gives a terrible picture of Angola, and my friend, Sir Harry Johnston, doubts whether there is a sufficient continuous tract of white man's country. But

* Brazilian statistics for 1912 show an increased flow of Portuguese to Brazil.

Mr. Nevinson's views are probably coloured by his moral indignation against the slavery in Angola, and Sir Harry Johnston is an ardent Zionist. In a country larger than France and Germany combined, there is assuredly more room for the Jew than in Palestine, even if the healthy country be separated, as indeed it is, into three plateaus. Angola is undoubtedly unhealthy on the coast, though it is precisely here that the Governor of Angola and the bulk of the Portuguese reside, but the railway soon bears the emigrant up to the plateaus where, as was stated in a debate in the Chamber, the mortality is lower than in Europe. Let me remark *en passant* that the earnings of the Benguella Railway Company, which were only about £1,100 in 1905, were in 1911 about £100,000, and that railway enterprise has begun on the other two plateaus likewise. The neighbouring Congo, though far more tropical, is already alive with Jews. I can imagine the outcry in the Jewish Press into the ITO had sent them there, or indeed merely proposed to discuss the question.»

I proceeded to consider an alternative project for Jewish Colonisation, which was more favourably viewed in Russia because the territory in question lay along a route already beaten out by Jewish emigration, and finally I proposed to the Conference the following resolution, which was carried unanimously: —

«That this Conference of the Jewish Territorial Organization, comprising Jews of all countries, assembled at Vienna under the presidency of Mr. Israel Zangwill, takes the opportunity of thanking the Portuguese Chamber of Deputies for its legislation offering concessions of land in Angola to Jewish colonists — an offer which softens the memory of the fifteenth century expulsion under King Manoel, and advances the cause of human brotherhood — but, since the name of the Organization has been introduced into the Parliamentary debates, the Conference adds its regret that on account of the unsettled, unsurveyed, and even dangerous state of the country, the climatic difficulties and the high cost of living and labour, it is impossible to recommend individual colonists

or small groups to undertake a task which could only be carried to success, if at all, by an organization armed with the necessary powers and guarantees; and the Conference directs that this resolution be communicated to the President of the Chamber of Deputies and the Portuguese and general Press.»

This resolution was accordingly telegraphed to the President of the Chamber of Deputies in Lisbon, and his reading of it in the Chamber was followed by an outburst of patriotic indignation throughout Portugal. In the Upper House Senator Roque drew attention to the ITO telegram in an impassioned speech in which he declared that never should the Jews build up in Angola the lost glories of Zion.

The favourable feeling in Portugal towards Jewish Colonisation was succeeded by resentment, the Press teemed with rival schemes and the Colonial Office was flooded with territorial applications. Though, during the Parliamentary interregnum, the permanent Colonial Secretary has the power to grant such applications of himself — a fact which shows the necessity for rigid legal safeguards — up to date none of these projects seems to have materialised. Indeed quite apart from the spawn of schemes engendered by the ITO telegram), Dr. Nascimento, in a new and just published work on «The Colonisation of the Plateau of Benguella», enumerates no fewer than five colonisation schemes seriously put forward in 1912, which have all come to nothing, not to mention the abortive projects of preceding years. The fact is — and it has been the key to my handling of the question — Portugal possesses neither the capital nor the labour to develop Angola, the natives being far more valuable to her when exported to San Thomé and Príncipe, and though she could always sell Angola to Germany, her natural pride would incline her in preference to deal with the Jews, the one People whose advent carries with it no political danger or complication.

This May the Jewish Bill duly reached the Upper House, and though resentment at our lack of grovelling gratitude still rankled and Senator Roque tried to transform the measure into one of general colonisation, it was yet accepted in principle and returned

for further study to the Colonial Committee, whose able spokesman I last year warned that the Bill in its present shape would receive no practical response from the Jewish people.

III.

The Portuguese notion of colonies as possessions of the mother-country, and also integral parts of the Empire with representation in the Lisbon Chamber of Deputies—the conception that has dominated the Jewish Bill—is opposed to the British and modern notion of colonies as having a life of their own under the flag of the motherland. But the Portuguese conception does not safeguard Portuguese sovereignty as infallibly as Portuguese public opinion seems to imagine. Brazil, though founded by Portuguese, and having still a core of Portuguese language and law, has long since thrown off the sovereignty of Portugal, and will soon contain as many Germans, Italians, etc., as Portuguese. And where a vast territory is concerned, it is impossible to populate it from the mother-country. The desperate attempts of Great Britain to people Australia, Canada and South Africa from the surplus population of her little island are the most glaring example of this impossibility. Great Britain would be more than content if she could merely get a white population. That Portugal cannot people Angola with Portuguese is therefore nothing abnormal and, even if she could, there would be no security of her perpetual sway; still more dubious would be her Empire if she opened Angola to the motley streams of emigration. In its development as a Jewish colony bound to Portugal by gratitude and mutual advantage lies her wisest policy.

It is not even as if the menace to Angola lay merely in the future or from her own future populations. The possible partition of the Portuguese colonies is already a topic upon the European tapis. It is true that on February 24th of this year the Portuguese Minister for Foreign Affairs, replying to an interpellation in the Chamber, denied that either Germany or England meditated bringing about an international conference on that question, or doing anything to infringe the

sovereignty of Portugal over her colonies, or that any treaty or convention existed between Great Britain and Germany for that purpose. But, diplomatically veracious though the Minister's reply may be, it does not go to the root of the matter. Nobody supposes that the Anglo-German Convention crudely proposes to infringe the sovereignty of Portugal; it is doubtless a convention as to the partition of the Portuguese colonies in certain contingencies. In the French *Société des Études Coloniales*, as Professor Gregory reminds us, this possible partition has been openly discussed, the general view being that the robbery of Portugal would be disgraceful—especially if France had no share in the spoils. Moreover, a Society for the Acquisition of Angola has been publicly established in German South-West Africa, and has actually applied to me for a copy of this Report.

Nor is Angola the paradise which it has been represented in some, especially French, quarters. The analyses which Professor Barry has kindly made for us establish the fact that a good deal of its soil is poor. This is indeed not entirely an economic disadvantage from the standpoint of colonisation, for if Angola were of an extravagant fertility it would probably be covered by impenetrable forest, and the cost of clearing would be prohibitive. But though settlement is thus facilitated, it is made less worth while. There is no magic harvest of wealth awaiting the settler such as dithyrambic Parisian or Portuguese pens have pictured, only an honest subsistence. There is nothing to attract or divert white immigration from the richer and healthier regions of America and Australia where equally free grants of land cry for cultivators. There is nothing to deflect that ever-increasing stream of Jewish immigration which the ITO has successfully directed towards Galveston and the rich region West of the Mississippi where there is room for scores of millions of every race. Only the Jew who is looking not for wealth but for the happiness and security of a home-land would turn his eyes towards Angola. The much-criticised resolution of the ITO has served to bring Portugal to a sense of reality, to the understanding that Angola is not an El Dorado, nor the Jews a pauper horde anxious

to pick up any crumb that Portugal might condescend to throw to them. The historic crime perpetrated at the close of the fifteenth century by King Manoel — when, as the price of his marriage to the daughter of Ferdinand and Isabella, he gave over his Jews to expulsion, forcible conversion and massacre — called, indeed, for atonement. But the reparation must be real and the Jews must be given a genuine possibility of founding a home-land, a colony which would, in turn, by the renewal of ancient Jewish affection for Portugal, add strength and stability to the Portuguese Empire.

As the angry voices died away, quieter, saner voices began to be heard. As early as the 4th of August, Colonel A. Freire d'Andrade himself, the Secretary-General of the Colonial Office and Director-General of the Colonies, *il maestro di color che sanno*, rushed into the breach with an impartial article in the journal *A Capital*, which we have ventured to reproduce in an Appendix, and which must have tended to hasten the return of sobriety.* In this article, moreover, the Colonial Director distinctly looks forward to receiving propositions from the ITO after the return of the ITO expedition, which he indeed facilitated in every possible way — what better proof that diplomatic relations have not been broken off?

Equally significant and sober is the article (also here reprinted) on «The Colonisation of the Plateau of Benguela», by Captain João Ferreira **, to which M. Paperin drew my attention, and which Professor Gregory in a letter to me characterised as «the soundest Portuguese communication on the subject» which he had seen. Captain Ferreira's statement that large parts of the country have a poor soil is, says Professor Gregory, «a recognition of the fundamental fact which must be appreciated before any colonial scheme, Portuguese or other, can develop the country on sound lines; though as to his practical

proposals one might reply that British colonial methods would give no support to his scheme. *Our* plan has been to send pioneer colonists ahead of costly schemes for electric power. The pioneers prove what can be done, and then big schemes for irrigation and electrification can be attempted with less speculation». Still, whether the operations of a Company or Organisation come first or second, both Professor Gregory and Captain Ferreira are agreed that this is no country for individual colonists left to their own resources, and the very sub-heading of Captain Ferreira's article on its colonisation — «Un-attemptable Save by Powerful Companies» — was a recognition of the justice and wisdom of the resolution passed by our Vienna Conference.

And no one could state the case for a large Jewish settlement upon an autonomous basis more powerfully than Captain Ferreira has unconsciously done by his admirable maxim: «To colonise is to civilise». Promiscuous immigration is a mere struggle for life compared with the ITO plan of working through the ideals of a race. «Such a plan», as Mr. Winston Churchill wrote of it, «Contains a soul, and enlists in its support energies, enthusiasms, and a driving power which no scheme of individual colonisation can ever command».

Perhaps the most striking instance of the readjustment of values in Lisbon is the Bill introduced on 20th February of this year for increasing the number of doctors and the medical supplies in those parts of Angola which are suffering from sleeping-sickness. Nevertheless, despite that in Angola this disease has proved fatal in every case of attack, Jews already so numerous in the more dangerous Congo, must not make too much of this drawback, for it was precisely to settle the question of the limits of this scourge that the ITO sent out the distinguished expert, Dr. Martin and his report is wholly reassuring. Nobody would refuse to live in the South of France because of an epidemic in the North of Germany, and it is only in the lowlands of Northern Angola, already barred out by us as climatically unsuitable, that the danger exists. Within the area investigated and recommended by our expedition, it is so remote that it may be set aside. Did sleeping-sickness

* Numa carta a Bensaúde, de 15-IX-1912 (Arquivo Sionista), Zangwill refere-se com desconfiança a Freire de Andrade, dizendo que ele «está a intrigar contra nós» (JB/JM).

** Artigo publicado n' *O Século* de 23-I-1913 (reproduzido no Apêndice da ed. do *Report...* Gregory) (JB/JM).

rage within the region in question, we should, of course, have regarded that factor as absolutely prohibitive, even although the territory, purified like Panama, might quite well serve a future generation. Dr. Martin told me repeatedly that if he could only have his scientific resources and his friends, he would rather live in Angola than in London. That the high plateaus in the Southern half of Angola are adapted to the white man, and sufficiently fertile to support him, is the testimony of many independent observers. I direct particular attention to the brief statement kindly obtained for us by the Dutch Consul at Banana on the Congolese border of Angola, again through the good offices of Heer Kisch. This is the statement of a white settler who has resided for nineteen years at Hanha near the coast of Benguella, a place which will be found upon our map.

I should add, in conclusion, that I was recently honoured by a visit from Mr. Robins of the Benguella Railway, who expressed himself willing on behalf of his company to facilitate the immigration into the interior both by a low passenger rate from the port, and a large reduction on freights. Were the Portuguese Government to meet us in a similar spirit in the matter of import and export duties, one of the chief hindrances to successful colonisation would be removed.

Indeed, it may be useful if I summarise here what Professor Gregory — with that political acumen which makes him so much more than a man of science, and with that zeal for our cause for which all Jews owe him gratitude — regards as the indispensable conditions for a possible Jewish colonisation in Angola: the option of a least 5,000 square miles for a nucleus of agricultural settlement in a region described by him in a private memorandum, and marked upon a private map (coloured according to the quality of the land); a further concession of some 30 square miles for an agricultural station near the railway crossing over the upper Catumbella River, and a square mile of the limestones on the east shore of Lobito Bay in order to quarry limestones for fertilisers and cement; also freedom from import duties for all materials required by the colony for a term of years; together with the right to export

without restriction, no preferential duties in favour of Portugal or Portuguese ships, and no heavy export duties.

Without some such conditions, as, indeed, the Director-General of the Colonies practically admits in his illuminating contribution, no colonisation could hope to succeed. Whether, even with them, a Jewish homeland could be here ultimately established that would repay the labours and the sacrifices, provide a haven to the emigration from lands of persecution, and stand four-square against the winds of future fate, it will be for the ITO and its Geographical Commissioners in due course to determine.

June, 1913.

ISRAEL ZANGWILL.

GENERAL REPORT ON THE EXPEDITION TO ANGOLA.

I. — THE PROBLEM OF ANGOLA.

Angola is the chief Portuguese colony in West Africa. It is wholly tropical, for its range in latitude is from 5° S. to 17° S. It is bounded on the north and north-east by the Belgian Congo, on the south-east by Rhodesia, and on the south by German South-West Africa. The area of Angola is about 500,000 square miles. It has been occupied by the Portuguese since 1575, with the exception of the years 1641-1648, when it was held by the Dutch. Owing to its long coast line on the Atlantic it is easily accessible from Portugal, to which it is the nearest of the larger Portuguese colonies. Yet after three and a half centuries of colonisation its total population is estimated as about 4,000,000, including probably less than 10,000 Europeans or people of European descent. The trade — import, export and coastal — for 1908, exclusive of Portuguese Congo, was £2,036,900.

Hence, in spite of its many advantages, Angola is comparatively poor and sparsely peopled. Its backward condition is all the more striking in contrast with the enthusiastic descriptions of many parts of the country,

written by travellers who visited it thirty to forty years ago, such as Cameron in 1875, Capello and Ivens in 1878, and Serpa Pinto in 1878. They all wrote glowing reports of the country and its resources. Cameron describes the area of Bailundo as follows:—

«Almost directly after starting we came upon rocky hills with brawling burns rushing along their rugged courses and here and there falls from twenty to thirty feet in height, the crystal water sparkling in the sunlight as it dashed from crag to crag. Large tree-ferns grew on the banks, and amongst the bushes were myrtle, jasmine and other flowering shrubs, whilst a variety of beautiful ferns similar to maiden-hair and other delicate kinds, flourished in the damp crevices of the rocks.

«As we went forward the scenery increased in beauty, and at last I was constrained to halt and surrender myself to the enjoyment of the view which lay before me.

«I will content myself with asserting that nothing could be more lovely than this entrancing scene, this glimpse of paradise. To describe it would be impossible. Neither poet, with all the wealth of word-imagery, nor painter with almost supernatural genius, could by pen or pencil do full justice to the country of Bailundo.

«In the foreground we have glades in the woodland varied with knolls crowned by groves of large, English-looking trees, sheltering villages with yellow thatched roofs; shambas, or plantations, with the fresh green of young crops and bright red of newly hoed ground in vivid contrast, and running streams flashing in the sunlight; whilst in the far distance were mountains of endless and pleasing variety of form... and the hum of bees, the bleating of goats and crowing of cocks broke the stillness of the air.

«As I lay beneath a tree in indolent contemplation of the beauties of nature in this most favoured spot... rudely awakened... by the... caravan. Thus the dream of fairyland was dispelled...

«That evening we camped in a wood, a clear space having literally to be cut out of the masses of sweet-scented creepers which festooned the trees.» (1)

Further west, he passed a «valley where there were large plantations of cassava and Indian-corn. The natives seemed very in-

dustrious... Men and women were busy preparing their fields for new crops...» (2)

Capello and Ivens were also delighted with the district of Bihé, which lies to the east of Bailundo.

«The great abundance of water that is rippling in every direction through this country, renders it extremely fertile; indeed, the Bihé may be looked upon as one of the richest tracts of territory in the interior of Africa. The productions of the soil are exceedingly varied, and the eye lights upon a profusion of such plants as the tobacco, stramonium, *palma christi*, aloes, euphorbia, and white and red manioc; there is abundance of maize, *massambala* and *massango*; bananas, pineapples, and oranges flourish most plentifully; nor are there wanting such familiar fruits as lemons, citrons, and limes. Even the domestic cabbage, that welcome sight to the wandering European, is extensively cultivated, so it is not surprising if, on his return from the interior, the traveller should look upon the Bihé as a sort of paradise.

«The productive strength of this argillous silicious soil, whose ruddy aspect is at first but little attractive, is so remarkable that in the short space of a couple of months — the time we remained in camp — beans, maize, and other cereals, spilled or carelessly strewn about the place, were some feet above the ground. The hedge or fence around the *quilombo*, composed in great part of the trunks of acacias, cut fresh by our men, began to throw out branches at the end of thirty days. It is necessary, however, to remark, that we were in the most favourable seasons for such vegetable activity.

«The rapid development of vegetation in this part of the continent is further proved by the fact that it forms the subject of some of the native stories.» (3)

Capello and Ivens also refer to the fertility of the neighbourhood of Coconda (4), where they observed large plantations of manioc, maize, sugar cane, ginguba (the oil-producing monkey nut, Areca), and sweet potatoes.

Serpa Pinto also described the area around Bihé; and he predicted that the area between it and the coast would be more prosperous than the Transvaal in spite of its lack of mineral wealth.

«Before resuming the narrative of my adventures, my readers will not deem it amiss if I say a few words about this country, so important and wealthy and yet so little known to us in Portugal, where such knowledge should, nevertheless, be of the highest interest.

«The Bihé is bounded on the north by the country of the Andulo; on the N.W. by the Bailundo; on the west by the Moma country; on the S.W. by the Gonzellos of Caquingue; on the south and east by the free Ganguellas tribes. The river Cuqueima is almost a natural boundary of the Bihé on the west, south and east; but, in point of fact, the authority of the native king of the Bihé extends beyond that river at various points. The country is small in extent, but is thickly peopled for Africa.

«I roughly estimated its area at 2,500 square miles, and a still rougher calculation made me estimate its population at 95,000 inhabitants, yielding thus barely 38 inhabitants to the square mile; and although this number appears to us very small, as being less than a third of that in our own country, it is considerable for South Africa, where the population is, as a rule, very scattered.

«Not so very long ago, this territory of the Bihé was covered with dense jungle, abounded in elephants, and boasted but a few sparse hamlets inhabited by the Ganguella race.»⁽⁵⁾

«In the foregoing brief summary, I have endeavoured to condense the results of my observations, and give a general idea of the country; I will now conclude my brief opinion concerning it.

«Placed in a geographical position very different to that of the Transvaal, the tract of territory comprised between the coast and the Bihé approximates thereto in the way of climate, and possesses a more fertile soil. A comparison between the same plant growing in the two countries makes this very evident.

«If has a native population far more condensed than that of the Transvaal, and infinitely more agricultural. It is not less abundant in good pasturage, and is richer in woods and forests.

«The Transvaal, it is true, possesses great mineral wealth, which is wanting here, but I am of opinion, notwithstanding, that a more

prosperous future is in store for this country than for the Transvaal, inasmuch as the latter is isolated from the rest of Africa by arid deserts and the tse-tse fly, while the former is in easy communication with the other territories of the interior, whose natural wealth is perhaps greater than its own.»⁽⁶⁾

Later travellers have given a very different account of this hinterland of Bengella; they generally represent the country as poor and sparsely populated, or as including vast areas of uninhabited desert. Thus Nevinson⁽⁷⁾ reports that in his five week's journey from Benguella to Bihé he saw only one native village, and that was 3 miles off the road; and in his march of 200 miles through what is known as «the Hungry Country» he saw no trace of man, though it had been occupied during the visits of Cameron and Arnot; and he described this district as a poor, barren, sandy desert, though well timbered and well watered. Mr. Nevinson also represents Bihé as a poor district, and in a recent report to the Council of ITO predicts that the attempt to colonise the country would be a very arduous and dubious experiment. (See Appendix.)

The Benguella Railway Company, which was begun in 1905, is now open for 266 miles inland, and it has reached the highest part of the plateau of Benguella that it must cross on its way to Katanga. The belt beside the railway line appears to be even less inhabited than it was before the construction of the railway; for the natives have moved away, and instead of the land having been promptly occupied by colonists, I was informed that only six agricultural settlers have taken up land beside the railway during the past six years⁽⁸⁾.

The trade returns of Angola have shown a marked decline during the past five years. Statistics since 1908 are not yet available

	Imports £	Exports. £
1889	1,345,000	1,496,000
1901	845,100	947,700
1903	1,150,600	1,080,900
1904	1,522,000	1,103,000
1901	1,366,400	961,300
1906	1,282,970	953,140
1906-7	1,287,557	837,799
1908	1,027,500	746,100 ⁽⁹⁾

The problem presented by Angola is, therefore, why a richly-watered area, which forty years ago was described as well populated and as a paradise of fertility, should have declined in population and prosperity. The simplest explanation of the change that has been advanced is that the country has been depopulated to supply indentured labourers to the cocoa plantations of the islands of San Thomé and Príncipe.

A second suggestion is that the country has been ruined by Portuguese misrule. A third hypothesis is that the country has been devastated by diseases, which either destroyed the people directly or left them exposed to starvation owing to the destruction of their cattle by rinderpest.

The objects of our expedition to Angola were, therefore, to inquire, firstly, whether the country is likely to contain a sufficient area of well-watered, fertile, unoccupied land for an ITO colony. Secondly, whether the reported depopulation of the Benguella plateau, if true, is due to diseases which would render the country unsuitable for European colonisation.

The explanations of the reported depopulation of the country by the deportation of the natives to San Thomé and Príncipe, or by simple Portuguese misrule, seemed both inadequate from the evidence available in London. The drain on the population for service abroad appears to have been much less in recent years than it was before 1875. San Thomé and Príncipe are both too small to explain the depopulation of so large an area of the mainland. The total area of the two islands is estimated at about 770 square miles, and the total number of labourers imported into these islands from Angola between 1887 and 1896, both years inclusive, was 22,140, or 2,214 a year⁽¹⁰⁾; and probably many of these natives, though shipped from Angola ports, came from the Belgian Congo. The number of indentured labourers sent to the two islands increased in 1901 to 4,572⁽¹¹⁾, but it was limited to 6,000 per annum by a decree of 1903. In 1902 the total number of indentured labourers from all parts of Africa was 19,211 on San Thomé and 3,175 on Príncipe.

According to the fuller statistics published in a recent Parliamentary Paper⁽¹²⁾, the

the total number of labourers landed on both islands, from 1888 to nearly the end of 1909, was 67,614, or an annual average for the twenty-one years, excluding the incomplete year of 1909, of 3,043.

The drainage of indentured labourers from Angola to San Thomé and Príncipe has therefore been small; it has, indeed (been quite insignificant in comparison with the export of slaves from the country before the time when the Benguella plateau was so enthusiastically described by Cameron, Capello and Ivens, and Serpa Pinto. Thus Monteiro, an English mining engineer who was long resident in Angola, estimated that before 1875 the annual export of slaves from the coast, between the Congo and Bengella, was 100,000⁽¹³⁾. Monteiro mentions that he saw one slave caravan from Bihé with 1,000 slaves.

The smallness of the existing population of the Benguella plateau is not adequately explained as due to the export of labour to San Thomé and Príncipe, for those islands are too small, and the number of labourers sent to them from Angola has been trivial compared with the annual export of slaves from the ports of Angola in the period before 1875.

The explanation that the population has been recently diminished by Portuguese misrule is no more convincing. The Portuguese have been very successful in the colonisation of Brazil, and they had been in occupation of Angola long before 1875. Thus Cameron⁽¹⁴⁾ remarks that Gonçalves had been trading in the interior of Benguella for thirty-three years before the date of his visit, 1875. According to Couceiro⁽¹⁵⁾, there has been a Portuguese station at Caconda for 200 years; and Livingstone, in 1850, saw clear evidence that Portuguese trade was well established in the far interior. It seems improbable that there should have such a change in Portuguese rule about 1875 as would explain the reported subsequent depopulation of the country.

While considering this problem in London I remembered that the first account I had read of sleeping sickness in Africa was Monteiro's description of an outbreak of that disease in 1870, on the coast of Angola at Muserra (Lat. $7\frac{1}{2}^{\circ}$ S.)⁽¹⁶⁾. Thence the disease had spread up the Cuanza valley, where it

had depopulated some districts. Sleeping sickness has, unquestionably, been endemic in the coastal districts of Angola and in some low-lying valleys in the interior. Some evidence, though less reliable, indicated its occurrence on the high inland plateaus. Thus Capello and Ivens lost two of their men from what was obviously sleeping sickness on the Benguella plateau⁽¹⁷⁾: these men might have contracted the disease on the coast, but they might have left the infection on the plateau, which might also have been infected up the Cuanza valley. Mr. Nevinson, in his report to the Committee, referred to sleeping sickness as one of the factors in the depopulation of the country. The British Consular Reports on the trade of Angola repeatedly refer to the disastrous effects of sleeping sickness; thus the report for the 1905⁽¹⁸⁾ attributes to it the decimation of once populous trading centres. The report for 1906⁽¹⁹⁾ attributed the growing scarcity of labour to depopulation by it: «the ravages of the terrible scourge known as sleeping sickness being the principal factor tending to this result.» The same report records the decrease of the population of Loanda from 263,085 in 1869 to 208,048 in 1900. The same report (p. 36) referred also to the increase in sleeping sickness at Lobito. The Consular Report for 1910⁽²⁰⁾ attributes the failure of the efforts of a cotton syndicate as due partly to the absence on the fertile belt cattle capable of resisting the tsetse fly.

A Portuguese Commission under Dr. Bettencourt, which was sent to Angola to investigate the outbreak of sleeping sickness there, reported in 1903 the gradual spread of the disease up the Cuanza valley from 1872 to 1874 its further progress in 1895, and its arrival at Malange shortly before 1903. The Commission reported that sleeping sickness exists «disseminée dans toute notre province d'Angola à l'exception de la partie située au sud du 14° de latitude.»⁽²¹⁾

These reports give no very definite evidence of the existence of the disease upon the plateau, though the natural inference from the statements was that the disease occurred there as well as in the lowlands. The spread of the disease was, until recently, believed to depend on the species of tsetse fly known as *Glossina palpalis*; and the geographical

conditions on the Benguella plateau did not appear favourable to the existence of that fly.

I was, therefore, very perplexed by apparent contradiction between the general evidence (which is summarised on our map) and the geographical probabilities. I had not then seen Bettencourt's report, but the rest was sufficient to indicate the probable occurrence of sleeping sickness on the Benguella plateau. In answer to a direct inquiry to an official of the Benguella Railway Company whether sleeping sickness existed on the Benguella plateau, he made the significant reply that some sleeping sickness occurred all through Equatorial Africa. The geographical conditions on the plateau, however, rendered it difficult to explain the existence of the disease there, as they would be so unfavourable to the presence of *Glossina palpalis*. While I was considering this problem last June a telegram in the *Times* from northern Rhodesia offered a probable explanation. It stated that a Medical Commission in north-eastern Rhodesia had proved that sleeping sickness could be spread by another species of tsetse fly, *G. morsitans*, whose range is far less restricted than that of *G. palpalis*. *G. morsitans* was known to be common along the upper valleys of the Zambesi river, and Major Gibbons reported the existence of tsetse fly, probably that species, near Caconda, in one of the highest parts of the Benguella plateau⁽²²⁾. It appeared, therefore, that the sleeping sickness might have spread over the plateau by the agency of *Glossina morsitans*. The rarity of cattle, and the almost complete absence of horses from most of the Benguella plateau, affirmed in the Rev. F. B. Bridgmen's report of his recent tour through the country to the various mission stations, also had to be considered as a possible indication of the prevalence of the tsetse fly⁽²³⁾.

The news from Rhodesia removed the serious difficulty in explaining the possible depopulation of the Benguella plateau by sleeping sickness. It was, therefore, clear that the two first questions to be settled in connection with the projected colony in Angola were, whether the plateau of Benguella is liable to epidemics of sleeping sickness, and whether cattle and horses there are subject to fly-borne diseases.

I therefore at once consulted Professor C. J. Martin, F.R.S., Director of the Lister Institute and Professor of Experimental Pathology in London University. He referred me to the following discouraging passage in Clemow's «Geography of Disease»:—

«To the south sleeping sickness is found with considerable frequency in the Portuguese colony of Angola, in certain parts of which it is so prevalent as to be spoken of as a serious bar to negro colonisation. It has been particularly active recently in the northern districts, where whole villages are said to have been depopulated by it.»⁽²⁴⁾

Professor Martin very kindly arranged to visit Angola with me; and in considering the route we should take we concluded, from the geographical evidence, that *Glossina palpalis* might extend up the valley of the Catumbella river to the neighbourhood of the railway crossing over its tributary the Cubal, and also up the Cuanza valley nearly to the Bihé district. The evidence collected in Angola confirmed both these estimates. We were assured that tsetse fly has been found on the Cubal river, near the railway crossing, and it is said to have caused both sleeping sickness and cattle disease in that neighbourhood. Professor Martin found no tsetse fly there on his visit at the end of the dry season; but it is quite possible that the flies occur there during the wet season. According to evidence, which seems satisfactory, tsetse fly also occurs in an area between the Cuanza and the Cutato rivers, near their confluence.

Nevertheless, Professor Martin's investigations show that the fears of the unhealthiness of the plateau may be absolutely dismissed. He shows—

(1) That though sleeping sickness occurs on the coast-lands and in the lower parts of the valleys on the northern slopes of the Benguella plateau, there is no evidence that it has been endemic on the parts of the Benguella plateau which are, in other respects, suitable for European colonisation.

(2) That the geographical conditions on the plateau are such that sleeping sickness need not be feared there.

(3) That the general conditions on the plateau are most salubrious.

(4) That in spite of the repeated reports of the existence of the tsetse fly near the

edge of the plateau, there seems no reason to fear any serious trouble from tsetse flies on the plateau itself.

Thanks to Professor Martin's investigations all fears the country is unsuitable on grounds of public health may be confidently dismissed. Provided that certain areas on the margin of the plateau be avoided, the statement in Knox's recent work on «The Climate of Africa» may be fully accepted: «The plateau or highland belt of Angola is undoubtedly healthy and its climate invigorating, a suitable locality, in short, for European colonisation.»⁽²⁵⁾

The area recommended as worthy of further investigation is not only first-rate as regards public health, but is very attractive. The scenery is often beautiful and picturesque, and the conditions of life are very comfortable. During the dry season we saw practically no mosquitos on the plateau and very few flies. I never once used mosquito curtains, nor my fly head-guard. Noxious insects, snakes, and dangerous animals, such as leopards or lions, are remarkably scarce on the plateau. White ants are likely to be the greatest source of annoyance, though they are not a serious obstacle.

Wood for fuel, fencing and furniture, and adequate timber for building are abundant, and the country is well supplied with excellent water.

We saw the country during the dry season, which the railway engineers and the Boer transport riders find the more comfortable. But the residents in permanent houses generally prefer the rainy season, as the rains cool and clear the air. Hence the country appears throughout the year to have all the requirements for pleasant and comfortable homes.

II. — NARRATIVE OF THE EXPEDITION

The decision that the Expedition should go to Angola was made on Monday, 22nd July. As our goods had to be shipped by the morning of the 24th, our equipment was hurried. We left *via* Southampton on the morning of the 26th for Lisbon, and that evening, after leaving Cherbourg, I received a telegram stating that the departure of the Portuguese mail steamer, which was due to leave Lisbon on 1st August, had been

postponed till the 10th. I therefore inquired by wireless telegraphy as to the chance of proceeding to Lobito by some other route. On arrival at Lisbon on the 30th a reply was awaiting us that the Union Castle steamer, the *Goorka*, was to go to Lobito and would call at Las Palmas on the 9th. By the courtesy of the captain of the Yeoward steamer, the *Avetoro*, and of the second and third officers, who let us have the former's cabin, we were able to cross to Las Palmas in time to join the *Goorkha*, and arrived at Lobito on 22nd August.

During our short stay in Lisbon I had interviews with Col. Freire d'Andrade, the Director-General of Portuguese Colonies, and with General Sir J. J. Machado and Mr. Lane of the Benguella Railway Company. Col. Andrade wired instructions to Loanda that every facility was to be given us, and General Machado gave us most helpful introductions to the officials of the Benguella Railway Company. Dr. Nascimento, a well-known authority on Angola, showed us a number of maps, including a copy of the 1:2½ million map of Angola, on which he had marked the areas that he especially, recommended for European settlement. The pleasure of our stay in Lisbon was largely due to the delightful hospitality and invaluable help of Professor A. Bensaude.

At Lobito we received the kindest welcome from Mr. E. Robins, Chief Resident Engineer of the railway; Senhor Machado, the local Director of the railway; Senhor Anselmo, the General Manager; and from Mr. Buchan, the representative of Messrs. Pauling & Co., the contractors for the railway line, and also much kind personal help from Senhor Gama Machados. Senhor Anselmo and Mr. Robins, throughout our stay in Angola, did everything that was possible to facilitate our journey and to make our visit both profitable and pleasant. Owing to their kindness we were able to see much more of the country than I had thought would be possible in the time available.

On the 23rd August, the day after our arrival, we visited the Catumbela valley and called on his Excellency Major Pinto, the Governor of Benguella. Owing to his kindness our goods and guns were passed at once and freely through the Customs, and

the Governor kindly arranged for Senhor A. de Sacramento Monteiro, the Director of Agricultural Stations in Benguella, to accompany us into the interior.

On Saturday, 24th August, forty-eight hours after our landing at Lobito, I started for the interior with Mr. Robins on his railway motor car. As he was stopping to inspect various bridges and points on the line, his kind invitation to accompany him gave me the opportunity to examine the chief varieties of rocks and soils beside the railway, and to inspect the country more closely than would have been possible from a train. Moreover, the car made the journey in daylight, whereas the train travelled through the night. This journey also gave me the great advantage of profiting from Mr. Robins' intimate knowledge of the country, his wide tropical experience and expert judgement.

We reached the rail head at Lepi on Sunday afternoon and there joined Professor Martin, who had kindly made final arrangements at Lobito and had travelled up by the mail train.

We arrived at Lepi at a rather unfavourable time for the engagement of porters, as one railway contract had been recently concluded and many of the natives had been paid off and had gone to their homes. Thanks to Mr. Robins the necessary number of porters were engaged on the Monday, and we arranged to start after lunch on the next day. On the Tuesday morning, however, most of the porters, though they had received food in advance, declined to go; but Mr. Robins obtained eleven for us by the Tuesday afternoon, and with them we then started on our march. Mr. Robins kindly promised to send the loads that we could not carry by railway motor car to Huambo.

Our first march was therefore a short one, and we camped near the head of the Chicanda gorge. Next morning we reached the summit of the highest plateau which it will be necessary for the railway to cross on its way to Katanga. During our march we were joined by five more porters, who had been engaged for us by Mr. Robins. The balance of men required were kindly secured for us by the Commandant at the Fort of Huambo which we reached on Thursday, the 29th. We were there hospitably entertained at

lunch by the Commandant of the Fort and met Senhor Monteiro. His machilo, or travelling hammock, had not arrived, and he was therefore unable to accompany us. He, however, kindly promised to arrange for us to visit the district of Quingenge after our return to Huambo. I was anxious to examine the country near Quingenge, as it was the most promising that I had seen on the journey up from the coast.

On Thursday, 29th August, we began our main march with a caravan numbering thirty-two. It included a head boy, Isaac, a Krooman from the West Coast a cook, twenty-five porters, a tent boy, a native, Usambi, who had been employed on the railway as a chainman, and three young boys who accompanied the porters. The rate of pay of the porters was 150 reis (approximately $7\frac{1}{2}$ d.) a day, and we supplied their food, which consisted daily of $2\frac{1}{4}$ lbs. of mealie flour and a small tinful of beans, and a weekly ration of salt.

In planning the expedition in London, it seemed that the most profitable use of our time would be to make a series of traverses north and south from the railway line, and especially examine the districts which a Portuguese Commission had marked on a series of maps prepared by Senhor A. Andrade as especially suitable for European colonisation. I proposed to go as far south as Caconda and as far north as Bailundo. On the journey from the coast by motor car I had seen some of the land recommended for settlement, and we had marched across more of it between Lepi and Huambo. Most of it was so disappointing that it seemed advisable to search for better land elsewhere.

Mr. Robins had kindly offered to drive us along the Boer waggon road to the mission of Caconda, some 80 miles to the south of the railway line, where careful agricultural experiments had been in progress for some years. But as I was assured by Senhor Monteiro that the country we should cross in this route to Caconda was very similar to that around Huambo, this excursion might have proved unprofitable, except for the inspection of the plantations at the mission stations.

The most likely district to contain an adequate area of suitable land seemed to be to the north and north-east of Huambo.

This conclusion was suggested by the following considerations:—

(1) It was that area, in the districts of Bailundo and Bihé, of which such favourable opinions had been formed by Cameron, Capello, Ivens and Pinto.

(2) This area was said to include «the volcanic district of Bihé»; and we might therefore expect to find much richer soils on the volcanic rocks than those on the wide areas of granite and quartzite along the railway.

(3) As this area lies some distance from the watershed, the valleys might be expected to contain tracts of alluvial land, larger rivers, and be easier of irrigation.

(4) There seemed better chances of finding good land on the northern than on the southern slopes from the watershed, for the districts to the south of the Benguella plateau become increasingly arid until the land passes into the barren deserts of German South-West Africa.

(5) The district includes Ochilesa, where there are some large lodes of iron ore, which are the most important mineral deposits hitherto discovered on the Benguella plateau. It is possible that a branch railway to Ochilesa may be built in the future to work these ores; and such a line would facilitate the district trend approximately from east to west, there was more prospect of reaching rocks that would yield better soils by going northward than by continuing further to the east.

(7) The railway has not yet been carried sufficiently far east to tap this country, and there would be more time to arrange for its colonisation and settlement than for the areas along the already existing line. As the contract for the extension of the railway must be built there by September, 1913, that area will, however, soon be easily accessible by railway.

Accordingly we left examination of the country beside the railway line to the end of our time as of secondary importance; and from Huambo we started northward to Bailundo, where we visited the American mission station under Dr. Stover. Thence we marched north-eastward past the two fortified trading stations of Messrs. P. & R. Leite, and crossed the Cutato valley to Ochilesa,

where there is another station of the American mission. We were hospitably entertained there by Rev. T. Woodside. After a couple of days at Ochilesa we turned southward and followed the Cutato valley to the Boer settlements at Saccanjimba. Thence we made a short excursion into the Bulu-Vulu country, which extends from Saccanjimba to Bihé. After an inspection of part of these wide, treeless, grassy plains we turned westward. For most of the next part of the journey we followed the Boer wagon road the watershed between the Zambesi and the Cunene to the south and the Cutato and Cunene to the north. We arrived at Huambo on 15th September, and there found Senhor Monteiro awaiting us. We went with him by railway to Quingenge, where he entertained us most hospitably at the agricultural station and acted as our guide to the neighbourhood. We thus had the opportunity of seeing the best tract of land I had seen along the railway.

From Quingenge Dr. Martin marched westward to inspect the country between the Catumbela and Cubal rivers, and to investigate the occurrence of tsetse fly along the Cubal. I returned to rail head to meet the Governor-General of Angola and the Governor of Benguella at the celebrations in connection with the opening of the new section of the railway line and the inauguration of the town of Huambo.

Thence I returned to Lobito and visited the oil palm plantations at Hanha and the large plantations of sugar cane near Catumbella.

I also examined the limestones near Lobito in order to estimate their economic value, and especially their suitability for cements and fertilisers. I had hoped that there might be beds of phosphatic limestone, but found none.

We left Lobito by the *Gradually Castle* on 29th September and landed at Southampton on 17th October.

Our journey in Angola was very hurried, but it enabled us to make a rapid inspection of a considerable tract of country. Thanks to the kindness of Mr. Robins we had no lost time, and we were able, during our five weeks in the country, to travel 1,125 miles, of which we walked 340 miles, in

addition to the distance traversed by Dr. Martin from Quingenge to the Cubal river.

The width of land we could see beside our route varied greatly, but an allowance of $2\frac{1}{2}$ miles on each side would be a low average. Hence we were thus able to acquire a preliminary idea of the nature of some 3,000 square miles of country. In addition to our personal inspection of the country we gained much information from the Government officials, the officers of the Railway Company, the missionaries, traders and Boer transport riders. They knew the country at all seasons and some of them had known it for many years. Some of our informants were men of wide tropical experience and expert judgement.

III. — GEOGRAPHICAL DESCRIPTIONS OF THE COUNTRY

The colony of Angola is divided (excluding Cabinda) into six districts — the Portuguese Congo, Loanda, Lunda, Benguella, Mossamedes and Huila. The draft Act regarding Jewish immigration submitted to the Portuguese Parliament referred only to Jewish colonisation on the Benguella plateau; but though the Act passed through the Portuguese Chamber of Deputies has no such restriction, the scheme of colonisation refers practically to Benguella. Cabinda and the Portuguese Congo are both essentially tropical. Loanda, though the most fertile province owing to its wide areas of rich-soiled tropical lowlands, is so harassed by sleeping sickness that most of it may be dismissed as unsuitable. The southern part of Loanda, however, passes gradually into the Benguella plateau, and any colony established on the northern border of the latter might find it advantageous ultimately to extend into the highlands of southern Loanda.

The uplands of Mossamedes and Huilla have no doubt a healthy climate, but from the evidence that I was able to obtain, and from the recent elaborate work by Almeida⁽²⁶⁾, they appear to have a very arid climate. They contain some mineral wealth and large tracts of good cattle country; but they appear to be so arid that their agricultural colonisation would be very difficult.

We therefore limited our inspection to the district of Benguella, which extends from the

coast in the neighbourhood of the city of Benguella and Lobito eastward to the Belgian Congo and the north-western frontier of Rhodesia. Benguella is essentially a plateau country which rises from the coast in a series of terraces; but the plateau is of such great antiquity that the successive steps have been so greatly worn that they are now very irregular. Looking from the sea at Lobito, the land is seen to end in a steep, nearly continuous cliff line, which extends from north-east to southwest, until it is breached near Benguella by the broad valley of the Cavaco river. At Lobito the first cliff rises to a platform at the height of about 500 feet. A second step leads to a higher platform at the height of about 800 feet, beyond which a third step leads to a third ridge or terrace at the height of about 1,000 feet. These coastal plateaus are composed of limestones, marls and sandstones. The age of these rocks is approximately that of the British chalk. Inland these coastal rocks overlap the edge of a plateau which is composed of much older rocks. They are first seen at Lengue and in the Lengue Gorge, through which the railway climbs by a rack on to the plateau. These older rocks are mainly gneisses, and they are very similar to the oldest known rocks in the British Isles (*i.e.*, the Lewisian gneisses of north-western Scotland).

From the top of the Lengue Gorge the plateau extends inland as a waterless desert; the chief trees, the baobab, the bottle-tree, candelabra-shaped *Europhorbias* and spiny acacias, as well as the smaller plants, are all of kinds characteristic of the arid regions of tropical Africa.

The construction of the railway across this desert was necessarily very expensive, for it is reported that 100 porters were engaged in carrying water for every 100 men engaged in the construction of the line.

The surface of this plateau is very irregular; rugged granite domes and tors scattered across it, and it is bounded to the north by a range of high mountains, which are the remnants of an older and higher plateau. The railway gradually ascends to the Portella Corotava (alt. 2,953 feet), through which it enters on to a higher plateau. After passing through the Portella Corotava the railway descends to the Catengue basin and to the

first springs passed since leaving the coast plain. It then climbs by a very sinuous route to the Portella Solo (alt. 2,930 feet). Thence there is a superb view westward over this picturesque desert of which the long level western skyline shows clearly the plateau structure of the country. After the Portella Solo there is a marked improvement in the aspect of the land as the railway descends to the Cubal river; for the rainfall is more abundant, and during one season the rain gauge at Cubal railway station recorded the maximum rainfall in the country. The Cubal valley, however, is reported to be inhabited by the tsetse fly; and as this fly certainly occurs in the lower valley of the Catumbela river, to which the Cubal is a tributary, and as the vegetation along the Cubal is of tropical luxuriance, the presence of the tsetse fly there is not improbable. The old Boer waggon road from Cubal to Caconda has been abandoned owing to the heavy mortality of the cattle, which was attributed to the tsetse fly. Although there were no tsetse fly along the Cubal at the time of Dr. Martin's visit, it would be unsafe to disregard the probability of the Cubal valley near the railway crossing being within the tsetse zone.

To the east of the Cubal the line begins a long, gradual ascent; the more temperate nature of the climate with the increasing elevation, and the change in the vegetation with the heavier rainfall, both lead to a marked improvement in the value of the country. The last large baobab is passed at kilometre 205 (128 miles). The railway ascends slowly over granite country, which is thin-soiled and covered with scrub. Its general agricultural value is disappointing; but after crossing the Catumbella river and entering the Cuati valley the soil is richer. Hitherto we had seen practically no signs of natives, for though the Ganda Mountain, which is skirted by the railway 10 miles west of the Catumbella Bridge, was formerly inhabited, the natives have withdrawn further to the north. Numerous native villages are to be seen along the Cuati valley, on the slopes of the Oendolongo Mountains.

Cuma (alt. 4,693 feet), the first town passed after leaving Benguella, with its hotels and stores, is also evidence of the occupation of this district. Cuma is the railway station

for the district of Chiaka and is connected by road with Bailundo, which is, however, nearer to the recently-opened station at Huambo. From the head of the Cuati valley the railway continues along the valley of the Cuiva river, after crossing which it turns northward along its tributary, the Chicanda. After passing the railway settlement at Lepi, at the height of 5,371 feet, the railway begins by a very sinuous ascent to climb up the Chicanda Gorge, at the head of which, at the height of 6,082 feet, it reaches the main plateau of this part of Africa. It is the highest point the railway will have to reach on its way to Katanga. Fragments of a higher and older plateau remain as flat-topped mountains and ridges which rise above the highest plains.

The structure of the interior of Benguella is a series of plateaus, the surfaces of which have been rendered irregular by the excavation of river valleys. Nevertheless, the plateau structure still dominates the topography and character of the country. Thus after reaching the upper plateau the easiest route for the railway is along the watershed, as is usual in dissected plateaus. The present watershed is of comparatively recent formation, and is gradually being pushed to the south for the northern rivers have greater excavating power than the head streams of the Zambesi and de Cunene. The northern rivers flow through deep narrow valleys, while the tributaries to the Zambesi lie in shallow throughs with lower gradients, larger areas of level land which form swampy vleis on the valley floors, and a smaller supply of water in proportion to the width of the valleys. The best agricultural land on the northern side of the watershed has to be sought some distance down the valleys, buttt these northern valleys offer greater facilities for irrigation.

IV. — THE GEOLOGICAL STRUCTURE OF THE COUNTRY.

Some brief reference to the geological structure of the country is necessary, as upon the nature of the rocks and their distribution depends the nature and distribution of the soils. I had expected to find that the district of Benguella was composed of a series of belts of rock running approximately north and south, and that the railway line would cross the grain of the country nearly at right angles, and thus cross all the chief belts of rock in the country. It is, however, only the coastal limestone series that trends parallel to the coast. At the Lengue Gorge the older rocks appear with a trend of approximately east and west. The railway line therefore runs along the grain of the country, and a fuller representation of the rocks would be found by a traverse north and south.

The railway line crosses mainly a belt of granites, quartzites, and sandstones, and the relative ages of these three rocks is a question of great importance in reference to the agricultural value of the land. If the granite be younger than the quartzites and sandstones and has been forced into these rocks, then they may contain materials not found in the granite, and they may have been enriched along the junction. If, on the other hand, the quartzites and sandstones are the younger and werè formed from the granite, they would only contain materials present in the granite; and they would probably be even poorer in plant foods than the granite, as these soluble constituents would have been washed out during the destruction of the granite and the deposition of its débris as sandstone.

The rocks on the Benguella plateau may be classified as follows:—

Modern deposits	Alluvium in the valleys and vleis.
	Sands, sandstone and loams of materia derived from the granites and quartzites.
Cretaceous	Limestones and sandstones in the coast-lands.
Quartzite series	In the Oendolongo Mountains, Upper Chicanda Valley, Chingwari, etc.
Schistes and gneiss	Lengue, Bailundo, etc.
Basic Igneous rocks	Lepi, Chieuca, Ochilesa, etc.
Felspar-porpryry	South of Ochilesa, Quingenge, etc.
Granite	Ganda Mountains, hills north of Cuati valley, south of Lepi, Kufunghana, Huambo, Kandumbo, etc.

V. — THE SOILS

The most conspicuous and widespread rock along the railway route is granite, which gives rise to a light, easily-worked soil which may be rich in potash but is very poor in lime. The soils of the sandstones are still poorer than those of the granites, for the sandstones were formed of débris from the granite, and during their formation most of the plant foods were washed out of them. Large tracts of the sandstone form open treeless ground, which, from a distance, appears covered by rich verdure. This is due to a leguminous vine, the *Brachystegia tamarindoides* (Welw.)⁽²⁷⁾ the Planta de toco or Ngoti, which grows from a matted tangle of hard wooden roots, each of which may be 2 inches or even more in thickness. The railway contractors find cutting through the network of roots troublesome and expensive, and under present conditions the cost of clearing this land for agricultural purposes would be prohibitive, even if the land were of value.

The quartzites give rise to a barren siliceous soil, but they often contain felspathic layers, which yield a richer soil than the sandstones. Some of the quartzite layers give rise to lateritic ironstones, and such layers form a poor, sour soil.

The gneisses give rise to soils of much better quality than any of the rocks previously considered; for the gneiss is richer in lime and basic materials than any other wide-spread rock on the plateau. The gneisses are probably most widely developed to the northern slopes of the plateau.

The more basic igneous rocks give rise to the richest and best of the soils, but they are comparatively local. They are covered by a red or chocolate brown soil which, when adequately watered and properly worked, appears to be of first-rate quality. The natives, however, always neglect this land, as the soil is too heavy to work with their light hoes.

The composition of the samples of the soils is shown in the appended analyses and report, for which I am indebted to the kindness of Professor R. A. Berry, of the West of Scotland Agricultural College.

LIST OF THE SOILS ANALYSED

298. Open land covered with the vine *Brachystegia tamarindoides* (Welw.) — the Planta de Toco. From granite area, Huambo.
214. Sandy soil. Banks of the Catumbela river, south of the railway bridge and west of the Oendolongo Mountains. Nearest outcrops granite and quartzite.
299. Sandy soil. Old Mealie Plantation. South side of Cuiva river, north of Quingenge. Adjacent rock-granite.
200. Loam on saccharoidal quartzite. Plantations head of gully by camp north east of Bailundo. Crops grown — Mealies, cassava, potatoes, gourds and papaw.
201. Black mould on floor of lower part of same gully. The adjacent banks consist of gneiss.
203. Red soil. Chieuca, on basic igneous rocks.

The analyses (see page 36) indicate the composition of six soils selected as representative of the main soil types of the country. As I expected from the field evidence, they are all poor in lime, and in Nos. 298, 214 and 203 the amount is too low for safety in constant cultivation. The soils of the gneissic area may be expected to be richer in lime. Limestone is available along the coast in such great quantities, and could be so easily worked, that this defect could be remedied.

The analyses are all low in potash. In No. 203 this is probably due to the low percentage of potash in the rocks from which the soil is derived. For Nos. 299, 200 and 201 the amount may have been reduced by cultivation. In Nos. 298 and 214 much of the original potash has probably been removed in solution as the soils were transported by water.

The quantity of phosphoric acid is fair, and in No. 201 the amount is decidedly high. The amount is lowest in the sample from a plantation in the Cuiva valley, and is probably due there to leaching by water.

Soil No. 201 is exceptionally rich in nitrogen, and doubtless most of the material recorded as «loss on ignition» is organic matter.

Nos. 200, 201 and 203 are the best soils, and they come from the area recommended to the north-east of Bailundo.

Soil No. 298 represents that of the large areas covered by the leguminous vine (*Brachystegia*). These areas are included in

the report of the Portuguese Commission in those recommended for colonisation. I quite agree with Professor Berry's opinion that such a soil is not worth cultivation, though if these areas could be protected from burning-off for many years they would become richer in humus and their value would be improved.

Soils 214 and 299 also came from areas recommended for European colonisation by the Portuguese Commission. Some of the sedentary soils from their neighbourhood are, however, of much higher value.

I should regard Nos. 200, 201 and 203 as fertile soils, though in constant cultivation they would require treatment with lime.

I do not regard the soils as of extreme fertility, though most of them in the area recommended in the Bailundo and Ochilesa districts probably have a good reserve of plant foods and would improve with competent cultivation.

VI. — BURNING-OFF

The granitic, sandstone and quartzic soils are, at present, seen under especially unfavourable conditions, for they have been subject for a long time to a treatment which is most injurious to them. The ground is burnt every year in the dry season. This process leads to a concentration in the soils of the mineral constituents, while it drives off the nitrogenous materials.

Burning-off is a useful method of agriculture under some conditions; but on the granitic and quartzose soils of the Benguella plateau it is very injurious to the soil. This fact is recognised by the Portuguese Government, and burning-off is prohibited, but it is impossible to enforce this regulation at present. Obedience to it would, indeed, probably do much immediate harm, for the scarcity of locusts and other insect pests, of tsetse fly, vermin and snakes, is probably largely due to the burning-off.

There is no general agreement in the country as to the object of this operation. We heard many different explanations, but the reasons seem to be as follows:—

(1) The main purpose appears to be as a protection, for it clears the land of dense

undergrowth which would shelter lions, leopards, etc.; it destroys snakes, insect pests and vermin; and it lessens the risk of fire to the plantations and villages.

(2) To prepare the land for the growth of soft grass for cattle food. This explanation only applies to the few districts where the natives have cattle or burn off the grass by arrangement with the transport riders.

(3) For hunting purposes. Some of the fires are lighted in order to capture the animals which are killed or frightened by it. It is, perhaps, more often of indirect advantage in the chase, as it would be very difficult to stalk game in the dense jungle that would otherwise cover the country.

(4) The mere mischievous love of seeing a fire.

There are, therefore, advantages in the practice, but it renders the soil so poor in nitrogenous materials that it must be suppressed before much of the land can hope to recover. The occupation of large areas of sandy soil by the toco vine is probably an automatic attempt by nature to restore nitrogen to the land, and if the land were not burnt of this plant would, in time, lead to an improvement in the soil.

VII. — THE CLIMATE

(a) *The Rainfall.*

The value of the soils depends on the water supply, which is mainly dependent on the rainfall. The year is bisected into two sharply divided seasons — the rainy season, from October to March or April; the dry season from April or May till usually the end of September. The dates of the beginning and end of the dry seasons vary somewhat in different parts of the plateau.

It might be expected that the rains would be heaviest near the sea and would gradually diminish inland, as is the case in most of the continents; but in Angola the rains are very small along the coast and they are much heavier inland. The Rev. F. B. Bridgman⁽²⁸⁾ was informed that there had been no rain at Mossamedes for twenty years, and some of the coastal rivers are said to flow only in very exceptional seasons.

The information given by Almeida⁽²⁹⁾ shows that the report regarding Mossamedes is greatly exaggerated. The rainfall on the Benguella coast is also popularly underestimated, and some of the rivers there appear to flow more often than is represented. Nevertheless, within a few miles of the coast the rainfall is so low that the country is a desert. This fact is due to the shore being washed by a cold current flowing northward from the Southern Ocean. The winds which blow ashore are therefore cool, and they are warmed as they pass over the land. Their capacity for carrying moisture is thereby increased; so it is only under exceptional circumstances that the sea winds bring rain. As the cold current loses its strength to the north the coastal rainfall increases, until in northern Angola the well-watered forest belt reaches the shore.

In southern Angola, on the other hand, the coast-lands are bare of trees and the grass is mainly nourished by dew, which is also heavy in their interior.

According to most of my informants in the country the rains come from the east and mainly from the south-east. Their eastern origin seemed to me theoretically probable; but the following meteorological records (Table A) taken at Huambo and in the Cuiva valley, the most accurate I know from the plateau, record much rain as falling with westerly winds.

Thus, according to these records at Huambo, the heaviest rains in December fell with wind from west and north, and the south-east and east winds were usually dry. In January and February the heaviest storms were with east winds, but heavy rain also fell with westerly winds. In March the only rain came with south-west or south wind, and in September the only rain fell with south-east wind. The text accompanying these records, however, states that the prevalent rains are from the east, though the direction varies with the exposure.

During our march we had occasional rain, which was exceptionally early in the season. Two inches of rain fell during the evening of 8th September, and that rain came from the north-east. Some subsequent lighter showers came from the east and south-east.

There are unfortunately no adequate rain-

fall records. Mr. Robins has had gauges placed at each of the railways stations. They are not yet in their final positions, and only a little over one year's records are available. Mr. Robins has given me the records in Table B.

The rainfall records made at Huambo and in the Cuiva valley agree with the information we received as to its distribution and character. They show that the dry season is almost absolutely dry, and that the rain in the wet season falls in heavy storms separated by fine days. Such storms are the most useful for filling reservoirs. The rivers are said to flow in strong floods during the rainy season, and the river valleys give ample evidence of this fact.

I anticipate, therefore, that there will be no difficulty in the formation of storage reservoirs which could be used for irrigation during the dry season.

I made special inquiries as to the possible occurrence of the failure of rains on the plateau, as no doubt occasionally happens on the plateau of Mossamedes. Thus Hendrics⁽³⁰⁾ has attributed the failure of the attempts at cotton cultivation in Mossamedes as due to the rain having been «pratique-ment inexistant» in that province in the season of 1907-8. Monteiro⁽³¹⁾ has reported a three years' drought in the interior of Loanda, and that he experienced a period of twenty-six months, including the years 1863-4, which he spent at Cuio, near Benguella, «with hardly a drop of water falling.»

I also heard that the Catumbella river had once, in recent years, run dry at Catumbella, which would imply a failure of the rains in the Upper Catumbella basin around the Oendolongo Mountains. More reliable evidence, however, contradicted this report, though the flow of the river is said to have almost ceased many years ago.

An abnormally low rainfall is possible in any locality; but the local reports and the probabilities from the geographical evidence both indicate that serious droughts would occur only very exceptionally on the Benguella plateau, though they are probable on the coastlands and in Mossamedes.

That the interior of the country has an ample rainfall is obvious. The general estimate is that in most parts of the plateau east of Cubal the amount is about 40 inches a

year. The character of the vegetation and of the river valleys shows that the country is extremely well watered. Even at the end of the dry season we found abundance of water, though we often marched along the ridges and watersheds.

(b) *Temperature.*

The temperatures on the plateau are moderate. Frosts occur in the winter, and the crops of cotton, and I believe also of mealies, grown by Dr. Branco at Cubal, were ruined by frost during the past winter.

Our visit was toward the end of the colder season, and though the sun was warm in the middle of the day we were able to march throughout the day without inconvenience from the heat. We sometimes walked about during our mid-day halt without hats on, and never found the sun oppressive. The nights were cool. We were told, more than once, that even in midsummer the nights are cool, and that the heat in the day is milder as the rain cools and freshens the air.

The general nature of the climate is shown by the crops that grow there. Oranges, bananas and Indian corn flourish. At Ochilesa we saw a young coffee tree heavily laden with

berries, and we understand that coffee does well at Caconda and elsewhere on the plateau. The European vegetables grow luxuriantly, and potatoes are of particularly high quality. The frosts of the cold season will probably prevent the growth of some tropical products, but the climate is probably suited for most of the vegetation of the subtropical and warm temperate zones.

The most serious disadvantage of the climate is the extreme contrast between the dry and wet seasons. The long wet season in that warm climate leads to a rank growth of coarse vegetation, which is then withered by the parched conditions of the dry season.

VIII. — AGRICULTURAL CLASSIFICATION OF THE LAND

The agricultural value of the land therefore depends on three main factors — the soil, which is dependent on the geological structure of the country; the temperature, which is dependent on the altitude; and the agricultural productivity, which depends on the other factors combined with the water supply.

The land may be classified as follows:—

Class.	Altitude.	Rainfall.	Character of the Land.
A. Low coast plains	Sea level to 1,000 feet	Slight coast rains.	Fertile when irrigated; soil rich in calcareous debris; region unhealthy; not suited to a European colony.
B. Coastal plateau	800 feet to 3,000 feet.	Very low and uncertain.	A useless desert.
C. First inland plateau	3,000 feet to 5,500 feet	Up to 20 inches	Some tsetse fly; soil poor; rain uncertain.
D. Main inland plateau ...	Over 3,500 feet	30 inches and over.	(a) Surface of the higher plateaus rocky, with the soil thin and patchy; land very exposed. (b) Areas of quartzite and granitic wash; these include large areas of open land with gentle slopes, but much of it is covered by the vine, <i>Brachystegia</i> . (c) Areas of gneissic and basic igneous rocks; usually a rich, heavy soil.
E. Bulu Vulu	5,500-6,000.	—	Open plains covered by rank grass; black soil, which is very poor and easily exhausted.

Of the above classes of land, A may be dismissed as unsuitable for the project colony, and B as useless for any purpose.

Classes C and D (a) and (b) are also of little value.

The land in Class D (c) is the most valuable. The river valleys in such land should

be very fertile, and should be occupied first; occupation could spread backward from them as the forests are cleared and tilled:

The plains in Class E are very poor land; their main value would be as inferior grazing land.

THE RELATIVE AREAS COVERED BY THESE VARIETIES OF LAND.

During our journey in Benguella I travelled 785 miles by rail and 340 miles by road and footpath, a total of 1,125 miles. On the railway I passed over the whole line twice and over some parts more than twice, so that the net route examined was 606 miles.

It was usually possible during the journey to see the land for some distance on both sides; an allowance of 2½ miles on each side would be a fair average. We were, therefore, able, as I said, to form a preliminary idea of the agricultural value of about 3,000 square miles. The land along our route, excluding that in the Bulu Vulu and some smaller areas, may be classified as follows:—

	Quality	Route in Miles
Coast lands; excluded as too low-lying	A	65
Arid desert belt	B	80
Poor pastoral granitic country with some tsetse fly; east of the desert belt	C	70
Cuati valley	D (c)	20
Chicanda valley	D (b)	35
Lepi (area of basic igneous rocks)	D (c)	13
Huambo plateau	D (a) & (b)	30
Huambo to near Bailundo	D (a) & (b)	35
East of Huambo	D (a) & (b)	65
Near Saccanjimba	D (b)	25
Bailundo to Ochileza and Saccanjimba	D (c)	105
		543

The totals of each class are—

A	65
B	80
C	70
D (a) & (b)	130
D (b)	60
D (c)	138
	543

Secretary-General's office, which is to publish monthly, quarterly and annual statistics; and in the *Boletim Official*, in which the regulations for this department were issued, the condition of statistics in the province is described as deplorable. There appear to be no statistics published since 1908, and those available for previous years are too incomplete to give any reliable idea of the resources, trade, and development of the Benguella plateau. The statistics quoted on p. 3 show that the exports from the province of Angola between 1899 and 1908 varied from nearly £1,500,000 in 1899 to £750,000 in 1908, and the imports from £845,000 in 1901 to £1,500,000 in 1904.

The relative proportions of this trade between the districts of Loanda and Benguella are shown by the following table:—

IX. — (a) THE TRADE AND PRODUCTS, ACTUAL AND POSSIBLE, OF BENGUELLA.

The available statistics for Angola are unfortunately meagre. The Governor-General, Senhor Norton de Matos, has recently established a statistical department of the

	1906.		1907.		1908.	
	Imports.	Exports.	Imports.	Exports.	Imports.	Exports.
	£	£	£	£	£	£
Benguella	278,470	316,500	253,100	254,200	204,600	225,400
Lobito	266,680		484,870		1146,000	153,800
Loanda	480,800	286,300	422,900	314,400	485,600	259,700

Total trade for Benguella ports, 1908, £729,800.

» » » Loanda ports, 1908, £866,080.

The total trade of Benguella is, therefore, small in comparison with the size of the country, and the revenue is naturally inadequate for the administration and development of so extensive a country.

The annual budget of the State, according to the statistics published by H. de P. Couceiro⁽³²⁾, shows a heavy annual deficit, which he justly thinks cannot be avoided by a reduction in expenditure. The estimated revenue for Angola for 1910-11, according to the Statesman's Year-Book, is 2,321,373 milreis, and the expenditure 3,171,373 milreis (over £600,000).

The trade of the country is admittedly not flourishing at present. The Benguella railway is introducing much money, and though the expenditure on construction and the imports of material are only temporary, even including them the present trade returns are unsatisfactory. Trade has recently been disturbed by the abolition of the sale of spirits to the natives. Most of the forts and some of the trading stations are littered with broken spirit stills, and all the evidence that we obtained shows that the prohibition of the sale of spirits to the natives is being enforced as rigidly as possible. The storekeepers have, therefore, lost their most remunerative source of trade while the sugar planters have lost the market for their cane, which was grown only for the manufacture of rum. The present depression will, it is hoped, pass away as the sugar cane is used for better purposes, and the natives spend their money more profitably than in the purchase of drink.

The chief articles of commerce in Angola are four—rubber, wax, coffee and dried fish. Rubber is by far the most important. The table given by Couceiro⁽³³⁾ shows that the value of rubber varies from 65 to 72.6 percent. of the total trade. The amount has fallen to less than half in value from 1899 to 1908. The rubber is obtained from roots, and as these are torn up the rubber-producing area recedes steadily eastward and northeastward. The cost of collection of this rubber is so high that in face of the increasing production of rubber elsewhere it would be unwise to trust to this trade maintaining its present importance or even a long existence.

Coffee varied from 7 to 13 per cent. of the total exports, and is mainly derived from Loanda.

Beeswax varied from 7.7 to 10.7 per cent. of the exports, and is derived from the interior.

Dried fish, the value of which varied from 2.8 to 5.2 of the total exports, is naturally a coastal trade.

The other chief products of Angola are sugar, wood, cocoa-nut, palm oil, ivory, cotton and tapioca. The Benguella plateau contributes but a small share to these products.

The possibilities of Benguella are not to be judged from the statistics of its present trade. The resources of the country must be estimated from what it is possible to do with such soil under such climatic conditions. Unfortunately there have been no adequate attempts to determine what high-priced tropical and sub-tropical products can be cultivated on the Benguella plateau. Coffee, cotton, and many fruits have been grown and promise to do well; but the experiments have not been conducted on a commercial basis.

It is no doubt true that many agricultural experiments have been made by the missionaries and others on the plateau; and the report of the Portuguese Commission enumerates many products which have been grown there so satisfactorily that the authors of that report speak as if their profitable cultivation there were already proved. But the experiments have apparently all been on a small scale, and have not shown what products could be grown for profitable export.

The chief crop at the present time is mealie or Indian corn, which when ground into flour and then known as fuba, is the main food of the natives. They grow it on the light soils after the rains. They raise only one crop a year, and, owing to their method of agriculture, it appears that the soil is exhausted by two crops. The land is then abandoned and further crops raised on new land. Mealies are profitably grown in South Africa, and they are shipped to Europe at the rate of 11s, a ton for use in the distillation of cheap spirits. Under suitable conditions, and with cheap railway and steamer freight, mealies could doubtless be grown on the

Benguella plateau at a cost which would allow its export at a profit.

Wheat has been grown on the plateau, and is said to do well. I saw some good wheat which had been grown in the district; but the only crop I saw growing was very poor, probably owing to the soil having been exhausted.

The growth of cereals is hampered by the poverty of the light soils in lime. Limestone is, however, procurable in inexhaustible quantities along the coast; but whether the wheat could be grown profitably by the aid of artificial fertilisers there are no adequate data for an opinion.

Casava seems to do extremely well. It is cultivated on Senhor de Pirés' plantation, east of the Upper Catumbella river, at the foot of the Oendolongo Mountains (alt. 4,500 feet). It is used for the preparation of tapioca and starch, and the export seems to be profitable.

Oranges, bananas, and many of the warm temperate fruits grow extremely well. Most European vegetables grow luxuriantly; potatoes are prolific and of particularly high quality.

It seems, therefore, reasonable to conclude that the settlers would have no difficulty in raising an adequate and excellent supply of food for their own use. They would find ample timber for building, for the manufacture of furniture, and for firewood. Further, it would appear that there should be no difficulty in raising crops that would pay to export.

If a colony is to be established, I think that one or two experimental stations should be established as early as possible, in order to discover what crops can be grown profitably for export.

The pastoral industry is of secondary importance in reference to the projected colony, and, like the agricultural possibilities, should be studied by a special expert. The Benguella plateau at present contains very few cattle, and still fewer horses. The paucity of cattle is partly due to the difficulty of feeding them during the dry season, and partly due to the fact that the cattle are not bred for milking. The herds seem to be kept mainly to indicate the wealth and social im-

portance of their owner. So little income is derived from them that there is no great inducement to keep them. The few herds that we saw seemed healthy. Nevertheless, Major Gibbons⁽³⁴⁾ reports that most of the cattle near Caconda in southern Benguella were swept off by rinderpest a few years ago, and they were said to be dying in numbers last August in the country east of Moxico. The tsetse fly may be a difficulty in keeping cattle along the Cubal valley, and probably in the area to which the tsetse extends from the north up the Quanza valley.

The general evidence indicates that it should be quite possible to keep small herds of cattle on the parts of the Benguella plateau outside the range of the tsetse; but Benguella can never hope to compete as a cattle country with the uplands of Mossamedes and Huilla. Better grass for cattle food could, however, certainly be grown on some of the land.

The keeping of horses may be more difficult than of cattle. Mr. Bridgman reported that horse sickness in the country is very virulent. They are said to be poisoned by a «tulip,»⁽³⁵⁾ but the evidence of the distribution and times of the attacks of disease rather suggests that the horses are killed by some parasitic disease.

M. Robins has kept horses at Lepi for five years, and I see no reason why horses and mules should not live on the Benguella plateau. In the present condition of the country oxen are more suitable as transport animals than horses.

Pigs do well, and considering the general climatic conditions the rearing of sheep and goats should also be practicable.

It must be remembered, in considering both the agricultural and pastoral possibilities of Benguella, that it will not be a cheap country to develop. Native wages and, at present, native food are both expensive. The average rate of pay of porters and of labourers on the Benguella railway is from 100 to 200 reis, or from 5*d.* to 10*d.* a day. Their food costs in addition from 60 to 100 reis a day. Hence native labour is expensive compared with the rates paid in some other districts of tropical Africa.

(b) *Railway Rates.*

The nature of the products that could be grown for export depends upon the railway rates to the coast and the shipping rates to Europe. It would be advisable to arrange with the railway company at what rates it would carry produce to the coast, for the railway at present does not pay any interest on its capital. Hence there would be a natural temptation to increase its revenue by as heavy a charge on produce as the article would stand, and thus leave no satisfactory profit for the grower.

The railway rate given me by the London office of the Benguella Railway Company for all produce was 150 reis per ton per kilometre, which would be about 1s. per ton per mile. This rate would be prohibitive for ordinary agricultural produce; but the list of rates published in the supplement to the *Boletim Official* of October, 1911, announces more moderate charges. Goods are divided into three classes:—

1st class	150	reis	per	ton	per	kilometre.
2nd »	120	»	»	»	»	»
2rd »	80	»	»	»	»	»

Second class goods carried at second class railway rates include wheat, seeds, mealies, lime, tobacco, ground-nuts, palm oil, copper; third class—cotton seeds, dried fish, limestone, building materials, straw, agricultural implements.

As the last schedule of railway rates was published in the *Boletim Official* ⁽³⁶⁾, I presume the railway rates require Government sanction, a question which should be determined by reference to the railway concession, which I have not seen. At the same time it will be advisable to determine whether the railway company has a monopoly of limestone, clay, building stone, and sand along the railway zone. The railway has a concession of the «minerals» for about 45 miles on either side of its line. If these materials are included in the minerals reserved to the railway company it might make a heavy charge for licence to work the clay and building stone which would be necessary for buildings and for dams. Col. Andrade, Director-General of the Portuguese Colonies,

assured me that the term «mineral» in Portuguese law means only ores and fuels; but I understand from one of its officials that the Benguella Railway Company considers that all minerals are included in its concession.

The hopeful prospects for the Benguella plateau are encouraged by the fact that the Benguella railway already more than pays its working expenses. Thus, during the first six months of 1911, the last year for which I have statistics, the excess of receipts over expenditure was £12,881; whereas with the Mossamedes railway in 1910, the last year of which I have the statistics, the expenditure amounted to three times the receipts.

X. — POLITICAL FACTORS

(a) *The Ownership of the Land and Existing Population*

There would appear to be no difficulty at the present time in assigning to a colony an extensive area of almost continuous land. It is said that on the Benguella plateau there are several thousand Portuguese settlers who are mainly store-keepers. The number is also said to be exaggerated, and Dr. Nascimento, in Lisbon, told me that there were less than 1,000 settlers on the whole plateau from Bailundo and Ochilesa to Caconda. The number in the area which seems the most suitable for occupation by the ITO would be very small. Agricultural settlers at present are very few. Along the railway line the only settlers are Dr. Bravo at Cubal, Senhor Cunha at Chimboia, Senhor Pires at Babyeara, Senhor Ferreira a little further to the east, a settler to the west of Quingenge Station, and Major Cunningham who has a temporary settlement at Caala. Except for the Portuguese traders and officials and the missionaries, the only other European inhabitants are the Boers, of whom a party trekked from the Transvaal after the annexation of 1877 and settled in the uplands of Mossamedes. Some of them and their children subsequently entered the Benguella district, where they are very useful as supplying waggon transport. Mr. Robins told me that there are 1,000 ox-waggons in the Benguella district. One Boer settlement has been esta-

blished around Saccanjimba, in the vicinity of the area which I suggest for the ITO colony. The Boers, however, are not agriculturists. They would help the settlement in its early days by doing transport work, and they would probably retire eastward with the extension of the railway. So long as possible they will probably prefer to gain their livelihood by carrying produce from the back country to the railway.

The number of natives in the country seems quite unknown. The estimates for the total native population of Angola vary from four to seven millions. The estimates for the Benguella plateau are indefinite. Dr. Nascimento and Senhor de Mattos estimate the population on the colonisable zone of the Benguella plateau as an average of 6 per square kilometre (*i.e.*, 15 per square mile), or a total of 100,000⁽³⁷⁾. The report of the Portuguese Commission assigns a population of 6 per square kilometre, or a total of 87,000, to the area between the meridians of 14¾° and 17°, *i.e.*, from the western end of the Cuati valley to nearly 100 miles east of Huambo, and for a distance of 30 kilometres

(19 miles) on each side of the railway route⁽³⁸⁾.

Dr. Wellman, one of the missionaries at Chiaka, is reported to have estimated the number of the natives within a 10-mile radius of that station at a quarter of a million. This number would be 800 per square mile, which is quite incredible. Dr. Wellman may have been misunderstood. Rev. T. Woodside estimates the number within a 10-mile radius of Ochilesa at 8,000, or 27 per square mile, a far more probable estimate. We traversed large districts that seemed quite uninhabited, and elsewhere we saw only occasional villages some distance from the road. We met many native caravans on the road, especially to the east of Huambo and around Bailundo, but many of these obviously came from a great distance. In parts of the country we marched for hours without seeing the slightest sign of human occupation except the track. The areas with the densest population seen during our journey were near Quingenge, including the Cuati and Cuivo valleys and the Ooendolongo Mountains, and near Bailundo.

Region.	Number of Order of Recruitment Zone.	Designation.	Total Population per Zone.		Yearly Average of Labourers available for Recruitment.		Itinerary of Route to the Points of Destination on the Coast.		Places where Depots for Labourers will be instituted.
			Males.	Females.	Males.	Females.	Ordinary Route.	By Railway.	
Ginga de Ambaca	1*	Ginga de Ambaca	15,050		624	511	—	Pamba to Loanda	Pamba and Cas-soalala
Bailundo	1*	Bailundo (head-quarters)	—		170		Bailundo (head-quarters)	Cubal station	Bailundo (head-quarters)
	2*	Bimbe	—		170		—	Benguella	Huambo
	3*	Luimballe	—		170		Huambo-Cubal	—	Cubal
Quillengues	1*	Quibucusso	—		—	—	—	—	—
	2*	Hollo	—		200		Quillengues	—	—
	3*	Cutembo	—		—	—	Quitonco	—	Quitonco
	3*	Auido	—		—	—	Benguella	—	
	5*	Bonga	—		—	—	—	—	
		Total	15,050		1,865**				

* «Of this average there is to be deducted the number of workers required for the needs of Angola, leaving only the surplus to satisfy the requirements outside the province.»

** «1,845 (?)»

The officials were able to give me no estimate of the native population in either Quingenge or Bailundo, but in both it appeared to me comparatively small. This conclusion is also indicated by the allowance of indentured labourers which may be drawn from that area as shown in the previous table⁽³⁹⁾.

From Ambaca 1,135 labourers may be enlisted out of a population given as 15,050. From Bailundo, including Bimbe and as far eastward as Luimballe, the number of labourers allowed in only 510, which, if the same proportion be allowed as from Ambaca, would suggest a population of only about 6,800.

Traces of former cultivation are widespread, but they give no proof of any serious reduction in the number of natives. Owing to the inefficient methods of agriculture, after the growth of one or two crops of mealies, the ground has to be abandoned for many years. The natives, therefore, require extravagant amounts of land, and as they exhaust it in one district they move elsewhere.

It would be only fair to the natives to insert in any concession provisions securing them the land they already occupy and a reasonable reserve⁽⁴⁰⁾, and that is probably all the natives would expect.

A. Werner, in his recent work on natives of British Central Africa remarks that «apart from European or Arab influence, the idea of permanent property in land scarcely existed. No one is supposed own land except so long as he actually cultivates it; and, owing to the Method of agriculture, it is abandoned every few years. Any member of the tribe can make a fresh garden where he likes, provided no one else has bespoken the ground; but a stranger would require the chief's permission to settle.»⁽⁴¹⁾

The natives in Angola would probably place no serious difficulty in the way of occupation of the unoccupied land. Small presents to the chiefs for permission to settle would probably satisfy them. In all probability the natives would retire gradually from the settled country. The Portugueses traders and the Boers would very likely do the same, and thus leave the Jewish colonists to the almost continuous occupation of the area wherein they may settle.

(b) Portuguese Administration and Policy in Angola.

It must be recognised that the Portuguese Government is probably not the most satisfactory under which to live and which to negotiate. The Portuguese Administration in Angola seems, however, to be doing its best to develop the country and treat the natives with justice. The Government has resolutely suppressed the liquor traffic with the natives, has completely stopped any participation by Europeans in slavery, though it is impossible at once to suppress domestic slavery among the natives, and has practically stopped enlistment in Benguella for San Thomé and Principe. For these achievements the present Portuguese administration deserves high credit. The Portuguese intentions may, however, be better than their achievements. Many of the Portuguese seem not very competent in affairs, and the administrative system is at present defective. The officials are badly paid, their pay is often in arrear, and they have hitherto been changed at very short intervals. Many of the Portuguese in the country were sent there as convicts, so that the natives have come in contact with the worst class of Portuguese. The natives have been treated in the past with gross tyranny and injustice. The present administration has, therefore, a legacy of mistrust which it will take years to live down. The country is still a penal colony, and no one can leave it without permission, or, in the case of foreigners, a *visé* on their passports.

The Republican Government, however, shows that it is anxious to do its best to redeem past errors.

(c) The Portuguese Colonial Policy.

The traditional Portuguese policy in Angola has been an obstacle to general progress. I could feel that there is still some desire to restrict the trade of the colony to Portugal and Portuguese ships. The protective policy established in Angola in 1892 has been successful in securing for Portugal an increased share of the trade, as shown by the following figures from Couceiro⁽⁴²⁾.

TABLE OF IMPORTS

	National In milreis	Foreign In milreis
1889	797	3,020
1890	814	3,457
1891	984	3,840
1905	3,806	2,617
1906	3,544	2,486
1907	3,163	3,275

As far as possible the exports are diverted to Lisbon by differential rates; and Portugal is not a great European market, and is an especially unsuitable market for the sub-tropical produce of the Benguella plateau. The profitable growth for export of such materials as mealies requires trade to be untrammelled, so that they may be sent to any country where there is a local scarcity.

(d) *Negotiations for a Concession.*

The present seems a favourable time at which to negotiate with the Portuguese; for the Republican Government is sincerely anxious to develop the country both in justice to the colony and as it recognises that the unoccupied condition of so much of the land is a danger to the Portuguese sovereignty. The danger was pointed out by Couceiro in 1910⁽⁴³⁾, and since then has certainly not become less serious. There have been repeated suggestions that Germany might find it necessary to occupy southern Angola, owing to the assistance which is said to have been given to the rebels in German South-West Africa from the Portuguese territory and the inability of Portugal adequately to guard its southern frontier. It has been recently announced that a society has been founded in German South-West Africa to agitate for the annexation of southern Angola.

The French colonial party have also given serious attention to the steps which France should take in the event of the partition of the Portuguese African colonies. At a meeting of the Council of the Société des Études Coloniales et Maritimes held last May, resolutions were unanimously adopted⁽⁴⁴⁾ urging that the French Government should endeavour to maintain the *status quo*, but that if any change be made in the ownership of

Portuguese West Africa, France should claim the Cape Verde Islands, Portuguese Guinea and Cabinda.

Such discussions show that there is a wide-spread impression that the Portuguese sovereignty over its West African colonies is not at present very assured.

The Portuguese Government appears to recognise this fact and is now endeavouring to secure the effective occupation of the country, and would probably welcome an ITO colony. In years to come, however, when the danger of foreign intervention may have passed, a new Government in Portugal might revert to a policy of racial restriction and favouritism. It would therefore be necessary to have guarantees which could not be misinterpreted nor repudiated without unmistakable breach of faith.

Delay in negotiations is to be avoided rather from political considerations than from fear that the country is likely to be occupied by others. I was frequently told that large numbers of Boers are preparing to enter the country; and there have been several schemes in recent years for Portuguese colonisation. I do not think that either Portuguese colonists or Boers are likely to prove serious rivals. Two colonial commissions reported favourably on the suitability of the land for European emigrants. Some colonists were sent, but I understand that they have returned. The opening of the railway certainly renders settlement more possible than it has ever been before, and the advertisement of the proposed ITO colony may lead to a drift of settlers. Some may go to acquire the best sites, in order that they may be bought out at a later date. Nevertheless, I do not think that the risk of anticipation is sufficient to risk undue haste in the discussion of any agreement or the acceptance of vague and indefinite terms.

(e) *A Suitable Concession*

The establishment of a large agricultural colony in Benguella is inevitably a difficult and costly undertaking, and would have little chance of success unless undertaken by a well-equipped organisation with ample capital behind it.

Angola cannot compete in attractiveness to individual settlers with such countries as Canada and Australia, which can offer much greater inducements and give more material help than Portugal can afford.

I would recommend that the ITO should insist primarily on a option of an area of 3,000 to 5,000 square miles, which should be continuous excepting for land already alienated, that occupied already by the natives, and a reasonable reserve for the natives' future requirements. The concession should include the right of acquiring such native lands if they should be abandoned or the natives wish to sell them.

In regard to the areas available, the districts of Mossamedes and Huilla, which together form southern Angola, seem to me quite unsuitable. The heavy railway deficit there is itself an indication of the poverty of the country, all of which appears subject to prolonged droughts. Mossamedes, and the district of Huilla behind it, both approximate to the geographical conditions of German South-West Africa, a colony which costs Germany over £3,000,000 per annum.

The conditions on the Benguella plateau are more promising, but there it seems to me advisable to avoid the areas recommended for European settlement by the Portuguese Commission, except for an experimental station. These areas have the advantage of proximity to the railway line, and include the nearest lands to the coast which have an adequate rainfall. But I think the land suitable for colonisation in these areas is too small and too scattered.

Much of the land which is marked on the maps published with the Report of the Portuguese Commission as recommended for colonisation I regard as unsuitable owing to the poverty of the soil. Moreover, the selection of another area has the advantage of not infringing on the special areas which have been recommended for Portuguese colonisation.

I would recommend an area of at least 5,000 square miles as defined by the accompanying private memorandum. If adequate land can be obtained for the main colony I think it would be worth while for the ITO to ask also for a small settlement of 30 to 50 square miles for experimental purposes, and

as an intermediate station between the main colony and the coast.

It would be unsafe to trust to Portuguese experimental agricultural and cattle-breeding stations, as the Portuguese administration is too poor to establish them on a sufficient scale. No doubt able individual colonists would discover for themselves what crops would be most profitable; but they could only solve this problem by great waste of time, money and effort.

The locality that seems to me most suitable for the experimental stations and the preliminary settlement in connection with them is along the Upper Catumbela and Cuati rivers, as it is near the railway line, is the nearest district to the coast with a fertile soil and good rainfall, and yet is outside the tsetse belt. The area suggested would include part of the land recommended for colonisation by the Portuguese Commission, and asking for this allotment would to some extent infringe upon the territory which has been under consideration for Portuguese settlement; but the experimental station would require only a small area, and its results would greatly help the development of the adjacent lands which would be left for Portuguese occupation.

From an agricultural point of view the greatest drawback of the Benguella plateau is that over large areas the soils are acid and poor in lime. The soils on the gneisses and basic igneous rocks in the Bailundo and Ochilesa districts are, no doubt, richer in carbonate of lime than those of the granitic and sandstone districts. At Ochilesa there are some springs depositing calcareous tufa, and the presence of limestone is reported near Bailundo. Nevertheless, even in that district the available supplies of limestone are unfortunately limited. There is, however, in the coast district an abundance of excellent limestone. I therefore recommend that if a concession is applied for it should include an option over a plot of limestone on the coast, so that the colony could establish its own limestone quarries and make its own lime fertilisers. For this purpose a suitable locality would be on the eastern shore of Lobito Bay, where there is limestone of good quality, and the necessary fuel could be landed cheaply.

XI. — SUMMARY OF CONCLUSIONS

The Portuguese Government should also be asked for guarantees that for a term of years all agricultural implements, materials, and other requirements of the settlers should be imported free of duty.

It seems to me still more important to arrange that the export duties should be moderate, and should not include differential rates to Portugal or for transport in Portuguese steamers. If these differential rates were nominal and could not be increased, they might be considered as a concession to Portuguese sentiment. I am told that in the past trade has been killed by the imposition of excessive export duties, and the right to practically free export would probably prove essential to success.

(f) *Survey Fees.*

Nothing is said in the Act about survey fees, which, according to the land regulations of Angola, are high (⁴⁵). Thus for 500 hectares (1,236 acres) the fees are \$324,000, or say £65. The survey fees in the British East Africa Protectorate, a country which is fairly comparable with Benguella, are 338 rupees, or say £21, for 1,000 acres; and 738 rupees, or £46, for 6,000 acres (⁴⁶).

If the suggested conditions can be obtained from the Portuguese Government, then I see no reason why a colony on the Benguella plateau should not be successfully established, but it must be remembered that I am not an expert on agriculture or cattle, and that the examination of the ground last summer was intended only as a preliminary inspection. It would be necessary to have the land examined more thoroughly by a competent agriculturist and by experts on cattle and on water supply. Travel in the country is so easy that an agriculturist could be sent out alone, though there would be decided advantages if the agriculturist, cattle expert, and water supply engineer examined the country in company; and it would be well at the same time if one member of the party inspected other country in the vicinity of the region I am privately recommending.

(1) From the evidence available in London there seemed great reason to fear that the population of the Benguella plateau had been greatly reduced in recent years by disease, and the district might therefore be unsuitable for a colony; but this fear has proved groundless. The Benguella plateau appears to be remarkably salubrious. Its climate is pleasant as well as healthy, and owing to the beauty of its scenery, the freedom from insect pests, dangerous animals and vermin, the conditions of life there are attractive and should easily be made comfortable.

(2) The Benguella plateau includes extensive areas of fertile land, which at present are very sparsely peopled; and owing to the native system of land tenure and the political conditions of the country the good land could easily be made available for European settlement.

(3) The present backward industrial and agricultural development of the country appears to be mainly due to the fertile areas being separated from the coast by a tract of desert. The railway now bridges this desert belt and renders possible the agricultural development of the interior.

(4) As the well-watered, healthy and fertile districts are high, the conditions are those characteristic of the warm temperate rather than of the tropical zone. It is doubtful whether the country would grow the usual tropical products, and its profitable agricultural development may not be easy. The chances of success for individual colonists, settling there separately, are not hopeful. The best prospect for success is the settlement of large tracts of the best land by an organisation which has control of large capital, and could introduce colonists in considerable numbers, could support them for the first few years, and could guide the agricultural development of the community by well-equipped experimental stations.

(5) In view of its healthiness, fertility and attractiveness, and the ease with which the land could be acquired and developed, there seems no reason, if the Portuguese Government would grant a suitable concession, why successful European colonies should not be established on the Benguella plateau.

(6) I have considered the other areas which may be available for an ITO colony and, taking in consideration the cost of clearing, climate, and the political conditions that would determine the terms of any probable concession, I cannot think of any area which offers better prospects for the establishment of such a colony as would satisfy the aspirations of the ITO.

(7) The Benguella plateau is not free from drawbacks, economic and political; but it is owing to them that the land is still vacant, and that a suitable concession might

be obtained and developed on the lines desired, for it is owing to the moderate fertility of the land that it could be cheaply cleared and settled. The desert barrier, which must necessarily increase cost of export, has hitherto been an impassable obstacle to satisfactory progress; and the fact that the country belongs to a State which is not sufficiently wealthy to spend much on colonial development renders it possible to secure a concession on terms allowing of great freedom in local self-government.

NOTES

(1) V. Lovet, *Cameron, Across Africa*, 1877, vol. II., pp. 229-231.

(2) *Ibid.*, p. 241.

(3) H. Capello and R. Ivens, *From Benguella to the Territory of Yacca. Description of a Journey into Central and West Africa* (Translated by A. Elwes), 1882, vol. I., pp. 103-104.

(4) *Ibid.*, vol. I, p. 58

(5) Serpa Pinto, *How I Crossed Africa: from the Atlantic to the Indian Ocean, through Unknown Countries; Discovery of the Great Zambesi Affluents, etc.*, 1881, vol. I, pp. 155-156

(6) Serpa Pinto, *op. cit.*, p. 225.

(7) H. W. Nevinson, *A Modern Slavery*, 1906, p. 69.

(8) This number excludes settlers who have abandoned their holdings.

(9) Trade of Angola, Consular Reports 1905, p. 6; 1908, p. 6.

(10) Quoted from Casement's Reports (No. 2363, p. 6) by Fox Bourne: *Slave Traffic in Portuguese Africa*, 1908, p. 47.

(11) *Ibid.*, p. 45.

(12) Africa No. 2. Correspondence respecting Contract Labour in Portuguese West Africa, (Cd. 6322) 1912, p. 32.

(13) J. Monteiro, *Angola*, vol. I, 1875, p. 67.

(14) V. L. Cameron, *op. cit.*, vol. II, p. 213.

(15) H. de P. Couceiro, *Angola*, 1910, p. 72.

(16) J. J. Monteiro, *op. cit.*, vol. I, p. 143.

(17) H. Capelo and R. Ivens, *op. cit.*, vol I, p. 136.

(18) The Trade of Angola. Cd. 268., 1906, p. 4.

(19) *Ibid.*, Cd. 3727, 1907, p. 5.

(20) *Ibid.*, Cd. 5465, 1911, p. 3.

(21) Annibal Bettencourt, Ayres Kopke, Gomes de Resende et Corrêa Mendes (Director Laboratoire de Bactériologie de Loanda). *La Maladie du Sommeil. Rapport présenté au Ministère de la Marine et des Colonies par la Mission envoyée en Afrique Occidentale Portugaise*, 1903, Lisbon, p. 5.

(22) Major A. St. H. Gibbons, *Africa from South to North through Marotseland*, 1904, vol II, p. 203.

(23) F. B. Bridgman: *Natal Mercury*, 27th November, 1911.

(24) F. G. Clemow, *The Geography of Disease*, 1903, p. 409.

(25) A. Knox, *The Climate of Africa*, Cambridge University Press, 1911, p. 244.

(26) J. de Almeida. *Sul d'Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*. Lisbon, 1912, p. 57.

(27) For the botanical name of this and other plants referred to I am indebted to Dr. A. B. Rendle, F.R.S., of British Museum.

(28) F. B. Bridgman, «Portuguese W. Africa. The Heart of Angola». *Natal Mercury*, 27th November, 1911.

(29) J. de Almeida, *op. cit.*, p. 57.

(30) L. Hendricks (Agronome of the Co. of Mossamedes), *Essais de Culture du Cotonnier sur le Plateau de Mossamedes*. In *Relatorio, Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativo... de 1909. Companhia de Mossamedes*, 1910, p. 34.

(31) J. J. Monteiro, *Angola and the River Congo*, vol. I, 1875, p. 42.

(32) H. de P. Couceiro, *Angola*, 1910, p. 378.

(33) Couceiro, *op. cit.*, p. 270.

(34) A. St. H. Gibbons, *Angola from South to North through Marotseland*, vol. II, p. 203.

(35) The plant pointed out as the cause of the disease both in Angola and the Transvaal is *Kampferia æthiopica*, a member of the Ginger family. Dr. Rendle tells me it is widely distributed in tropical Africa, but does not occur in the Transvaal, and he has not found any suggestion of its poisoning horses.

(36) *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*. Supplement 4th October, 1911, No. 38.

(37) J. Pereira do Nascimento and A. Alexandre de Mattos, *A Colonização de Angola*, Lisbon, 1912, p. 72.

(38) *Relatório da Missão Colonização no Planalto de Benguela em 1909*, Loanda, 1910, p. 55.

(39) *Correspondence respecting Contract Labour in Portuguese West Africa*, Parl. Pap., Cd. 6322, Africa, No. 2 (1912), p. 37.

(40) According to the Portuguese land regulations it is proposed to allow each native family two hectares, or say five acres, of land. This amount is, however, inadequate.

(41) A. Werner, *The Natives of British Central Africa*, London, 1906, p. 271.

(42) H. de P. Couceiro, *Angola*, p. 364.

(43) H. de P. Couceiro, *Angola*, 1910, p. 22.

(44) *Revue des Questions Coloniales et Maritimes*, No. 333, Ann. 37, May, 1912, pp. 215-218.

(45) *Boletim Oficial, Supplement*, No. 46, 27 Nov., 1911, p. 41.

(46) *Land in Crown Colonies and Protectorates*. (Return to an Address of the Honourable The House of Commons, dated 5th May, 1911.) 1912, p. 23.